



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 372 - VGT¥ C-FEIRA, 35 DE UGVGO DTQ DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann ⁽¹¹⁾ Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁸⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 9 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁷⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾ PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹²⁾ Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
12. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS	
Nºs 264 a 286, de 2011.	37036
2 – ATA DA 157ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE SETEMBRO DE 2011	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Comunicação da Presidência	
Destinação do tempo dos oradores do Período do Expediente da presente sessão para comemorar os 109 anos de nascimento do ex-Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), nos termos do Requerimento nº 1.101, de 2011, do Senador Rodrigo Rollemberg e outros Senadores.	37042
2.2.2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	
2.2.3 – Apresentação da música “Peixe Vivo”, pelo Coral do Senado Federal	
2.2.4 – Oradores	
Senador Rodrigo Rollemberg	37042
Senadora Vanessa Grazziotin.....	37045
Senador Marcelo Crivella.....	37046
Senador Geovani Borges.....	37048
Senador Pedro Simon.....	37050
Senador Cristovam Buarque.....	37052
Senadora Ana Amélia	37055
Senador Anibal Diniz	37057
Srª Anna Christina Kubitschek (neta do ex-Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira)	37059
Senador Wilson Santiago (art. 203, do Regimento Interno)	37059
2.2.5 – Suspensão da sessão às 16 horas e 26 minutos e reabertura às 16 horas e 30 minutos	
2.2.6 – Leitura de requerimentos	
Nº 1.128, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplauso ao jornal Amazonas em Tempo	37060
Nº 1.129, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ministro da Defesa da República de Cuba, General Julio Casas Regueiro.	37061
Nº 1.130, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplauso ao 27º Festival da Canção de Itacoatiara do Amazonas e à vencedora da versão 2011, Karine Aguiar.	37061
Nº 1.131, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplauso ao Sr. Antonio Peixoto de Oliveira, prefeito do Município de Itacoatiara.....	37061
Nº 1.132, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando a criação de uma Comissão Temporária para proceder ao levantamento quantitativo, à análise qualitativa e as discussões de mérito dos projetos de lei que tratam do combate à corrupção em tramitação na Casa.....	37062
2.2.7 – Comunicação da Presidência	
Lembrança de que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será destinado a comemorar os 68 anos de criação do Território Federal do Amapá, nos termos do Requerimento nº 389, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores.	37062
2.2.8 – Avisos do Tribunal de Contas da União	
Nºs 1.503 e 1.504, de 2011, na origem, que se referem, respectivamente, aos Requerimentos nºs 1.064 e 1.058, de 2011, autuados naquele Tribunal como processos nºs TC-028.955/2011-0 e TC-028.956/2011-7 e encaminhados ao setor competente para as providências pertinentes.....	37062
2.2.9 – Ofício do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação	
Nº 532, de 2011, em resposta ao Requerimento nº 516, de 2011, de informações, da Senadora Kátia Abreu.	37063
2.2.10 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados	
Nº 1.449, de 2011, encaminhando o processado da Medida Provisória nº 523, de 2011.....	37063
2.2.11 – Pareceres	
Nº 907, de 2011, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011.....	37063

Nº 908, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Ofício nº S/20, de 2010..... 37069

Nº 909, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Ofício nº S/4, de 2011..... 37071

2.2.12 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. (Ofício nº 130/2011, da Comissão de Assuntos Sociais)..... 37074

Arquivamento dos Ofícios nºs S/20, de 2010, e S/4, de 2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 37074

2.2.13 – Mensagens da Presidente da República

Nº 366, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007 (nº 7.711/2007, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.483, de 2011.... 37074

Nº 367, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 326, de 2009 (nº 1.180/2007, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.484, de 2011. 37074

2.2.14 – Ofício do Primeiro Vice-Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar

Nº 29, de 2011, em aditamento ao Ofício nº 22, de 2011, anteriormente remetido..... 37074

2.2.15 – Discursos do Expediente

SENADOR JORGE VIANA – Registro das comemorações da Independência do Brasil, no dia 7 de setembro último; e outros assuntos..... 37075

SENADOR GEOVANI BORGES – Preocupação com a qualidade do ensino público no país.... 37077

SENADORA ANA AMÉLIA – Satisfação com a proposição da Procuradoria-Geral de República de Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas para a Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016..... 37078

SENADOR PAULO PAIM – Registro da realização, hoje, no Teatro Dante Barone, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, do seminário chamado “Segurança no trânsito e motorista profissional”; e outros assuntos. 37081

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Denúncia de desvio de verbas públicas na construção de rodovias do Estado de Roraima. 37087

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Apelo ao Banco Central para que divulgue a inflação sobre os produtos consumidos pelas classes mais pobres. 37097

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Críticas ao governo dos Estados Unidos pela prisão injusta de cinco cidadãos cubanos..... 37099

SENADOR VALDIR RAUPP – Cumprimentos ao Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, pela redução do déficit financeiro do INSS – nos primeiros meses de 2011..... 37103

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Apresentação de propostas que visam à diminuição do número de mortes no trânsito no Brasil..... 37104

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Apresentação de requerimento para a criação de comissão temporária para discutir os projetos que tratam do combate à corrupção em tramitação no Senado Federal..... 37105

SENADOR ANIBAL DINIZ – Análise do projeto do novo Código Florestal, em tramitação no Senado Federal. 37106

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Registro do transcurso, ontem, do Dia Nacional do Cerrado. 37113

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, como Líder – Comentários sobre artigo do economista Delfim Netto acerca da decisão do Copom de reduzir a taxa de juros. 37115

SENADOR CÍCERO LUCENA – Lamento pela decisão do Governo Federal de limitar o acesso à medicação para o tratamento da leucemia mielóide crônica; e outro assunto..... 37119

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Comemoração pela sanção, pela Presidente Dilma Rousseff, da lei que regulamenta a profissão de taxista; e outros assuntos..... 37120

SENADOR ACIR GURGACZ – Elogios às ações do Governo Federal de prevenção aos impactos da crise econômica internacional; e outros assuntos. 37122

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Leitura da carta enviada por S. Exª à direção do jornal **Folha de S. Paulo** sobre declarações que lhe foram atribuídas acerca do 11 de setembro; e outros assuntos. 37125

SENADOR WELLINGTON DIAS – Apresentação de proposta de destinar parte dos recursos oriundos do pré-sal a investimentos em educação; e outros assuntos. 37130

2.2.16 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 13, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 37132

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – INTERRUÇÃO DE LICENÇA

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e

Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara

(Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL**9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 264, DE 2011

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educadora São José para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 304, de 30 de março de 2010, que outorga permissão à Fundação Educadora São José para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 265, DE 2011

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural de Belo Horizonte para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de fevereiro de 2002, que outorga concessão à Fundação Cultural de Belo Horizonte para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 266, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Maranhense de Assistência Comunitária – FUMAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.943, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 601, de 19 de novembro de 2003, que outorga autorização à Fundação Maranhense de Assistência Comunitária – FUMAC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 267, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Integração FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 593, de 10 de novembro de 2003, que outor-

ga autorização à Associação Comunitária Integração FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 268, DE 2011

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Bayeux FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Puxinanã, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 501, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Bayeux FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Puxinanã, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 269, DE 2011

Aprova o ato que outorga permissão à Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 150, de 3 de abril de 2008, que outorga permissão à Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito

de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Nova Veneza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Veneza, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 67, de 7 de março de 2008, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Nova Veneza para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Veneza, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 271, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos de Turvânia – AATUR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turvânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 34, de 20 de fevereiro de 2008, que outorga autorização à Associação dos Amigos de Turvânia – AATUR para executar, por 10 (dez) anos, sem direito

de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turvânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 272, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Lago dos Tigres para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Britânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 46, de 16 de janeiro de 2004, alterada pela de nº 129, de 12 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Lago dos Tigres para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Britânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 273, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Cumari para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cumari, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 630, de 19 de setembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Cumari para executar, por 10 (dez) anos, sem direito

de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cumari, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 274, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mineiros, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 663, de 14 de outubro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Aliança para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mineiros, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 275, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Rio Tungo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirinzal, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 198, de 22 de abril de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Rio Tungo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirinzal, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 276, DE 2011

Aprova o ato que outorga permissão à SBC – Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curuçá, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 381, de 18 de junho de 2009, que outorga permissão à SBC – Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curuçá, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 277, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Rural Afonsense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 698, de 11 de setembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária e Rural Afonsense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 278, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Record De Bauru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de fevereiro de 2010, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 5 de maio de 2003, a concessão outorgada à TV Record de Bauru Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 279, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Douradoquarense – ACCD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Douradoquara, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.165, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Douradoquarense – ACCD para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Douradoquara, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 280, DE 2011

Aprova o ato que outorga permissão à H. Sul FM Rádio Difusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 603, de 18 de agosto de 2009, que outorga permissão à H. Sul FM Radio Difusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 281, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário São Sebastião para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paratinga, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 679, de 10 de setembro de 2009, que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário São Sebastião para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paratinga, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 282, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Mendonça para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mendonça, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 440, de 28 de julho de 2009, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Mendonça para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mendonça, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 283, DE 2011

Aprova o ato que outorga permissão à Cebelwam Comunicação e Consultoria Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Branca, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 482, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Cebelwam Comunicação e Consultoria Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Água Branca, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 284, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Amigos de Alvorada do Gurguéia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada do Gurguéia, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 289, de 5 de junho de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Amigos de Alvorada do Gurguéia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada do Gurguéia, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 285, DE 2011

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinésia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.020, de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Divinésia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 286, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação L'hermitage para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 98, de 11 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de janeiro de 2008, a permissão outorgada à Fundação L'Hermitage para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 157ª Sessão, Não Deliberativa em 12 de setembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência da Srª Vanessa Grazziotin e dos Srs. Rodrigo Rollemberg,
Anibal Diniz, Acir Gurgacz e Wellington Dias*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 13 minutos e encerra-se às 20 horas e 59 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A primeira hora da presente sessão será destinada a comemorar os 109 anos de nascimento do ex-Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, JK, como é conhecido carinhosamente por todos os brasileiros e brasileiras, nos termos do Requerimento nº 1.101, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e de outros Senadores e Senadoras.

Convido para compor a Mesa o signatário da presente sessão, o Exmº Sr. Senador Rodrigo Rollemberg.

Convido, ainda, para compor a Mesa conosco, a Presidente do Memorial JK, Juscelino Kubitschek, neta do homenageado, a Srª Anna Christina Kubitschek. *(Palmas.)*

Faremos isso durante a sessão, mas, por hora, registramos e agradecemos a presença do Embaixador da República Eslovaca, Exmº Sr. Branislav Hitka; e do ex-vice-Governador do Distrito Federal e ex-Senador da República, Exmº Sr. Paulo Octávio, esposo da Srª Anna Christina Kubitschek.

Convido agora todos para, em pé, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro, que será cantado pelo Coral do Senado Federal.

(Execução do Hino Nacional Brasileiro e da canção Peixe Vivo.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Agradecemos a colaboração do competente Coral do Senado Federal. Muito obrigada a todos e a todas.

O período do Expediente desta sessão plenária, como é do conhecimento de todos, está reservado para as homenagens ao saudoso Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pelo 109º aniversário de seu nascimento.

A presente celebração, à qual todos nós nos associamos, foi proposta, como dito na abertura da sessão, pelo querido e ilustre Senador Rodrigo Rollemberg, pelo Requerimento nº 1.101, de 2011, de acordo com os termos do art. 160 do Regimento Interno.

Para iniciar efetivamente esta sessão, convidamos para fazer uso da palavra o autor desta importante sessão, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmª Srª Senadora Vanessa Grazziotin, Presidenta desta sessão, prezada Srª Anna Christina Kubitschek, neta do nosso homenageado e aqui representando a família do nosso Presidente Juscelino Kubitschek, Exmº Sr. Branislav Hitka, Embaixador da República Eslovaca, Exmº Sr. Paulo Octávio, Senador da República, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, visitantes que nos honram com suas presenças, telespectadores que nos assistem pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado, quero aqui, de forma muito especial, agradecer a colaboração do Coral do Senado, que nos brindou com o Hino Nacional e com a música tão querida e tão simbólica para Brasília, Peixe Vivo.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para todos os que verdadeiramente amam o Brasil e sonham com uma pátria livre, próspera e democrática, o dia 12 de setembro deveria estar inscrito no calendário cívico nacional. Trata-se da data de nascimento daquele que foi, sem favor algum, o mais eloquente exemplo de estadista que nosso País conheceu: Juscelino Kubitschek de Oliveira. Eis a razão pela qual, com muita honra, requeri esta homenagem do Senado Federal em memória de quem, ao longo de uma trajetória pública ímpar, que culminou na Presidência da República, foi fundamental para que nos redimíssemos do atraso, da mentalidade tacanha e do medo de construir nossa própria história.

Seja sob o ponto de vista da vida pessoal, seja como protagonista da cena política, Juscelino é exemplo que ilumina. Em primeiro lugar, pelo fato de ter aprendido, desde muito cedo, o valor da perseverança, do

esforço ilimitado e da força de vontade para superar as dificuldades. Nascido de família humilde, na velha Diamantina de Minas Gerais, criança ainda, viu-se órfão de pai. Sob a liderança incontestada de sua mãe, Dona Júlia, cuja fortaleza moral foi o permanente sustentáculo da família, o menino “Nonô” buscou na educação o caminho que o levaria a uma vida melhor.

E aqui, registro, com muita alegria, a presença do Coronel Affonso Heliodoro, grande brasiliense.

Impossibilitado de pagar pelos estudos, numa época em que a rede pública de escolas era por demais reduzida e essencialmente voltada para o curso primário, Juscelino não teve alternativa senão entrar para um seminário, ainda que a vocação para a vida religiosa jamais tivesse nele se manifestado. Foi assim que, em plena mocidade, chega à capital do Estado para fazer o curso de seus sonhos, a Medicina. Sonho aparentemente impossível para quem, naquele tempo, vinha de família relativamente desprovida de recursos materiais.

Juscelino não esmoreceu. Como outros jovens de situação parecida, como aquele que viria a ser um de seus mais diletos companheiros na vida pública, José Maria Alckmin, foi trabalhar arduamente para garantir o sustento em Belo Horizonte. Concluído o curso, não se contentou com o diploma de graduação. O próximo passo seria Paris, para onde se dirigiu a fim de se especializar em urologia.

À margem da vida acadêmica, Juscelino teria uma experiência que marcaria sua vida em todos os sentidos: o encontro com a jovem Sarah, de família com larga tradição política no Estado. Pelos braços dela, entra em contato com um universo diferente daquele com o qual sempre convivera. Casam-se e, a par da carreira médica vitoriosa, Juscelino acaba se enredando pelos encantos da política.

Começa, então, Sr^a Presidente, a outra vertente da vida de Juscelino, justamente a que o consagraria e faria dele um dos brasileiros mais conhecidos, respeitados e amados por seus concidadãos. Em plena Era Vargas – período em que, a despeito do visceral autoritarismo do Estado Novo, o Brasil começava a se modernizar, lançando as bases de sua industrialização –, o jovem médico assume seu primeiro cargo público de relevância. Sob as bênçãos do todo-poderoso Governador Benedito Valadares, toma posse como Prefeito de Belo Horizonte.

É exatamente na Prefeitura da capital mineira, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que se revela a verdadeira vocação de JK. Movido por um dinamismo sem igual, por invejável capacidade de trabalho e – atenção! – pela perfeita identificação com o espírito de modernidade, ele revoluciona os métodos adminis-

trativos vigentes. Belo Horizonte se transforma num canteiro de obras. Numa decisão histórica, resolve fazer de uma região abandonada e distante do perímetro urbano a vitrine de uma nova concepção de urbanismo. Nascia, assim, a hoje célebre Pampulha e, com ela, a moderna arquitetura brasileira. O então jovem arquiteto Oscar Niemeyer ali começava, efetivamente, sua vitoriosa carreira, fadada ao reconhecimento e à admiração pelo mundo afora.

Esse mesmo dinamismo JK emprestou ao Governo de Minas Gerais, para o qual foi eleito, no mesmo contexto em que Getúlio Vargas voltava à Presidência da República, agora pelo voto direto. Colocando em prática as ideias que o consagrariam mais tarde como Presidente, JK transformou radicalmente a realidade estadual. Com ele, um Estado tradicionalmente vinculado à agropecuária reorientava sua economia no sentido da industrialização. Para tanto, sua administração privilegiou, como nunca ocorrera, investimentos em infraestrutura, a começar pela geração de energia.

A imagem do administrador público comprometido com o desenvolvimento logo ultrapassou as fronteiras de Minas. Ancorado no maior partido então existente, o PSD, embora não enquadrado no figurino demasiado conservador da agremiação, JK foi alçado à natural condição de candidato à Presidência da República nas eleições de 1955. Foram terríveis as dificuldades que teve de enfrentar.

Em primeiro lugar, ele teve de vencer resistências internas para se candidatar. Velhas raposas pessedistas teimavam em não abrir passagem para uma candidatura moderna demais para seus padrões. Vencida a primeira etapa, o desafio era estabelecer alianças confiáveis em meio ao pesadíssimo clima político que se seguiu ao suicídio de Vargas, ocorrido em agosto do ano anterior.

A aliança, como seria natural, se fez com o PTB, ponta de lança do trabalhismo getulista. Uma jovem liderança trabalhista – gaúcho, herdeiro político de Vargas – foi lançada à vice-Presidência: era João Goulart, o Jango. Isso foi o bastante para que se incendiasse o paiol oposicionista da UDN.

Derrotada pelo voto do povo, a oposição, capitaneada pela UDN de Carlos Lacerda, escancara o projeto golpista que sempre acalentara, agora com o intuito de impedir a posse dos eleitos. A frase pronunciada por JK, “Deus poupou-me o sentimento do medo”, deu o tom de seu caráter e transformou-se na senha que uniria os legalistas. Graças à ação do Marechal Lott, a legalidade foi respeitada e, a 31 de janeiro de 1956, Juscelino assumia a Presidência da República.

Começava, então, Sr^a Presidenta, a mais extraordinária experiência administrativa que o Brasil co-

nhecera. Pela primeira vez na história, um governo se iniciava sob a égide do planejamento. Com o seu Plano de Metas, consubstanciado no lema dos “50 anos em 5”, JK imprimia um dinamismo até então desconhecido na máquina administrativa do País. Inteligentemente, manteve a estrutura ministerial existente, até mesmo como forma de acomodar interesses políticos diversos, mas fez questão de criar os “Grupos Executivos”, compostos por quadros técnicos de reconhecida competência e cuja atuação se fez à margem das tradicionais injunções políticas.

Foi assim, Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Brasil deu o grande salto de que carecia para efetivamente modernizar-se, integrar-se à economia global contemporânea. Investiu maciçamente em infraestrutura e optou pela instalação da indústria automobilística no País, justamente pelo caráter abrangente e multiplicador dessa atividade, que requer dezenas e dezenas de fábricas para atender às suas demandas.

Enfatizo, todavia, que o grande feito de JK foi ter incutido na alma brasileira a confiança em si mesma. Inundou-se o País com a mensagem de transformação plena, tudo se encaminhando para a conquista da modernidade. Na cultura, Bossa Nova e Cinema Novo, surgidos nesse contexto, explicitavam o sentimento criador que tomava conta do Brasil.

Mas, acima de tudo, Sr^a Presidente, há que destacar aquele que foi, em minha opinião, o maior legado dos anos JK. Refiro-me à decisão histórica, de cujos frutos todos nós hoje usufruímos, de promover a interiorização do desenvolvimento nacional. Nessa perspectiva, na condição de meta-síntese de seu Governo, Juscelino materializou o sonho acalentado por tantos e por tanto tempo de transferir a sede do poder político brasileiro para o interior do Brasil.

Brasília é, pois, muito mais do que uma bela cidade, verdade que o mundo reconhece e que a Unesco identifica como Patrimônio da Humanidade. Brasília tem, assim, um significado histórico que em muito transcende a estética revolucionária da arquitetura de Niemeyer ou a proposta urbanística arrojada e singular de Lúcio Costa. Brasília foi e é a ponta de lança do processo de encontro do Brasil consigo mesmo e da tradição litorânea com o País profundo que permanecia praticamente desconhecido.

Talvez o exemplo mais evidente do papel representado pela nova capital, plantada no coração do Planalto Central, seja a abertura da Rodovia Belém-Brasília, que, rasgando a densa floresta, tornou irreversível e definitiva a incorporação do Norte e do Centro-Oeste ao restante do País. Isso sem falar na expansão da fronteira agrícola brasileira e na montagem de novos polos industriais nessas regiões.

Uma obra administrativa da magnitude da que foi empreendida por JK, entre janeiro de 1956 e janeiro de 1961, só seria possível porque, à frente dela, estava um homem público vocacionado para o desenvolvimento e visceralmente comprometido com a democracia. Eis a enorme diferença, Sr^a Presidenta: muitas ditaduras conseguem obter expressivos resultados econômicos, inclusive com alguma facilidade. O difícil é fazê-lo dentro do mais absoluto respeito às normas democráticas. Foi o que Juscelino fez.

Aqui, aproveito para observar que, quando JK planejou Brasília, pensou a cidade para um novo Brasil, mais humano e com menos desequilíbrio. Compete a nós um olhar sobre o interior das cidades que se situam nos arredores das grandes metrópoles. Refiro-me, de modo especial, ao Entorno de Brasília, realidade sobre a qual terei a oportunidade, em pronunciamento próprio, de expressar e sugerir medidas, inclusive legislativas, objetivando auxiliar na conclusão do ideal sonhado por JK.

Quero registrar também a tolerância, palavra-chave a definir a personalidade de JK. Afável no trato, extremamente simpático e a esbanjar otimismo, ele notabilizou-se pelo respeito ao contrário e na aceitação plena do outro. Ante uma oposição ensandecida, personificada na UDN, que o acusava de tudo, a começar por corrupção, tomava a iniciativa de convidar alguém desse partido para exercer função de comandante na construção de Brasília. Em jogada de extrema transparência e de extrema habilidade, JK nomeou um udenista, o Deputado Íris Maeinberg, na fiscalização das finanças da construção de Brasília. Nada melhor para desarmar uma feroz oposição. Como resposta às tentativas golpistas de determinados setores da Aeronáutica, como se viu nos episódios de Aragarças e Jacareacanga, ofereceu as mãos estendidas e o benefício da anistia.

Esse foi o JK que aprendemos a admirar e a amar. Um JK que, desgraçadamente, foi ofendido e vilipendiado em sua honra pelo regime discricionário instaurado no País em 1964. Eleito Senador por Goiás, teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos logo no alvorecer da ditadura militar. Impedido pela força do arbítrio de voltar à Presidência, como seria natural em 1965, morreu sem reassumir seu lugar na vida pública brasileira.

Contudo, e este é o prêmio que a História reserva apenas às grandes figuras, permanece vivo na memória dos brasileiros e, especialmente, dos brasilienses. Vivo, respeitado e amado. Esta singela homenagem que lhe prestamos neste momento integra o sentimento majoritário presente na população brasileira de que JK foi o nosso maior estadista.

Que aprendamos com ele! Que sejamos dignos de seu legado!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

A Mesa cumprimenta o Senador Rodrigo Rollemberg e, ao mesmo tempo, convida-o a continuar na direção dos nossos trabalhos.

A Srª Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Convido, para fazer parte da Mesa, o Coronel Affonso Heliodoro. *(Palmas.)*

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Anna Christina, eu gostaria, primeiro, de agradecer ao nobre Senador Crivella pela oportunidade que me dá de falar neste momento. Muito obrigada, Senador Crivella.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lembrar Juscelino Kubitschek é evocar um dos períodos mais cruciais e importantes da história recente do Brasil, um período a que, não sem razão, muitos se referem como “os anos dourados”. Mesmo que aqueles anos não tenham sido uma verdadeira “idade de ouro”, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelas contradições e pelas limitações que o caracterizaram, o Brasil viveu, sem dúvida alguma, um tempo de otimismo, de criatividade, de entusiasmo juvenil, de arrojo, e tudo isso se cristalizou em torno de uma figura extremamente carismática chamada Juscelino Kubitschek. Se não foram de puro ouro ou de ouro puro, ao menos aqueles anos foram, sim, dourados.

Juscelino Kubitschek entrou para a política às vésperas do Estado Novo. Era Deputado Federal quando, em 10 de novembro de 1937, Vargas deu o golpe. Poucos anos depois, por indicação de Benedito Valadares, que, depois do golpe, continuara no Governo do Estado de Minas Gerais como interventor, assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte. Com a redemocratização, foi eleito novamente Deputado e participou da elaboração da nova Constituição. Finalmente, em 1955, foi eleito para a Presidência da República.

A trajetória política de Juscelino Kubitschek confunde-se, portanto, com as convulsões que caracterizaram a entrada do Brasil na modernidade. Apoiou

o movimento que levou Vargas ao poder, na década de 30, participou ativamente, depois, do movimento de redemocratização que se seguiu ao fim do Estado Novo varguista. Politicamente, participou nas duas frentes que deram forma ao Brasil moderno: a frente que resultou na quebra dos esquemas políticos da República Velha, abrindo caminho para a inovação econômica, mas com uma opção que se revelou, no final das contas, politicamente autoritária; e a frente que resultou na redemocratização após a Segunda Guerra.

Infelizmente, como sabemos, após a passagem de Juscelino Kubitschek pela Presidência, o País entrou em um novo ciclo de instabilidade política, que resultou em mais um longo período autoritário. O próprio Juscelino Kubitschek seria vítima da ditadura que se instalou em 1964, perdendo o mandato de Senador que conquistara pelo Estado de Goiás em 1962.

Economicamente, a marca de Juscelino Kubitschek, como bem destacou o Senador Rodrigo Rollemberg em seu pronunciamento, foi o desenvolvimentismo. A promessa arrojada dos “50 anos em cinco” visava a superar os obstáculos estruturais que entravavam o desenvolvimento nacional. As metas eram de fato, arrojadas, mas, na maior parte, como se reconhece, foram razoavelmente alcançadas. A construção de Brasília, que sintetizava o arrojo do Plano de Metas, é o símbolo mais eloquente das realizações do Governo Juscelino Kubitschek. Embora tenha tido um custo, que se manifestou na crise inflacionária e no desequilíbrio das contas externas, não há dúvida alguma de que a política desenvolvimentista fez o País dar um salto e avançar em diversos aspectos.

Culturalmente – esta é uma questão importante de se destacar, porque, quando homenageamos Juscelino Kubitschek, falamos muito dos seus feitos em relação à logística, ao trabalho desenvolvimentista de integração do território nacional; a construção de Brasília foi um passo muito importante para a efetiva integração do nosso País, mas é preciso falar de outro lado importante também, que foi o lado da alegria, da cultura, de um novo momento que passou a viver o nosso País –, os “anos dourados” foram também de grandes mudanças, em consonância com o que ocorria em todo o mundo, após as duras duas décadas anteriores, com a guerra que as marcou. A prosperidade e o otimismo favoreceram o desenvolvimento de novas formas de consumo, de novos comportamentos, de novos gostos. O Brasil, cada vez mais urbano, modernizava-se também nos seus costumes.

O entusiasmo pelo novo se espalhou pelas artes: cinema, teatro, música, literatura. No cinema, diretores como Nelson Pereira dos Santos já prenunciavam o movimento do Cinema Novo. Na literatura, novos ca-

minhos eram explorados por autores como Guimarães Rosa, com seu **Grande Sertão: Veredas**, de 1956, e com as experimentações poéticas de Haroldo e Augusto de Campos. Nas artes, Lygia Pape, Lygia Clark e Hélio Oiticica ousavam nas formas, assim como, na arquitetura e no urbanismo, faziam Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. E, na música, João Gilberto, Tom Jobim e Vinícius de Moraes começavam a revolução da Bossa Nova. Enfim, ao otimismo e à inovação dos costumes, veio juntar-se uma explosão de criatividade, que marcou, sem dúvida, apesar dos anos plúmbeos que se seguiram ao dourado dos anos 50, a evolução posterior da cultura brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todo esse otimismo, toda essa esperança e essa criatividade que marcaram os “anos dourados” acabaram associados e sintetizados na figura carismática de Juscelino Kubitschek, até hoje lembrado com saudade e reverência por muitos brasileiros, inclusive por aqueles que não o conheceram. E, mesmo para estes, o arrojo e o otimismo associados a Juscelino Kubitschek permanecem como um índice do que gostaríamos de ser, do País que gostaríamos de construir, um país que realizasse todas as suas promessas e enormes potencialidades contidas em seu povo, em seu território, em suas riquezas naturais, com mais justiça, com mais igualdade e com mais democracia para todos.

É dessa forma, com muito otimismo, que concluo meu breve pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo que Juscelino Kubitschek foi importante para o Brasil porque não foi só mais um Presidente, mas foi um Presidente que ajudou muito a fazer deste País o País que é hoje. Muito obrigada.

Cumprimento todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin.

Convido a fazer uso da palavra neste momento o Senador Marcelo Crivella.

Registro, com muita alegria, a presença entre nós da Dr^a Eunice Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente e autor desse requerimento, Exm^o Sr. Senador pelo Distrito Federal, Brasília, Rodrigo Rollemberg; a Sr^a Presidente do Memorial JK e neta do homenageado, Sr^a Anna Christina Kubitschek – bem-vinda a esta Casa. Quero saudar também o seu esposo – Juscelino teve duas irmãs e duas filhas, não teve filho nem irmão – Paulo Octávio, que naquele mirífico avatar passou a ser herdeiro das obras, das realizações, do espírito empreendedor, mas também do dilúvio de ódios e paixões da política, das

amarguras e sofrimentos – quero saudar V. Ex^a, cuja presença nesta Casa nos enche de alegria. Quero saudar também o Embaixador da República Eslovaca, o Exm^o Sr. Branislav Hitka, de onde vieram os avós da D. Júlia, da dona Naná, eles vieram da Boêmia – a Tchecoslováquia é Boêmia, Morávia e é também a Silésia, a maior parte é Boêmia – e de lá vieram os avós da D. Júlia e de lá veio o Kubitschek, e hoje aqui, representando o povo tcheco, está o Sr. Embaixador, a quem desejo nossas boas-vindas. Está também aqui conosco a Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Exm^a Sr^a Eunice Pereira Amorim Carvalhido. Está aqui também o ex-assessor do Presidente da República Juscelino Kubitschek, o Sr. Affonso Heliodoro dos Santos – seja bem-vindo, o senhor nos honra muito. Eu queria saudar também o Coral, que hoje se superou, não só no canto do Hino Nacional, mas também na cantiga que nos encheu de ternura, que encheu de emoção este ambiente, porque nos fez lembrar o nosso grande Presidente – era a música que ele gostava, Peixe Vivo.

Senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, hoje é o aniversário do nosso Presidente, ele nasceu em 12 de setembro de 1902. Mas não vou falar desse dia. Vou falar de outro dia, Senador Pedro Simon, do dia em que amanheceu triste o Brasil: o dia 23 de agosto de 1976. Na véspera, no meu Estado, no Município de Resende, houve um trágico acidente.

Naquele dia, por todo o Brasil, na manhã do dia 23 de agosto de 1976, o dia em que amanheceu triste o Brasil, havia em cada lar uma prece, em cada olhar uma lágrima e em cada coração um voto de pesar e de saudade. A Nação se calou e Minas chorou, nas Cordilheiras da Mantiqueira, no Caraça, nas cavernas e nas grutas, nas cachoeiras e nas campinas. Dos Buritis a Itajubá, do Parnaíba a Nanuque, Minas, em sua tristeza, era a síntese da alma nacional de quase cem milhões de brasileiros que, naquela manhã, tomados da mesma emoção, sentindo a mesma dor, unidos na mesma amargura, carpiam o líder excepcional, o Presidente, o amigo do povo, o servidor de todos, que horas antes a morte lhes arrebatara tragicamente.

É que Juscelino Kubitschek de Oliveira foi um político por excelência. Seu coração não escondia o ódio, mas era fonte de amor.

O povo brasileiro chorou e lembrou que, de cada etapa da sua existência, irradiava-se uma lição que enobrece e dignifica a vida: do menino pobre e órfão de pai, da histórica Diamantina, mas bom filho, bom irmão, bom amigo, nos vem a doçura da alma mineira, que um dia foi imortalizada pelo poeta Sarney, quando disse que Minas não tem mar, nem poderia ter, porque

o mar é salgado e Minas é doce. É daí que vinha a doçura do menino Juscelino. Do rapazinho empreendedor, que precisava ajudar as irmãs e a mãe, e que atravessava as madrugadas debruçado sobre um aparelho telegráfico, nos vem a fé no trabalho. Do jovem médico humanitário das campanhas da Mantiqueira nos vem o amor ao próximo e, do estadista, o respeito cego à Constituição. Da dignidade humana elevada à categoria de um dogma e da sua imaculada vocação democrática, ele fazia uma simbiose do prazer de uma arte com a devoção sagrada de um sacerdócio.

Por onde ele andava, ao seu redor se formava uma atmosfera sem trevas, sem nuvens de maus presságios e sem os trovões da insensatez e da destemperança. Ao contrário, irradiava-se uma luz que contagiava os homens de boa vontade e sintonizava-os na doce energia da sua criatividade e virtude cristã.

Prefeito de Belo Horizonte nomeado pelo então Governador Benedito Valadares, como lembrou o insigne orador de Brasília, nosso Senador Rollemberg, ele mostra sua capacidade criadora, inova, renova e transforma aquela capital sertaneja, até então inexpressiva, obscura, numa metrópole moderna e dinâmica, com o embelezamento da Pampulha, para onde convoca o gênio de artistas, antes desconhecidos, hoje renomados mundialmente: Niemeyer, Lúcio Costa, Portinari, Burle Marx e Santa Rosa. E o povo mineiro, surpreendido e agradecido, passa a chamá-lo nas ruas, carinhosamente, de Prefeito Furacão.

Governador de Minas. Dias, meses e anos de um labor infindável. Ele cria, em 1952, a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais), constrói cinco usinas hidrelétricas, rasga o território com três mil quilômetros de rodovias. Promete construir em dois anos uma usina siderúrgica, que ele inaugura – prometeu e cumpriu – em 12 de setembro de 1954, com a presença do Presidente Getúlio Vargas, a Siderúrgica Mannesmann, na região metropolitana de Belo Horizonte. E de tal maneira se houve no Governo de Minas e foi tão grande o volume de suas realizações que seu nome se projetou por todos os recantos do Brasil, que passou a ver, no Governador de Minas, um líder presente, atuante, inteligente, um dos maiores do seu tempo.

A sua caminhada lá para a minha terra, para o Palácio do Catete, foi uma epopéia, a transposição de um terreno minado, que a outro teria desanimado, menos a ele que tinha a fibra de um gladiador, o arrojo de um bandeirante e a fé de um mártir. Seus adversários lhe impuseram uma campanha dura, das mais ásperas e virulentas. No rádio, na imprensa escrita, na televisão, nas tribunas parlamentares, de nada foi poupado. Não houve expediente dos mais torpes aos mais desumanos que contra ele não fossem levantados.

Mas ele, nem mesmo no vértice do seu sofrimento, no paroxismo da sua luta, quanto mais contundentes as injúrias, quanto mais infamantes as calúnias, ele não se deixou intimidar ou se atormentar ou sequer perder a linha da sua elevada compostura.

Era acima de tudo um mineiro, mineiro na maneira de pensar e de agir, no cuidado com a vida, no coração sem ódio, na humildade sem subserviência, na altivez sem orgulho, na prudência sem hesitação. Era mineiro na sua índole de conciliar, de saber a hora de calar, na vocação do entendimento, de não reagir na fumaça do tiro, de ponderar, de encontrar a solução pacífica para os mais complexos dilemas da vida.

Todos se lembram dos primeiros dias do seu governo. O estado de sítio amortilhava a Nação para deter o delírio dos inconformados. O Brasil estava sangrando e dividido em campos nitidamente caracterizados. Crise econômica, crise política, crise militar. Os mais otimistas previam: governo agitado, legalidade ameaçada.

Eis que se revela o estadista, em toda a sua plenitude, e o gênio político na força de sua capacidade. Os que dele esperavam vinditas, revanche e ódio se surpreendem e se decepcionam. Ele suspende o estado de sítio no primeiro dia do seu governo, por iniciativa própria, devolve à imprensa e aos meios de comunicação os instrumentos da liberdade. Cinco anos de governo, cinco anos de prática ilesa da democracia. Judiciário e Legislativo intocáveis na sua majestade, imprensa solta, e ele então consegue o prestígio internacional pelo respeito à voz das urnas e diuturna vigilância na observância dos sagrados direitos do homem.

Seria fastidioso, Paulo Octávio, falar das imensas realizações de Juscelino Kubitschek na Presidência da República, mas nós não podemos deixar de falar de Brasília, porque seria uma omissão imperdoável.

O sonho desta Capital estava nos primórdios de nossa História. Foi o devaneio dos bandeirantes e dos Inconfidentes, visão de inspiração divina de Dom Bosco, mandamento imperativo de todas as nossas Constituições – haveria de encontrar, no homem das alterosas – sonhador, temerário e ousado – as mãos ciclópicas para plantá-la e chantá-la nessas regiões abandonadas do Planalto Central, como âncora da nossa nacionalidade a lhe apontar, para sempre, os horizontes sem fim da esperança.

Esta bela Capital é uma imensa forja onde se acrisolam as essências mais puras da nossa nacionalidade. É o alto forno onde se retemperam as energias da brasilidade, é a mais alta realização artística de uma raça tomada de criatividade e ímpeto.

Cassaram o Presidente, é verdade. Baniram-no da vida pública. Os vilipêndios atormentaram os últimos anos de sua existência. Foi condenado a ser um

morto vivo, ninguém falava dele, um fantasma vagando, um miasma. A imprensa censurada dele não podia se lembrar. A Rede Globo não mencionava seu nome. Foi submetido aos mais infames interrogatórios inquisitoriais, motivados por inveja e despeito, mas nada demoliu seu ânimo. Apenas no exílio ele se entibiu. No exílio ele sofreu. A saudade da Pátria e o medo de que não pudesse mais revê-la o angustiavam. De Nova Iorque ele escreve a um amigo palavras ressumadas de tristeza, palavras ressumadas de amargura. Ouçamo-lo:

O dia de Natal amanheceu triste. São duas horas da tarde e a noite já cobriu a cidade. Não se veem senão as luzes fosforescentes dos carros e dos anúncios. Ontem tive surpresa comigo mesmo. À noite, por volta das sete horas, senti uma solidão mortal. Não conseguia atender a telefonemas sem quebrar a emoção, porque esta me impedia de falar. Uma tristeza pesada, brutal, dolorosa invadiu-me. Por que está acontecendo isto comigo?

O exílio é o preço que os grandes homens pagam para conseguir um lugar no coração do povo – eles são supliciados antes de serem justificados. Não foram poucos os exilados na história do Brasil: os Andradas, que nos deram a Independência; Pedro II, o mais conspícuo de todos os brasileiros, morreu desterrado, com o coração esvaado de saudade e a alma ulcerada de desenganos; Ruy Barbosa; Epitácio Pessoa; Silveira Martins; Washington Luís. São constelações fulgurantes um dia desterrados, hoje a brilhar no Panteão da Pátria.

O exílio era o toque que faltava para compor a imagem histórica de Juscelino, a moldura de ouro de sua radiosa personalidade, o píncaro da sua empolgante trajetória.

Falando, pela última vez desta tribuna do Senado da República, onde se orgulhava de representar o bravo Estado de Goiás, e quando dúvidas já não mais restavam de sua proscrição iminente, Juscelino, com emoção, extravasou seu coração quando disse:

Mais uma vez tenho nas mãos a bandeira da democracia que me oferecem, neste momento em que, com ou sem direitos políticos, prosseguirei na luta em favor do Brasil. Sei que nesta terra brasileira as tiranias não duram; que somos uma Nação humana penetrada pelo espírito da justiça. Homem do povo, levado ao poder sempre pela vontade do povo, adianto-me, apenas, ao sofrimento que o povo vai enfrentar nestas horas de trevas, que já estão caindo sobre nós. Mas delas sairemos para a ressurreição de um novo dia, dia em

que se restabelecerão a justiça e o respeito à pessoa humana.

Hoje, em sua memória, nos reunimos no plenário desta Casa para mais uma vez celebrar com orgulho cívico o ilustre líder mineiro, que nos deixou a lição indelével de que todo sacrifício é pequeno quando celebrado com ardor cívico no altar da Pátria.

Sua obra, Márcia, não morreu. Não morrerá nunca. Enquanto houver um brasileiro, por mais anônimo e solitário que seja, caminhando pelas ruas de Brasília, no eco dos seus passos, na imagem da sua sombra e no brilho dos seus olhos estará plasmado o reflexo da obra e dos sonhos do grande brasileiro, do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o Garimpeiro de Diamantina.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella, por suas belas palavras.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Geovani Borges.

Registro, com alegria, a presença entre nós do Senador Adelmir Santana, do Ministro Carlos Mathias e da Ex^{ma} Julieta Fajardo Cavalcanti de Albuquerque, Subprocuradora-Geral da República.

Passo a palavra ao Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, primeiro signatário do requerimento de realização desta sessão; Sr^a Presidente do Memorial JK e neta do nosso querido homenageado, Sr^a Anna Christina Kubitschek; ex-assessor do Presidente da República Juscelino Kubitschek Oliveira, Sr. Coronel Affonso Heliodoro dos Santos; Embaixador da República Eslovaca, Ex^{mo} Sr. Branislav Hitka – desculpe-me a pronúncia –; Procuradora-Geral da Justiça do Ministério do Distrito Federal e Territórios, Ex^{ma} Sr^a Eunice Pereira Amorim Carvalhido; nosso ex-Governador do Distrito Federal e ex-Senador da República Ex^{mo} Sr. Paulo Octávio, que nos brinda aqui com sua presença e que está acompanhado do nosso querido Senador Adelmir Santana; senhoras e senhores representantes do corpo diplomático, meus senhores e minhas senhoras, estamos reunidos, hoje, para celebrar os 109 anos de nascimento de Juscelino Kubitschek. Geralmente, as datas comemorativas dos mitos da história nacional são marcadas na ocasião da sua morte, mas JK só poderia ser lembrado pela data de nascimento. Talvez, isso seja produto do cuidado com que o notável político casava os eventos da sua biografia com os fatos da biografia da Nação. Na sua época, o 12 de setembro era quase uma data nacional.

Não seria exagero considerar que o período de JK representou a alvorada da evolução histórica brasileira. Nos anos de 1950 e de 1960, os nossos anos dourados, o Brasil mudou. A população cresceu fortemente e urbanizou-se. A década de 1950 a 1959 experimentou níveis de expansão asiáticos, com a segunda melhor média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do período posterior a 1946, 7,15%.

Chamo a atenção para o termo “Alvorada”. O político mineiro, em antevisão que anunciava o limiar da nova era, utilizou-o em uma das passagens mais citadas do ideário nacional, ao fixar a primeira impressão, em 2 de dezembro de 1956, daquele que seria o maior desafio da sua gestão, a construção de Brasília. Deixo registrada esta citação:

Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu País e antevejo esta Alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.

Nesse contexto, a mudança da capital passou a ser a representação mais visível do Programa de Metas de JK, que prometia fazer crescer o País 50 anos em apenas cinco, pois simbolizava a interiorização da sua ocupação econômica. Até então, o Brasil estava condenado a palmilhar as costas litorâneas feito caranguejo, para utilizar uma expressão do primeiro historiador brasileiro, Frei Vicente do Salvador, ao caracterizar a colonização portuguesa em pleno século XVII. A fórmula expansão para o Oeste era, até JK, apenas um capítulo da história das ideias, sem encarnar qualquer projeto consequente.

Mesmo a morte de JK, em circunstâncias trágicas conhecidas de todos, representou outra Alvorada em nossa história. Naquele momento, em que a ditadura conhecia as suas primeiras derrotas nas urnas, as cerimônias fúnebres do grande líder inauguraram os movimentos de protesto que marcariam a transição democrática.

Naquele momento, o político corporificava a restauração da democracia, sem jamais esquecer que seu último mandato político foi de Senador, antes de conhecer a cassação pelo regime autoritário. Mesmo no exílio, não se cansou de lutar pela derradeira missão de sua vida.

O compromisso sólido com a democracia, Sr^{as} e Srs. Senadores, marcou a biografia desse homem público, até mesmo na leitura que fazia do projeto urbanístico de Lúcio Costa para a Praça dos Três Poderes, em 1959, como deixou registrado:

A ideia, enfim, de localizar a sede dos três poderes fundamentais, não no centro do núcleo urbano, mas na sua extremidade, sobre o terrapleno triangular, como palma de mão que se abrisse além do braço estendido da esplanada, onde se alinham os ministérios. Assim sobrelevados, e tratados com dignidade e apuro arquitetônico, em contraste com a agreste natureza circundante, eles se oferecem simbolicamente à Nação e parecem dizer ao povo: votai, que o poder é vosso!

Símbolos do que chamou Vinícius de Moraes “imensos limites da pátria”, como nos lembra o poeta maior João Cabral de Melo Neto, os monumentos de Brasília escondem energias insuspeitadas dos candangos que os construíram. E revelam outra faceta de JK: a imersão no universo popular e a solidariedade comovente com os mais humildes.

Abro outro parêntese, para dizer, desta tribuna, que tenho a honra de ser filho de um ex-candango de Brasília, Sr. Miguel Pinheiro Borges. E minha mãe, neste momento, está nos assistindo. Nasci no Amapá, mas minha família gerou um filho aqui, o ex-Senador Gilvam Borges, no tempo em que meu pai ajudou a construir Brasília. E, como Senador da República, tenho esta oportunidade.

São muitos e variados os depoimentos sobre a relação de JK com o povo mais humilde e trabalhador. Juscelino percorria as obras de Brasília, muitas vezes em um jipe apinhado, para fiscalizar pessoalmente o andamento da construção. E como gostava de se misturar com os peões, que o saudavam euforicamente nessas ocasiões! Meu pai, naquela época, contava-nos que ele conversou com o Presidente Juscelino Kubitschek num barraco, sentado numa caixa de sabão vazia, que era o banco, no meio dos candangos; ele me deu esse testemunho. Deles, dos peões, JK retirou a energia e o apoio necessários para enfrentar os momentos delicados da sua grande obra, que não foram poucos.

Recentemente, em obras de reparo do prédio do nosso Congresso Nacional, localizaram-se, em seus subterrâneos, escritos dos peões que trabalharam na construção. A mensagem mais extensa chamou-me a atenção. Era do operário José Silva Guerra, trazia a data de 22 de abril de 1959 e consignava o seguinte texto, Sr. Presidente: “Que os homens de amanhã que aqui vierem tenham compaixão dos nossos filhos e que a lei se cumpra”. Seu José parecia ter em mente o perfil de JK, que se notabilizara por esta compaixão com o povo humilde e trabalhador e pela percepção de que a democracia se assenta na observância das leis.

Qualquer discurso laudatório, em conclusão, não poderia dar conta do fundador de Brasília. Parafraseando João Goulart, no pronunciamento de instalação do Congresso Nacional, de 21 de abril de 1960, poderíamos dizer que, com Juscelino, “a eloquência está nos fatos, não nas palavras”.

Era o que tinha a dizer.

Quero parabenizar o nosso Senador Rodrigo Rollemberg pela bela iniciativa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Geovani Borges.

Agora, convido, para fazer uso da palavra, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a Anna Christina Kubitschek, Senadores, senhoras e senhores, creio que é difícil encontrar na história do Brasil uma figura que, no seu perfil, reúna os atributos e as qualidades de Juscelino. Foi o político completo na sua caminhada – Deputado, Prefeito de Belo Horizonte, Governador de Minas Gerais, Presidente da República. Como Prefeito de Belo Horizonte, foi um inovador: a sua obra na Pampulha e tantas outras; a sua aliança com o grande arquiteto Niemeyer e com Lúcio Costa durou a vida inteira. Como governador, foi um marco na história de Minas, o governador que marcou o seu governo por estradas, por energia, por indústria. Em qualquer análise que se faça na vida mineira, diz-se que o grande governador que mudou, que transformou a maneira de ser de Minas Gerais foi Juscelino Kubitschek.

Ao final de seu governo, seu nome era uma candidatura natural, mas ele não era o candidato do PSD. Juscelino, pelo seu estilo independente, pela sua forma de agir, de ser, não era um homem de conchavo, daquele velho PSD, dos coronéis. Aquele não era o Juscelino.

O candidato a Presidente da República do PST era o Nereu Ramos, e toda a cúpula do PST estava com Nereu Ramos. E veio Juscelino. E, aí, o Juscelino teve um lance de genialidade. Ele pagou caro, quase não assumiu, mas fez o lance. Não vamos esquecer que Jango tinha sido Ministro do Trabalho de Getúlio, que o Memorial dos Coronéis exigiu sua deposição. Era o filho querido, embora não o filho natural, mas filho afetivo do Getúlio; o homem que, durante o exílio de Getúlio, nos anos que ele passou lá em São Borja esquecido de todos, ficou quatro anos com o Dr. Getúlio; depois saiu com ele percorrendo o Brasil. Ministro do Trabalho, deu aumento salarial considerado exagerado para a época, e os coronéis fizeram um memorial exigindo a demissão de João Goulart. Getúlio, que já

estava na fase do desgaste, foi obrigado a aceitar, e Jango foi demitido do Ministério do Trabalho.

Preparando para concorrer na chapa, eis que o Juscelino vai buscar para ser o candidato a vice o João Goulart. E é claro que pegou a má vontade total por parte dos militares, acompanhada, inclusive, por parte da cúpula do PSD que teve de aceitar, mas lutaram até o fim pela candidatura do Nereu. Aliás, lutaram até o fim pela candidatura do Nereu, que chegou a passar pela Presidência. Não durou muito tempo, mas passou pela Presidência. Ele teve coragem, fez uma aliança PSD/PTB.

À época, apresentavam-se várias hipóteses: o grande nome do PTB era o Oswaldo Aranha, que queria ser candidato e tinha todas as condições para ser candidato, e seria o candidato. Juscelino tirou o tapete quando fez o acordo com Jango, que era o dono do partido e presidente do partido, e elegeu-se Presidente da República.

Todos sabemos como foi difícil a posse! Araraçás, Jacareacanga, movimentos e mais movimentos contra a posse de Juscelino. A rigor, o argumento era João Goulart... E também não tinha nada contra o Sr. João Goulart: ele tinha dado um aumento ao funcionalismo... aos trabalhadores da época com salário mínimo. Foi uma luta difícil.

O Sr. Carlos Lacerda... Figura estranha a do Carlos Lacerda... Carlos Lacerda foi um gênio! Gênio da comunicação. Às vezes, eu... Graças a Deus, quando ele estava aqui, ainda não tinha televisão. Se fosse com a televisão, eu não sei o que ele faria, se fez tudo o que ele fez com a rádio: derrubou Jânio, derrubou Getúlio e quase não deixou Juscelino tomar posse.

Assumi! Aí, todo o mundo ficou na expectativa e todo o mundo cobrou! Juscelino tinha – até para manter sua autoridade – de tomar providências. Alguém tinha de pagar o preço pelo verdadeiro golpe que tramaram e que só não saiu porque o Lott, com muita competência – grande competência! – quando foi demitido do Ministério do Exército (à época Ministério da Guerra) e viu que a demissão dele significava a não posse de Juscelino, de madrugada, em vez de ir para casa, como anunciado, foi para o Ministério da Guerra e garantiu a posse de Juscelino.

O drama de Carlos Luz, Presidente da Câmara, assumindo, e Café Filho, Vice-Presidente em exercício, que ficou doente e, de repente, quis voltar para assumir... Aí, não! Está doente, fica doente. Mas o Nereu ficou e garantiu a posse de Juscelino Kubitschek. Assumi, e a primeira coisa que fez foi dar anistia. Esqueceu. Nem Lacerda, nem militares, nem coisa nenhuma... Foi um governo que se iniciou sob o ritmo da paz e da compreensão. E assim foi o seu governo.

E assim foi o seu Governo: acertou-se com o PSD, teve o melhor entendimento com o PSD. Também não é muito mérito, porque o PSD, quando viu que o Juscelino era o novo Presidente, adaptou-se ao novo Presidente. Mas ele teve a competência de fazer isso bem, coisa que hoje não se faz – estamos vendo aí que, com o PMDB, não consegue acertar-se. Acertou-se com o João Goulart, acertou-se com o PTB, fez um diálogo de respeito recíproco e fez um grande governo.

Cá entre nós, fazer Brasília em menos de cinco anos... Não tem exemplo. É uma obra que, realmente, demonstra capacidade, porque ou ele fazia em cinco anos ou até hoje não tinha acabado. Se ele tivesse feito a avenida dos ministérios, mais não sei o quê, mais não sei o quê, e deixasse para o Jânio continuar, o Jânio não continuaria, pararia tudo, passaria a vassoura e tiraria tudo. E, se deixasse para os militares, meu Deus do céu... Fez com competência, com autoridade.

É impressionante analisar as obras que ele realizou, as estradas que ele fez, as hidrovias, como Furnas, Três Marias... Realmente, olha que adotou com categoria os 50 anos em 5. Se fez 50 anos mesmo em 5, eu não sei, mas que ele fez muita coisa em 5 anos eu não tenho dúvida alguma. Sempre com respeito, com tranquilidade, com a maior democracia, a maior serenidade.

A campanha do Jânio Quadros contra ele foi absurda, ridícula, escandalosa e foi feita com Jânio dizendo que vinha com a vassoura e não sei o quê. Ele aguentou firme e aguentou tranquilo.

Mas, que figura magnífica a de Juscelino!

Ele e a tua avó o Brasil admirava. Dizem que ele dançava muito e não sei quê, mas o carinho que tinham, o afeto que demonstravam! Quando vejo ali – uma coisa interessante –, por exemplo, o Parque da Cidade, Parque Dona Sarah Kubitschek. O parque deveria ser Sarah Kubitschek; o “Dona” era porque todo o Brasil se acostumou a chamá-la de “Dona”. É “Dona” e ficou como Dona. É o Parque Dona Sarah, Hospital Dona Sarah, porque, realmente, ela impôs o nome dela nesse sentido.

Eu me lembro de que fui presidente da junta governativa da UNE durante seis meses, e fizemos um congresso mundial de estudantes de Direito em Porto Alegre. Organizamos todo o congresso, fizemos tudo, preparamos, convidamos todo o mundo, tudo. Lotamos hotéis, fizemos tudo o que tinha para fazer. Tinha tudo, só não tinha dinheiro para pagar; não tinha nada! Aí – essa fotografia está lá no Memorial –, eu cheguei para o Juscelino e disse o seguinte: “Presidente, é assim? A obra é assim, é assim, é assim. O mundo inteiro... Presidente, é a obra mais importante do seu governo, Presidente!”. Ele se virou para o Paschoal Carlos

Magno, que era o homem particular para assuntos de cultura dele, e disse: “Paschoal, é a obra mais importante do meu governo, e você ainda não me falou nada, Paschoal!”.

Eu morri de vergonha, mas ele deu o dinheiro, bancou e fez.

Que saudade eu tenho daquele tempo! Eu era guri, mas foram cinco anos da maior tranquilidade; foram cinco anos de amor, de paz; foram cinco anos de compreensão, de respeito.

E ele, com a maior grandeza, entregou a Presidência para Jânio Quadros. Olha que a própria UDN não fazia muita questão de entregar o governo para o Jânio Quadros. Jânio Quadros foi um fenômeno que aconteceu e aconteceu, mas ele não: entregou e fez a sua parte.

Eleito Senador, JK-65 estava na rua. E, cá entre nós, eu não tenho nenhuma dúvida – nenhuma dúvida! – de que o JK-65 ganharia do Carlos Lacerda. Nenhuma dúvida de que era o candidato e que também queria ser. Aí, é um fato interessante. Quando Juscelino era Presidente da República, na Escola Superior de Guerra, o Lacerda estava lá fazendo demônio contra o governo dele. Então, ele mandou o Dr. Tancredo Neves ir lá para a escola vigiar o Lacerda. E o Tancredo foi. O Tancredo, ladino, terminou à mesa ao lado do Castelo Branco. Ele, durante todo o período, almoçava, jantava e tomava café da manhã com o Castelo Branco, e fez grande amizade com o Castelo Branco, tanto que o Castelo Branco tinha uma filha, e o Tancredo foi padrinho de casamento da filha do Castelo Branco.

Na hora em que veio aqui para votar no Castelo Branco para Presidente da República, Tancredo levou Juscelino para o lado: “Não vote.” “Mas ele é teu amigo! Tu és padrinho da filha dele de casamento!” “É meu grande amigo, é um grande homem, é um grande brasileiro, mas é um radical. Ele tem ideias na cabeça que ele acha que é aquilo. Ele vai te cassar!”

Juscelino não acreditou. Então, aconteceram coisas que ninguém estranhou até hoje: um homem tranquilo que nem o Tancredo, pacifista total, foi o único que votou contra o Castelo Branco. Juscelino votou a favor, e, pouco depois, viria a cassação.

São coisas difíceis.

Eu aconselharia a vocês irem lá ao Memorial e apertarem ali para ver: um avião vindo em direção a Brasília, em que estavam o Juscelino e o piloto do avião, pedindo para descer em Brasília, e a torre dizendo que não tinham autorização para descer em Brasília. “Mas nós estamos ficando sem gasolina; eu não posso chegar até lá!” “Façam o que quiserem. Em Brasília, não descem!”.

E não os deixaram descer.

Vale a pena ver, porque é uma coisa que só assistindo! Eu assisti a isto mais de uma vez, sempre com lágrimas nos olhos: um Presidente da República vindo, impedido de chegar à cidade que ele construiu.

Juscelino foi um homem de gestos impressionantes. Quem diria que ele fosse a Montevideu – não para falar com o Jango, porque o Jango e ele foram grandes amigos a vida inteira –, levando o Lacerda junto. Jango, Lacerda e Juscelino fizeram a Frente Ampla. E tiveram a coragem de fazer a Frente Ampla, que era um movimento democrático para democratizar o País, em que a tese era deixar de lado as coisas que eram passado e olhar para a frente. Olhar para a frente, olhar para o futuro.

Os dois, inclusive, diziam que as duas candidaturas não eram importantes. Importante era a retomada da democracia.

Esse era o Juscelino.

É muito difícil encontrar uma figura como Juscelino na política do mundo inteiro. No Brasil, então, meu Deus! E ele fazia isso tudo com aquela alegria, com aquele sorriso, com aquela felicidade, com aquele otimismo! Ele olhava para a gente e abraçava... Eu vou falar para vocês, com toda sinceridade: eu nunca me senti tão bem na vida, abraçando alguém, quanto quando eu cumprimentei o Dr. Juscelino. Ele era ativo. Ele fazia as coisas com felicidade, mostrando que ele estava gostando de fazer aquilo.

Os funcionários que trabalhavam com ele diziam isso, e eu vi num livro que fala sobre ele. O ex-Ministro Costa Couto, que fez uma biografia espetacular, conta isso: o carinho, o afeto e a amizade que todos que trabalharam com ele têm. Todos! Lá na prefeitura, lá no governo do Estado e na Presidência da República. Um afeto profundo! Ele os tratava de igual para igual.

Esse era o Juscelino.

É verdade que o Brasil, até vamos fazer justiça, não presta muitas homenagens, mas, graças a alguns grandes amigos, nós temos esse memorial, porque ele merece. É um belo memorial, singelo, simples. Aquele túmulo, naquela imponência, nos deixa meio gelados, mas hoje é um grande dia.

Eu vi, ontem, aquelas manifestações, e a televisão do mundo inteiro chorando pelos três mil mortos nos Estados Unidos. E chorou bem. Foi uma barbárie, foi uma violência aqueles dois aviões derrubando aquelas torres, quando três mil inocentes morreram.

Os americanos poderiam ter aumentado um pouco e, junto ao memorial, botar não sei quantos milhões do Iraque, não sei quantos milhões do Afeganistão e tantos milhões do Japão e tantos milhões não sei da onde, que também morreram, fruto do mesmo absurdo. Quem usa a violência acaba sofrendo a violência.

Meu amigo Juscelino, eu não tenho nenhuma dúvida, mesmo dos mais apaixonados, se é que ainda existe alguém, herdeiros do Lacerda, eu duvido que tenha alguém hoje que não tire o chapéu para o Juscelino. Eu duvido. Eu duvido que, seja político, seja o que for alguém, não reconheçam: “Esse foi um grande homem”.

V. S^a deve orgulhar-se. Olha que ser neta de Juscelino, meu Deus do céu! Você tem do que se orgulhar! Mas o Brasil inteiro se orgulha contigo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon, por suas belas palavras. É uma verdadeira aula de história, no plenário do Senado, na tarde de hoje.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador, Anna Christina; Coronel, fico muito feliz pela sua presença, representando os pioneiros que viram nascer esta cidade; cumprimento, especialmente, o Senador Paulo Otávio, aqui presente, e a todos os demais.

Como morador desta cidade, eu não poderia deixar de estar aqui hoje. Mas, sobretudo como brasileiro, eu não poderia deixar de estar aqui hoje, prestando esta homenagem. E eu creio que a melhor maneira de prestar esta homenagem é lembrando o que diria Juscelino hoje do que se passou desde a sua morte. O que lamentaria? Com o que se preocuparia Juscelino com o Brasil de hoje? O que proporia Juscelino para o Brasil do futuro?

Eu creio que a gente pode dizer que ele se surpreenderia, sem dúvida alguma, por exemplo, com o grau de maturidade política da democracia brasileira. Ele ficaria surpreso. Ele, que esteve ameaçado de não tomar posse, como disse o Senador Pedro Simon há pouco, que viu um golpe, poucos anos depois, jogando-o no exílio, ficaria surpreso como o Brasil conseguiu atravessar já mais de duas décadas de uma democracia plena.

Ele também ficaria surpreso, certamente positivamente, com a estabilidade monetária que o Brasil vive já há muitos anos. Ele passou sua vida inteira – como, aliás, muitos de nós aqui também, até que veio o Plano Real – atravessando o mundo sem uma moeda que permitisse referência de um dia para o outro nas contabilidades dos seus gastos. Essa seria uma grande surpresa dele. Ele se surpreenderia também com a moeda forte que o Brasil tem. Quem imaginaria que o Brasil teria, ao longo de tanto tempo, uma moeda estável e forte em relação às outras moedas do mundo?

Ele se surpreenderia também, positivamente, com uma coisa inacreditável no seu tempo, que era a existência de uma economia aberta no Brasil, Senador, capaz de abrir as portas e não temer a concorrência.

Juscelino, se estivesse vivo hoje, teria muito com que se surpreender, sem falar a surpresa, embora ele fosse um visionário, de como Brasília, que ele imaginou, ficaria tão grande em tão pouco tempo. Ele teria uma surpresa, se saísse caminhando por aí, com o prestígio que ele tem, que é crescente, em vez de diminuir, o que só acontece com os grandes personagens da história, porque, na política, é até comum a gente crescer eleitoralmente, mas cai se não for uma figura histórica da dimensão de um Juscelino.

Há outros aspectos com que ele se surpreenderia pelas mudanças que o nosso País conseguiu, mas não vamos ficar nisso.

Do que ele se lamentaria ao olhar ao redor, não no sentido de ele ser responsável, mas de ele não ver no Brasil o contrário? O que o incomodaria?

Eu creio, por exemplo, comparando com seu tempo, que ele se incomodaria com a pobreza do debate de ideias que o Brasil hoje atravessa. Juscelino foi de um tempo de uma riqueza imensa de debates entre o que então se chamava de esquerda e direita, desenvolvimentistas e não desenvolvimentistas, aqueles que defendiam a agricultura e os que defendiam a indústria. Era um momento de ebulição de ideias.

Nós não temos isso hoje. Temos quase um deserto de debates ideológicos. Isso surpreenderia muito Juscelino.

Surpreenderia Juscelino, sobretudo, a falta de nitidez ideológica entre os partidos políticos e entre os políticos no Brasil. A maneira como cada um está aliado no outro dia com qualquer um com que antes estava disputando e brigando seria uma surpresa que eu acho Juscelino lamentaria, porque, no seu tempo, apesar de que tínhamos partidos mais ou menos parecidos, as pessoas sabiam o que elas eram. Não havia dúvida de quem estaria de um lado e de quem estaria do outro. Ninguém se perguntava em tal eleição quem vai estar aliado com quem. Isso era uma coisa natural, óbvia. Ele eu creio que lamentaria essa falta de nitidez das ideias políticas no Brasil de hoje. Claro que ele jamais imaginaria a queda do Muro de Berlim e o impacto que isso teria no Brasil. A globalização e o impacto que isso teria no Brasil. Mas, com essa outra explicação, o fato é que eu acho que provavelmente ele lamentaria que estejamos vivendo um momento sem nitidez e que tudo é possível do ponto de vista das alianças. Em consequência até disso, eu creio que ele lamentaria muito o grau de corrupção que existe hoje na política brasileira.

Não acredito que Juscelino pudesse imaginar que o Brasil, que se democratizou, que se estabilizou, que cresceu economicamente, chegaria a este momento da sua história com as alianças espúrias e a corrupção visível que nós temos hoje na política brasileira. Eu acho que seria uma grande decepção que ele teria.

Eu creio que ele sentiria, certamente, certo constrangimento, e aí talvez até certa autocrítica, apesar do tempo todo que já faz seu governo, pela vergonha da educação brasileira. Faz tempo que ele já desapareceu, mas a verdade é que, se no seu tempo houve algum apoio à educação, não foi o carro-chefe do seu projeto presidencial. Acho que ele agora se daria conta de que faltou isso naqueles cinquenta anos em cinco. Sobrou economia e faltou educação. Sobrou crescimento econômico e faltou avanço educacional no Brasil. Creio que ele lamentaria essa situação.

Creio que, sem dúvida alguma, ele lamentaria a situação caótica da saúde como nós temos hoje e o aumento da desigualdade no acesso à saúde como nós temos hoje, porque, antes, a saúde podia ser pior, mas era mais igual, porque era ruim para todo mundo, porque o avanço técnico não tinha chegado na forma como nós temos hoje na saúde. E esse avanço técnico na saúde hoje torna quase impossível morrer quem tem muito dinheiro, ao passo que continua sendo difícil sobreviver quem não tem dinheiro.

Ele certamente lamentaria, a meu ver, porque contra isto ele lutou: que o Brasil tivesse uma economia tão rica e tão dependente da agricultura e das *commodities* como temos hoje. O símbolo da industrialização se surpreenderia ao ver que o Brasil tem como carro-chefe um pouco a sua indústria automobilística, mas, no comércio internacional sobretudo, como há 200 anos, ainda exportamos ferro; como há 500 anos, ainda exportamos bens agrícolas, embora hoje com algum conteúdo tecnológico na produção, como é o caso da soja, com as invenções da Embrapa. Juscelino ficaria, a meu ver, pasmo de que, tanto tempo depois, o Brasil continua um País agrícola do ponto de vista do comércio internacional.

Eu acho, para concluir as lamentações e os descontentamentos dele, que ele ficaria sobretudo muito preocupado com Brasília, com o Distrito Federal. Ele ficaria surpreso com o fato de que, ao redor do Distrito Federal, temos hoje uma população que equivale a quase metade da população do Distrito Federal, e crescendo num ritmo maior, de tal maneira que, não demorará muito, quando aqui outros, talvez, ou até nós próprios viermos prestar outra homenagem a Juscelino, a população do entorno estará maior do que a população do Distrito Federal. E ele deveria ficar muito preocupado, porque não há futuro nessa vida no Distrito Federal se não for

capaz de incorporar o entorno nos benefícios que temos aqui dentro. Creio que ele traria uma proposta nova de como conduzirmos uma espécie de reinauguração de Brasília, para incorporarmos o entorno dentro daquilo que temos aqui dentro de vantagens.

E aí vou avançar no terceiro ponto. O que Juscelino proporia? Do ponto de vista do Distrito Federal, da cidade que ele inventou, da cidade que ele criou e da cidade que é ameaçada hoje, creio que ele teria que pensar, por exemplo, em como fazermos esta cidade menos dependente do transporte privado. Juscelino ficaria pasmo com os engarrafamentos que temos em Brasília. Ele ficaria pasmo com a incapacidade, quase impossibilidade de estacionarmos automóveis, em alguns momentos, em alguns lugares aonde vamos. Ele certamente iria cobrar, procurar e propor uma maneira em que o transporte público fosse mais eficiente do que o transporte privado, que fará a vida, em breve, impossível no Distrito Federal, do ponto de vista do uso do tempo de cada um.

Ele traria, sim, uma proposta para que nós trabalhássemos o entorno como parte de um projeto único com o Distrito Federal, de tal maneira que essa metrópole ampliada do Distrito Federal e mais as cidades ao redor fossem de tal forma coordenadas que pudéssemos dizer que o entorno seria a solução para o Distrito Federal, e não um problema.

Outros dois pontos a que vou limitar-me das propostas dele, coerentes, que eu acho, ao analisar com a sua história, diz respeito ao futuro do desenvolvimento econômico no Brasil. Não tenho dúvida de que Juscelino hoje seria o presidente da economia do conhecimento, não mais a economia da produção, baseada no capital material.

O que Juscelino fez ao transformar este País de uma agricultura e um mundo rural em um país urbano e industrial, esse Juscelino hoje iria trazer-nos o caminho para fazer com que o Brasil fosse uma fonte fundamental da produção dos bens de alta tecnologia.

Juscelino traria a competitividade da inventividade contra a competitividade da baixa de custo, que caracterizou a economia ao longo da primeira e mesmo da segunda metade de todo o século XX, em que uma empresa, para ser competitiva, Senadora Ana Amélia, tinha de demitir muita gente em vez de inventar produtos novos.

Juscelino seria, sim, um presidente com o estatismo de transformar o Brasil em uma economia baseada no conhecimento. Para isso – não vou alongar-me mais –, acho que Juscelino, como no seu tempo imaginou a construção e fez estradas, hoje ele seria o presidente que imaginaria a construção e faria estradas para o futuro. E o nome da estrada para o futuro é escola. A

estrada leva de um lugar para o outro, mas, do presente para o futuro, quem leva é a escola.

Juscelino hoje seria o Juscelino em que Brasília seria o nome para representar horário integral para todas as crianças deste País. Para mim, o Juscelino de hoje seria o Juscelino que, ao buscar o desenvolvimento por meio da economia do conhecimento, criaria a infraestrutura para a economia do conhecimento. Não mais apenas hidrelétrica, não mais apenas estrada, não mais apenas portos, mas sobretudo escola e educação de qualidade para todos.

E Juscelino, apesar de ter ficado conhecido como o presidente da produção, da indústria, da economia e menos do social, foi um sonhador dos direitos iguais, das condições iguais para todos; ele foi um sonhador, sim, de um Brasil onde a desigualdade não fosse da maneira como ainda é; e ele defenderia hoje, da mesma maneira que antes defendeu que a redução da desigualdade vem da geração de emprego, hoje ele diria que a redução da desigualdade vem da igualdade na escola. Do mesmo jeito que ele dizia que era preciso criar grandes estatais para servirem de base para o crescimento econômico com toda a economia baseada no empreendedorismo do capitalismo, ele diria: “Para ter a economia do conhecimento, esse empreendedorismo do capitalismo vai precisar de cérebros”. Juscelino, que fez com que este País produzisse automóveis, agora produziria cérebros. Não do ponto de vista, obviamente, material, biológico, mas do ponto de vista da inventividade, da criatividade, do conhecimento, do crescimento que vem da educação.

O Juscelino de hoje veria como símbolo do progresso a federalização da educação de base para garantir horário integral em escolas iguais para todas as crianças do Brasil, independentemente da sua renda. O Juscelino de hoje, a meu ver, defenderia o filho do trabalhador na mesma escola do filho do seu patrão. E a maior parte não iria acreditar que isso é possível, até que ele conseguisse falar, convencer como ele faria. Talvez esta seja a maior falta que nós temos hoje no Brasil: de um estadista do tamanho de Juscelino, capaz de convencer o povo do que parece impossível, o filho do trabalhador na mesma escola do filho do patrão. É um estadista que convence isso. Um poeta sonha, o intelectual formula, um político propõe, mas é o estadista que convence daquilo que parece impossível.

Nós, Anna Christina, sentimos muita falta hoje no Brasil de um Juscelino, não por causa de estrada, hidrelétrica, construção de automóveis, produção de automóveis. Não! Um Juscelino pelo poder de convencimento, olhando o futuro. Porque nós temos hoje políticos capazes de convencer, mas olhando o presente; por isso que é político, não é estadista.

Juscelino não foi apenas um político, foi um estadista! Não há estadista que não seja político, mas estamos cheios de políticos que nada têm de estadismo. É o político da próxima eleição, e não da próxima geração. Juscelino foi um político da geração seguinte, por isso estamos até hoje, aqui, falando dele. E, como geração seguinte, ele foi capaz de convencer do que era impossível: que este País poderia ser industrial. Para nós hoje é simples isso. Naquela época, era impossível imaginar o País industrial, porque tínhamos nascido para ser agricultores. Era impossível imaginar um país urbano, porque este País nasceu com as capitâncias hereditárias e o tempo todo viveu dessas capitâncias hereditárias chamadas latifúndios. Ninguém imaginava que era possível libertar os camponeses e mandá-los para as cidades. Ele foi capaz de nos convencer disso. Eu não digo “nós” do ponto de vista individual, porque muitos de nós não tínhamos idade para isso, nem votávamos. Eu falo “nós” do ponto de vista de brasileiros, inclusive daqueles que nasceram depois até da morte dele.

É por esse estadismo que estamos aqui hoje. É por esse estadismo que prestamos uma homenagem. É por esse estadismo de Juscelino que sentimos saudade pela falta de outros iguais a ele.

Por isso, estamos aqui para render a ele homenagem e fazer uma cobrança aos políticos de hoje – como nós, pois eu sou um deles –, para sairmos um pouco da prisão da próxima eleição e sonharmos com a próxima geração. E, quem sabe, alguns de nós teremos competência para transformar sonhos em realidade, por meio do passe mágico que é o discurso de um grande estadista como foi Juscelino Kubitschek.

Era isso o que eu tinha para falar, Senador Rodrigo, agradecendo muito sua iniciativa de fazer esta sessão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Cumprimento V. Ex^a pelo belo pronunciamento e convido agora a Senadora Ana Amélia para fazer uso da palavra.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Senador Rodrigo Rollemberg; cara Sr^a Anna Christina Kubitschek, Presidente do Memorial JK e neta do ex-presidente, a quem repassamos as nossas homenagens. Eu em particular o faço em nome do Senador Francisco Dornelles, líder da nossa Bancada do Partido Progressista, que tem pela família e em especial pelo homenageado uma grande admiração e respeito, como, aliás, todos os brasileiros.

Caro ex-assessor do ex-Presidente da República Juscelino Kubitschek, Coronel Affonso Eliodoro dos

Santos; Sr. Senador Paulo Octávio; Embaixador da República Eslovaca Branislav Hitka; Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Sr^a Eunice Pereira Amorim Carvalhido; ex-vice-Presidente do Distrito Federal, já citado por mim aqui; senhoras e senhores representantes do Corpo Diplomático; nossos telespectadores da *TV Senado*; ouvintes da *Rádio Senado*; Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, hoje nós estamos aqui para a homenagem dos 109 anos do nascimento do ex-Presidente Juscelino Kubitschek.

Ocupo esta tribuna, como disse, em nome do Líder da bancada, Francisco Dornelles, que renovou os cumprimentos e pediu-me que salientasse a importância do evento que está sendo realizado graças à iniciativa do grande Senador Rodrigo Rollemberg, nosso colega desta Casa.

Poucos nomes da história brasileira continuam tão vivos na memória dos brasileiros como Juscelino Kubitschek, ou simplesmente o nosso JK. Num País onde os cidadãos têm dificuldades para lembrar a importância e o papel desempenhado por seus principais heróis e líderes políticos, basta que se pergunte a qualquer brasileiro “quem foi Juscelino?”, e a resposta virá na ponta da língua, com toda a certeza: “Foi o presidente que construiu Brasília”.

Essa marca ninguém vai tirar desse grande homem. E eu, que me considero quase uma candanga, porque vivo aqui há mais de trinta anos, posso avaliar muito bem o significado que teve esse gesto e essa decisão política audaciosa do Presidente Juscelino Kubitschek.

Hoje podemos dizer que esse grande líder político promoveu mudanças no destino de milhões de brasileiros. Todos que chegam à Capital Federal, seja para viver, para trabalhar, para manter contatos com as autoridades no Poder Executivo, no Poder Legislativo ou no Poder Judiciário ou mesmo para fazer turismo sabem muito bem da importância desta cidade e da sua história, como tudo isso começou.

A construção de Brasília foi um marco no desenvolvimento do País. Desde o célebre comício de Jataí, no dia 4 de abril de 1955, quando o Sr. Antonio Soares Neto, o Toniquinho, perguntou, dirigindo-se a Juscelino Kubitschek: “Se eleito, o senhor irá cumprir a Constituição e transferir a capital para o Planalto Central?”, iniciou-se um grande processo de descentralização populacional e decisória em nosso País. A interiorização de um País que estava de costas para o cerrado, Senador Rodrigo Rollemberg, de costas para um vasto, rico e inexplorado território de nosso País. Esse cerrado hoje é uma nova fronteira agrícola, é há um novo centro de industrialização em todas as frentes deste imenso interior brasileiro.

Milhares de brasileiros se tornaram candangos, e o sonho que atravessava constituições e gerações desde o Império se tornou realidade. Brasília foi construída pela sábia, corajosa e visionária decisão política desse mineiro de descendência tcheca. Hoje temos o orgulho de estar em uma das raras cidades inteiramente planejadas do mundo, capital de todos os brasileiros, exemplo de civilidade e harmonia na convivência entre cidadãos vindos de todos os cantos desse nosso imenso território nacional.

Aqui, a modernidade se completa com a tradição, e o desenvolvimento convive em paz com a natureza. Aqui, o Brasil se encontra.

Juscelino foi um homem com forte vocação administrativa e um político diferente, corajoso, conciliador, popular sem ser populista. Nascido na histórica e bela cidade de Diamantina, no dia 12 de setembro de 1902 – aliás, mesmo dia de aniversário do meu marido, que há sete meses nos deixou, por isso eu tenho por essa data também um carinho muito especial, Anna Christina, Senador Rodrigo, Coronel Heliodoro –, ele ficou órfão de pai com pouco mais de dois anos de idade, sendo criado pela mãe, D. Júlia, professora primária, que o ensinou a valorizar os estudos, que foram terminados no seminário. Sua ambição era ser médico, função que foi exercida concomitantemente por algum tempo, pois Juscelino percebia sua carreira política como passageira. Somente em 1945 passou a dedicar-se integralmente à atividade política.

Desde o período do Estado Novo, JK esteve distante da radicalização política. Manteve sempre seu espírito conciliador, mais interessado em administração pública de qualidade e eficiência do que em embates partidários. Como registrou muito bem o Senador Cristovam Buarque, que me antecedeu nesta tribuna, essas qualidades são fundamentais hoje quando clamamos por qualidade na gestão, por responsabilidade com os recursos públicos, pela qualidade ética na administração, tais quais os valores perseguidos e cumpridos por Juscelino Kubitschek.

Quando foi prefeito de Belo Horizonte, empenhou-se em modernizar a cidade e promover atividades culturais. Eleito governador de Minas, teve a difícil missão de suceder Milton Campos, também um grande homem público. Cumpriu o seu papel, lançando as bases da industrialização de Minas Gerais, abrindo estradas e criando duas siderúrgicas, a Acesita e a Mannesmann. Energia e transporte eram as prioridades que orientavam a ação administrativa de Juscelino Kubitschek, prioridades, aliás, Senador Cristovam, Srs. Senadores, atualíssimas ainda hoje, especialmente depois que o País, em tempo recente, viveu uma crise de apagão energético. Hoje experimentamos o dramático processo

de desindustrialização do País, pelas circunstâncias conjunturais de uma economia internacional e de uma política interna com um câmbio desfavorável, com taxa de juros elevada, com falta de logística, com pouco investimento em educação e especialmente na área de tecnologia, fatos aos quais se referiu muito bem o Senador Cristovam Buarque e que também foram abordados na aula de história que tivemos com o nosso Senador Pedro Simon.

Ao chegar ao Palácio do Catete, já na condição de presidente da República, JK encontrou um País essencialmente agrário e, fazendo-o progredir, como proclamava “50 anos em 5”, com taxa média de crescimento anual de 8,1%, entregou-o ao sucessor, em janeiro de 1961, com as bases prontas para integrar o grupo das maiores economias do mundo. O Brasil hoje é a oitava economia do mundo. Tudo isso começou lá com o seu avô, com o seu amigo Juscelino Kubitschek.

Mas, mais importante que o salto dado na direção do desenvolvimento do País foi a transformação que JK produziu no ânimo dos brasileiros. Suas realizações elevaram a autoestima nacional. O conhecido pessimismo dos brasileiros quanto aos destinos do Brasil deu lugar a crescente otimismo. Isso é papel dos grandes, valorosos e corajosos líderes políticos. Os brasileiros tinham prova, reconhecida até por estrangeiros, de sua capacidade de enfrentar e vencer os maiores desafios, de fazer, enfim, do Brasil um grande País.

JK produziu no Brasil uma revolução, a revolução na autoestima dos brasileiros. Depois de construir uma nova capital em tempo recorde e ampliar o processo de industrialização e o crescimento, os brasileiros passaram a acreditar que era possível pensar em um futuro melhor e muito mais próspero.

Juscelino promoveu um incremento no orgulho nacional, no orgulho de ser brasileiro. Seu governo transcorreu em um período de liberdade democrática que só seria revivido duas décadas depois.

Portanto, senhoras e senhores, é pelo legado político, administrativo e sobretudo moral, ético que Juscelino Kubitschek deixou aos brasileiros que tenho a honra de me associar às homenagens que lhe são prestadas nesta data em comemoração aos 109 anos de seu nascimento, falando, como disse na abertura deste pronunciamento, em meu nome e em nome especialmente do nosso Líder, Senador Francisco Dornelles.

Parabéns à família Kubitschek. Parabéns, Anna Christina. Ter um avô assim é um orgulho muito especial, e a sua responsabilidade é muito grande por levar esse nome, essa marca, que é de todos os brasileiros.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

E convido para fazer uso da palavra o Senador Anibal Diniz.

O Senador Anibal Diniz é o último orador inscrito, até aqui, para esta primeira parte da sessão.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg; a Sr^a Presidente do Memorial JK e neta do nosso homenageado, Sr^a Anna Christina Kubitscheck; o Sr. ex-Assessor do Presidente da República Juscelino Kubitscheck, Coronel Affonso Heliodoro dos Santos; os demais presentes nesta sessão; os senhores telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado.

Tenho a imensa honra de ocupar esta tribuna para me somar a todos os que vieram participar desta justa e oportuna homenagem a uma das principais personalidades da política brasileira, o ex-Presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira, e destacar que o período JK é definitivamente lembrado como um período de grande desenvolvimento e incentivo ao progresso econômico do Brasil, que deixou de ser apenas uma extensão litorânea, se expandiu para o centro e para o oeste, e fez o Brasil ser infinitamente maior, não apenas em termos territoriais, mas em termos simbólicos, porque saiu do litoral para se tornar um país em toda a sua extensão.

JK foi um líder inteiramente identificado com sua ideologia de desenvolvimento autônomo, industrialização e democracia. Concretizou ideias baseadas naquilo que considerava básico em termos de desenvolvimento econômico e social, e o progresso foi a característica básica de seu governo.

Pelos registros históricos, nas eleições de 3 de outubro de 1955, JK elegeu-se com 36% dos votos válidos, contra 30% de Juarez Távora, 26% de Ademar de Barros e 8% de Plínio Salgado. Naquela época, as eleições para Presidente e Vice não eram vinculadas, mas João Goulart, o Jango, foi o melhor votado para Vice e eleito para governar o País ao lado de JK, seu companheiro de chapa.

Ao assumir sua candidatura, JK se comprometeu a trazer o desenvolvimento de forma absoluta para o Brasil, realizando cinquenta anos de progresso em apenas cinco anos de governo, o famoso “cinquenta anos de desenvolvimento em cinco anos de governo”.

O Plano de Metas estabelecia 31 objetivos para serem cumpridos durante seu mandato e otimizou principalmente os setores de energia, transporte e indústrias de base.

O governo de Juscelino Kubitscheck foi marcado por grandes obras e mudanças. A mais lembrada, e uma das mais importantes, foi a fundação de Brasília, capital do nosso País e de nossa democracia.

Brasília é a capital de todos os brasileiros, e eu, como integrante da bancada de Senadores do Estado do Acre, devo dizer com muito orgulho que me sinto muito bem acolhido na cidade de Brasília, tenho o dever de manifestar o meu agradecimento a esse grande homem público visionário que ousou pensar e fazer diferente, e fez, para as gerações futuras. Por isso, a gente pode aqui estar hoje, fazendo uma homenagem a alguém que ousou sonhar não para a sua própria realização, mas para a realização das gerações futuras. Isto é, para mim, o sentido maior da política: ousar, sonhar, para que outros possam usufruir. E todos nós usufruímos desta maravilha que é a cidade de Brasília, em pleno Planalto Central, que passou a existir a partir do que foi pensado, idealizado e executado por Juscelino Kubitscheck, a quem temos muito, muito mesmo, a agradecer e homenagear.

Construída em localização estratégica, Brasília se tornou uma metrópole no interior do território nacional. Até 1950, existia a ideia de que existiam dois Brasis: um litorâneo, produtivo e moderno; outro interiorano, estagnado social e economicamente. Brasília permitiu a interiorização do desenvolvimento.

No dia de sua inauguração, em 21 de abril de 1960, a nova capital contou com a presença de mais de cem mil visitantes, que puderam ver o nascimento de um dos principais símbolos arquitetônicos do mundo, idealizado pelo renomado arquiteto Oscar Niemeyer.

Além de Brasília, o governo JK inovou em outras ações. O Plano de Metas, que estabelecia 31 objetivos para serem cumpridos durante o seu mandato, otimizou principalmente os setores de energia, transporte e indústrias de base.

Entre as grandes obras e mudanças que marcam o Governo JK, temos de citar ainda:

- a criação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística, implantando várias indústrias de automóvel no país;
- a criação do Conselho Nacional de Energia Nuclear;
- a expansão das usinas hidrelétricas para obtenção de energia elétrica, com a construção da Usina de Paulo Afonso, no rio São Francisco, na Bahia, e das barragens de Furnas e Três Marias;
- a criação do Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval;
- a abertura de novas rodovias, como a Belém–Brasília, unindo regiões até então isoladas entre si. Sobre isso, temos um destaque especial a fazer: entre as muitas resoluções que mudaram o Brasil para melhor, o início da construção da BR-364, iniciada no Governo JK, foi um feito épico com efeitos visíveis e duradouros, principalmente para a vida da população da região Norte.

Nesse sentido, Sr. Presidente, faço questão de dizer que este momento é simbólico, porque a BR-364, iniciada por Juscelino Kubitschek na década de 60, está sendo concluída nesta década e, se Deus quiser, no ano de 2012, o Governador Tião Viana, do Acre, estará inaugurando a sua conclusão definitiva – essa obra teve pleno apoio também do Presidente Lula e está tendo agora da nossa Presidenta Dilma.

É uma prova inequívoca de que política se faz com continuidade. Juscelino Kubitschek ousou dar início a essa obra em 1960, e, agora, em pleno 2011, até 2012, estamos concluindo essa obra, a BR-364, que vai ligar definitivamente o Acre com resto do Brasil e os Municípios do Acre entre si.

Em 2 de fevereiro de 1960, em meio a uma reunião com os Governadores dos Estados do Norte, Juscelino Kubitschek decidiu pela rodovia ligando Cuiabá, em Mato Grosso, a Porto Velho, em Rondônia, e a Rio Branco, no Acre, abrindo o oeste brasileiro. Foi uma decisão corajosa, que quebrou o isolamento dessa região, integrando-a, de fato, ao resto do País.

Quero aqui lembrar que a rodovia BR-364 é uma das mais importantes do Brasil. Tem início em Limeira, no Estado de São Paulo, vai até a divisa de Minas Gerais, depois passa por Goiás, por Mato Grosso e por Rondônia e corta todo o Estado do Acre. É uma rodovia fundamental para o escoamento da produção de toda a região Norte e Centro-Oeste do País.

Vale a pena ressaltar também que, no entroncamento da BR-364, no Acre, com a BR-317, sai a rodovia que nos leva ao Pacífico, no Peru, pela Interoceânica. Ou seja, é a continuidade de uma obra da máxima importância para o nosso País. É uma rodovia fundamental para o escoamento da produção de toda a região Norte e da região Centro-Oeste do País.

Diz o registro histórico que a rodovia ganhou fôlego a partir de um diálogo entre JK e Paulo Nunes Leal, Governador de Rondônia em 1960, que aqui relembro como curiosidade. Disse Paulo Nunes Leal: “Sr. Presidente!” JK respondeu: “Diga, Paulo!” Paulo Nunes Leal, então, falou: “O senhor já ligou Brasília ao Centro-Sul, ao Nordeste e a Belém. Por que o senhor não faz o outro braço da cruz, ligando Brasília ao Acre?” E JK respondeu, com seu jeito mineiro: “Uai, Paulo! E pode?” E Paulo Leal respondeu: “Pode, Sr. Presidente! Mas é negócio pra homem!” E JK disse: “Então vai ser feito!” E assim foi.

As realizações de JK também incluem a criação do Ministério das Minas e Energia, expandindo a indústria do aço e a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Tudo isso nos leva a destacar que, durante o governo JK, houve um grande avanço industrial, cuja

força motriz estava concentrada nas indústrias de base e na fabricação de bens de consumo duráveis e não duráveis. O governo atraiu o investimento de capital estrangeiro no País, incentivando a instalação de empresas internacionais, principalmente as automobilísticas.

Essa política desenvolvimentista só foi possível por meio de duas realizações de Getúlio Vargas: a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda – RJ, em 1946, e a Petrobras, em 1953. Com a criação da Siderúrgica, o Brasil pôde começar a produzir chapas de ferro e laminados de aço, produtos necessários como material para outras indústrias na fabricação de ferramentas, pregos, eletrodomésticos, motores, navios, automóveis e aviões.

A Siderúrgica impulsionou a indústria automobilística, que, por sua vez, impulsionou a indústria de peças e equipamentos. As três juntas impulsionaram o crescimento e a construção de usinas hidrelétricas mais potentes. A criação da Petrobras também forneceu matéria-prima para o desenvolvimento da indústria de derivados do petróleo, como plásticos, tintas, asfalto, fertilizantes e borracha sintética.

Todo esse desenvolvimento concentrou-se no Sudeste brasileiro, enquanto as outras regiões continuavam com suas atividades econômicas tradicionais. Por esse motivo, as correntes migratórias aumentaram, sobretudo as do Nordeste para o Sudeste e do campo para a cidade. No entanto, os bens produzidos pelas indústrias eram acessíveis apenas a uma pequena parcela de brasileiros. Para tentar sanar esse problema, JK criou a Sudene, em 1959, com a intenção de promover o desenvolvimento do Nordeste, por meio da industrialização e da agricultura irrigada na região.

Dessa forma, com um estilo de Governo inovador na política brasileira, com um governo dinâmico, Juscelino construiu em torno de si uma aura de simpatia e confiança entre os brasileiros.

Juscelino Kubitschek é, ainda hoje, um dos políticos mais admirados do cenário político do Brasil. Nas pesquisas de opinião, JK e Getúlio Vargas são citados como os dois Presidentes preferidos pelos brasileiros. Além de suas realizações, esse título também lhe é conferido por sua habilidade política e pelo seu respeito às instituições democráticas.

Por isso e por todo o exposto é que prestamos hoje esta homenagem, em nome pessoal e em nome do Partido dos Trabalhadores, que, hoje, tem a responsabilidade de conduzir os destinos do Brasil. Tenho a certeza de que, da mesma forma que o Presidente Lula rendeu muitas homenagens e muito respeito aos feitos do Presidente Kubitschek, a nossa Presidenta Dilma, que temos a honra de defender nesta Casa, também tem muitos agradecimentos e muitos reconhecimentos

a fazer a esse grande estadista, que nos legou o Brasil do qual nos orgulhamos tanto!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço também a todas as pessoas que acompanham esta sessão nesta Casa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Senador Anibal Diniz.

Não havendo mais oradores para esta primeira fase da sessão, vamos ouvir agora, com muita alegria, a Sr^a Anna Christina Kubitschek, representando a família do nosso querido e saudoso Presidente JK. V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. ANNA CHRISTINA KUBISTCHEK – Em nome da família Kubitschek, hoje, fiquei emocionada com esta sessão. Eu achei que, depois de tanto tempo vindo, já estaria acostumada, mas me enganei. Eu me emocionei, ainda estou muito emocionada.

Quero agradecer a todos os Senadores que estiveram hoje aqui presentes manifestando o carinho ao meu avô, principalmente ao Senador Rodrigo Rollemberg por esta iniciativa, pelo carinho, pela dedicação a Brasília. Agradeço, mais uma vez, em nome da minha família. Eu achei que eu nem poderia falar aqui. Quando ele me perguntou: “Você vai querer falar algumas palavras?”, eu perguntei: “Mas eu posso?”. Eu estou igual ao vovô, quando ele perguntou se podia...

Então, Senador, muito, muito, muito obrigada, de coração. Que Deus abençoe, que continue abençoando Brasília e o Brasil. Com certeza, precisamos de políticos mais parecidos com JK.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Sr. Senador Wilson Santiago enviou discurso a Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos de início parabenizar o Senador Rodrigo Rollemberg, um dos representantes do Distrito Federal nesta Casa, pela feliz idéia de homenagear os 109 de nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que transcorre nesta segunda-feira, 12. JK – conforme ficou conhecido em todo o Brasil – foi uma das personalidades nacionais mais marcantes de toda a nossa história, sendo responsável pela construção de Brasília, o que possibilitou a interiorização do desenvolvimento brasileiro.

A história política de Juscelino começa por sua eleição para a função de deputado federal, que exerceu de 1934 a 1937, quando, pela primeira vez, foi atingido por medidas antidemocráticas, que estabeleceu o chamado Estado Novo e fechou o Congresso Nacional.

Nesse período, ele viria a ser atingido, outra vez, pelo autoritarismo, tendo os seus direitos políticos cassados, até a sua morte, ocorrida em condições ainda hoje consideradas discutíveis.

Entre 1940 e 1945, Juscelino assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte, sendo que entre 1951 e 1955, JK foi governador de Minas Gerais. Mas, foi como presidente da República, no período entre 1956 e 1961, que Juscelino Kubitschek deixou sua marca indelével na construção do Brasil futuro, legando aos brasileiros uma nova capital, inaugurada com pompas e circunstâncias, embora diante de uma oposição ferrenha, em 21 de abril de 1960. Tinha como objetivo, plenamente alcançado, fomentar o progresso sócio-econômico do interior do Brasil.

Passemos à biografia do nosso grande home-nageado.

O ex-presidente Juscelino Kubitschek nasceu na cidade de Diamantina, Minas Gerais, em 12 de setembro de 1902, e faleceu em 22 de agosto de 1976, em um acidente de automóvel na Rodovia Presidente Dutra, na altura da cidade de Resende (RJ).

Foi o primeiro presidente do Brasil a nascer no século XX e o primeiro presidente do Brasil eleito pelo voto direto nascido após a Proclamação da República. Foi o último político mineiro eleito para a presidência da república pelo voto direto, antes da nossa atual presidenta Dilma Rousseff.

Casado com Sarah Kubitschek, JK foi pai de duas filhas Márcia Kubitschek e Maria Estela Kubitschek. Ao construir Brasília, não apenas, foi o responsável pela edificação de uma nova capital federal, interiorizando o processo desenvolvimentista nacional, mas, acabou cumprindo antigo projeto, previsto em três constituições brasileiras, da mudança da capital federal do Brasil para o Planalto Central.

Durante todo o seu mandato como presidente da República, o Brasil viveu um período de notável desenvolvimento econômico e relativa estabilidade política. Com um estilo de governo inovador na política brasileira, Juscelino construiu em tomo de si uma aura de simpatia e confiança entre os brasileiros.

Juscelino Kubitschek é, ainda hoje, um dos políticos mais admirados do cenário político do Brasil, aparecendo, junto com Getúlio Vargas, e, mais recentemente, com Luiz Inácio Lula da Silva, como os presidentes historicamente preferidos pelos brasileiros.

O pai de Juscelino, João César de Oliveira, que viveu entre 1872 e 1905, foi caixeiro-viajante e exerceu, também, várias outras profissões. Sua mãe, Júlia Kubitschek, nascida em 1873, e falecida em 1971, era professora e possuía ascendência checa, sendo o seu sobrenome uma germanização do original tcheco

Kubícek com etnia cigana. Assim, JK foi o único presidente de origem cigana em todo o mundo.

Juscelino perdeu o pai aos três anos de idade, e, a partir de então, a única fonte de renda da família era o trabalho de sua mãe.

Registra-se que JK gostava muito de futebol, e tinha simpatia pelo América Mineiro, onde atuou como jogador amador, e, sempre que podia, acompanhava partidas daquele time. Também foi apreciador de serenatas e serestas. Estudou no Seminário Diocesano de Diamantina, dirigido por padres vicentinos, onde concluiu o curso de humanidades aos 15 anos incompletos. Depois estudou medicina na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, formando-se, em 1927, na mesma turma de Pedro Nava e de Pedro Salles, três anos antes de Guimarães Rosa e quatro antes de Oswaldo Costa.

Casou-se, com Sarah Gomes de Lemos, em 1931. Em 1932, foi nomeado como capitão-médico da Polícia Militar de Minas Gerais. JK era cirurgião especializado em urologia, tendo estagiado no Hospital Cochin, em Paris, com um dos maiores urologistas do mundo, Maurice Chevasseu.

Durante a revolução constitucionalista de 1932, como médico, serviu nas tropas mineiras que combatiam as tropas paulistas. JK serviu, no célebre “Túnel da Mantiqueira”, como cirurgião da polícia militar, acompanhando seu professor na faculdade, Otaviano de Almeida que montara um hospital em vagões ferroviários. Ali, operou o ferimento à bala do crânio de um soldado que sobreviveu sem seqüela. Chegou ao posto de tenente-coronel-médico da Polícia Militar de Minas Gerais.

Destacou-se muito por sua oratória. Seus discursos mais importantes, com as frases que ficaram famosas, como “Deus me poupou o sentimento do medo”, foram escritos pelo poeta Augusto Frederico Schmidt. Juscelino destacou-se, também, na chamada política de bastidores, (as articulações políticas bem trabalhadas), típica de Minas Gerais e de seu segundo partido político, o PSD.

Destacou-se mais, entretanto, nos cargos executivos que ocupou, e, pela sua atuação neles, ficou conhecido como um político do tipo “tocador de obras”.

Enfim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devemos sempre que possível homenagear a figura de Juscelino Kubitschek, um dos principais construtores da moderna sociedade brasileira. Homenagens que continuarão sendo cada vez mais importantes tendo em vista a necessidade de mostrar aos brasileiros de hoje e o que representaram os brasileiros de ontem, como é o caso da personalidade invulgar de JK.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Suspendo a sessão por três minutos.

Quero agradecer a presença de todos, em especial do Senador Paulo Octávio; à representante da família, Sr^a Anna Christina Kubitschek; ao Cel. Affonso Heliodoro, que nos honraram com a presença, e suspendo a sessão por três minutos.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 26 minutos; e é reaberta às 16 horas e 30 minutos, sob a Presidência do Sr. Anibal Diniz.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Anunciamos o reinício dos nossos trabalhos desta sessão.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.128, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, ao Jornal **Amazonas em Tempo** pelos seus 24 anos de fundação, comemorados no dia 6 de setembro, bem como seja encaminhado o referido Voto ao senhor Otávio Raman Neves, presidente do jornal **Amazonas em Tempo**, no seguinte endereço: Rua Dr. Dalmir Câmara, 623, Bairro São Jorge, CEP 69.033-70, Manaus/AM.

Justificação

Com 24 anos de fundação, o jornal **Amazonas em Tempo** vem se consolidando ao longo dos anos, inclusive incorporando outros veículos ao jornal, que deram origem ao complexo de comunicação Grupo Raman Neves. O grupo inclui, além do jornalismo impresso, uma emissora de televisão e a rádio FM, que transmite a Transamérica para o estado, e o portal de internet.

O jornal foi fundado no dia 6 de setembro de 1987, pela jornalista Hermengarda Junqueira, acompanhada de outros colegas de profissão como Mário Adolfo e Cláudio Barboza. A jornalista ficou à frente do projeto durante duas décadas até vender para o empresário Otávio Raman Neves, em 2007. Atualmente o jornal conta com pelo menos 200 funcionários.

Nos últimos quatro anos, o GRN vem se expandindo na comunicação no estado do Amazonas, além de trabalhar pela boa qualidade na cobertura de seus veículos, a serviço da sociedade amazonense.

Parabéns a todos os funcionários e dirigentes do jornal Amazonas em Tempo!

Sala das Sessões, 6 de setembro de 2011. – Senadora **Vanessa Graziotin**.

REQUERIMENTO Nº 1.129, DE 2011

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do Exigentíssimo Senhor Ministro da Defesa da República de Cuba, General Julio Casas Regueiro, bem como seja encaminhada o referido Voto ao senhor embaixador cubano no Brasil, senhor Carlos Rafael Zomara Rodrigues, para que possa transmitir aos familiares e amigos do general Julio, no seguinte endereço: QI 05, Conj. 18, Casa 1, Lago sul, CEP 70.481-900, Brasília/DF.

Justificação

O Ex^{mo} Sr. Ministro da Defesa da República de Cuba, General Julio Casas Regueiro faleceu no dia 5 de setembro de 2011 na cidade de Havana.

Julio Casas nasceu na cidade de Bombí em 6 de fevereiro de 1952. Ele ocupou diversos cargos nas Forças Armadas Revolucionárias – FAR, sendo promovido em 1969 a Vice-Ministro, também foi chefe do exército Oriental, chefe das tropas da defesa antiaérea e Força Aérea Revolucionária, Primeiro Vice-Ministro e desde fevereiro de 2008 Ministro da FAR.

Também foi fundador do Partido Comunista de Cuba e delegado de todos seus Congressos, integrando seu Comitê Central desde o primeiro Congresso.

Desde o ano de 1981 foi Deputado da Assembleia Nacional do Poder Popular, membro do Conselho de Estado desde 1986 e em 2008 foi eleito Vice-Presidente do Conselho de Estado.

Neste momento de perda e dor, transmito meus sentimentos a seus familiares, amigos e camaradas!

Sala das Sessões, 6 de setembro de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

REQUERIMENTO Nº 1.130, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, ao 27º Festival da Canção de Itacoatiara do Amazonas e a vencedora da versão 2011, a amazonense Karine Aguiar, bem como seja encaminhado ao referido Voto à senhora Ana Cláudia Nogueira, representante da AIRMA – Associação dos Itacoatiarenses Residentes em Manaus, promotora do Festival, no seguinte endereço: Rua: Cassiano Secundo, nº 16 – Centro – Fone: Itacoatiara – Amazonas – Brasil – CEP: 69100-000.

Justificação

O Festival da Canção de Itacoatiara/AM – FECANI nasceu da vontade de estimular a produção musical. No início, um pequeno Festival, que reunia compositores

locais e de Manaus. Realizado na Praça da Matriz, na cidade de Itacoatiara.

O evento tomou outra proporção e ganhou adeptos, que todo o final de setembro se deslocava de suas cidades para prestigiar o FECANI. O evento é realizado anualmente no município da 267 quilômetros de Manaus e leva artistas de todo o país em apresentações de canções inéditas na cidade, localizadas às margens do rio Amazonas.

Atualmente o FECANI acontece no Centro Cultural Iracema Holanda, no feriado da semana da pátria, num espaço que faz jus a grandeza do Festival. A versão 2011 reuniu mais de 60 mil pessoas que se espremeram na arena principal do centro de eventos Iracema Holanda em Itacoatiara para ouvir os vários artistas que lá se apresentaram. A competição contou com a apresentação de 34 artistas.

O talento da amazonense Karine Aguiar emocionou o público presente no segundo dia do evento. Ela protagonizou um dos pontos altos da noite, acompanhada dos acordes de um violoncelo, violão e uma flauta transversal. A interpretação de Karine ao cantar a música “Acalento” de Eduardo Santhana garantiu a vitória a ela. Além do 1º lugar no FECANI 2011, Karine Aguiar também levou o primeiro lugar nas categorias Melhor intérprete, Melhor Letra e Melhor Arranjo. Ela ganhou o equivalente a R\$25 mil em premiações.

Parabéns a grande vencedora do 27º Festival da Canção de Itacoatiara e parabéns a todos os organizadores e apoiadores do FECANI!

Sala das Sessões, 6 de setembro de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

REQUERIMENTO Nº 1.131, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, ao Senhor Antonio Peixoto de Oliveira, Prefeito do Município de Itacoatiara, pela realização e grande sucesso do 27º Festival da Canção de Itacoatiara do Amazonas, realizada em seu município, bem como seja encaminhado o referido Voto no seguinte endereço: Rua Dr. Luzardo Ferreira de Melo, nº 2.225, Bairro Centro, CEP: 69.100-000.

Justificação

O Festival da Canção de Itacoatiara/AMA – FECANI nasceu da vontade de estimular a produção musical. No início, um pequeno Festival, que reunia compositores locais e de Manaus. Realizado na Praça da Matriz, na cidade de Itacoatiara.

O evento tomou outra proporção e ganhou adeptos, que todo o final de setembro se deslocavam de suas cidades para prestigiar o FECANI. O evento é

realizado anualmente no município a 267 quilômetros de Manaus eleva artistas de todo o País em apresentações de canções inéditas na cidade, localizadas às margens do rio Amazonas.

Atualmente o FECANI acontece no Centro Cultural Iracema Holanda, espaço que faz jus a grandeza do Festival. A versão 2011 reuniu mais de 60 mil pessoas que se espremeram na arena principal do centro de eventos Iracema Holanda em Itacoatiara para ouvir os vários artistas que lá se apresentaram. A competição contou com a apresentação de 34 artistas. Tendo como a grande vencedora a amazonense Karine Aguiar.

Parabéns ao povo do Município de Itacoatiara pelo grande sucesso o 27º Festival da Canção de Itacoatiara – FECANI!

Sala das Sessões, 6 de setembro de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará os votos solicitados. Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.132, DE 2011

Requeiro nos termos do art. nº 74, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal a criação de uma Comissão Temporária para proceder ao levantamento quantitativo, à análise qualitativa e as discussões de mérito dos projetos de lei que tratam do combate à corrupção, que estão em tramitação nesta Casa. Nos termos do art. nº 105, a Comissão Temporária poderá solicitar às Comissões Permanentes, cumprindo todos os prazos regimentais, que os relatórios dos projetos por ela analisados sejam pautados e votados no menor prazo possível.

Justificação

Estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, com base no Índice de Percepção da Corrupção, realizado pela ONG Transparência Internacional, avalia que a população brasileira perdeu entre R\$ 50, 8 bilhões e R\$ 84,5 bilhões por ano para os desvios de recursos destinados à execução dos mais diversos projetos em curso no País.

O Professor Marcos Fernandes da Silva, da Fundação Getúlio Vargas, contabilizando os desvios de recursos federais apurados pelos órgãos de controle no período 2202 a 2008, chegou ao montante de R\$40 bilhões. Estes recursos foram desviados de diversas

formas e urge que se tenham mais medidas de apoio ao combate à corrupção que grassa pelo País.

Esta proposição se apóia no requerimento da sociedade de respostas do Legislativo, seu legítimo representante, à crise institucional que se apresenta com acentuado e gradativo crescimento. Segundo a ONG Contas Abertas existem cerca de 70 projetos de lei tramitando no Congresso Nacional que versam sobre “a responsabilidade criminal das empresas corruptoras, criação de obrigações para as instituições financeiras, sanções aplicáveis aos servidores no caso de enriquecimento ilícito, entre outros”.

A criação de uma Comissão Temporária para levantar e analisar estes projetos e colocá-los em pauta no mais breve tempo possível será a resposta deste Senado à sociedade Brasileira.

Brasília, 6 de setembro de 2011. – Senador **Ricardo Ferraço**.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência lembra ao Plenário que o Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será destinado a comemorar os 68 anos de criação do Território Federal do Amapá, nos termos do **Requerimento nº 389, de 2011**, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, os **Avisos nºs 1.503 e 1.504, de 2011**, na origem, que se referem, respectivamente, aos **Requerimentos nºs 1.064 e 1.058, de 2011**, autuados naquele Tribunal como processos nºs TC-028.955/2011-0 e TC-028.956/2011-7 e encaminhados ao setor competente para as providências pertinentes.

São os seguintes os Avisos:

Aviso nº 1.503 – GP/TCU

Brasília, 5 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 1.586 (SF), de 2-9-2011, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a este Tribunal cópia do Requerimento nº 1.064/2011, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, que solicita “informações sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre os resultados das

auditorias e inspeções realizadas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, nos anos de 2008, 2009 e 2010”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-028.955/2011-0, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Valmir Campelo**, na Presidência.

Aviso nº 1.504 – GP/TCU

Brasília, 5 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 1.587 (SF), de 2-9-2011, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a este Tribunal cópia do Requerimento nº 1.058/2011, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, que solicita “a realização de auditorias nas entidades componentes do denominado ‘Sistema S’, no que atine às gestões dos exercícios de 2008, 2009 e 2010”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-028.956/2011-7, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Valmir Campelo**, na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Os **Avisos nºs 1.503 e 1.504, de 2011**, foram juntados aos processados dos respectivos Requerimentos, que aguardarão as informações solicitadas na Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Senado Federal recebeu o **Ofício Nº 532, de 2 de setembro de 2011**, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, em resposta ao Requerimento nº 516, de 2011, de informações, da Senadora Kátia Abreu.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

O requerimento vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do **Ofício nº 1.449, de 9 de setembro do corrente**, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando o processado da Medida Provisória nº 523 de 2011, que *autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e*

Social – BNDES, em operações de financiamento destinadas a capital de giro e investimento de empresas e micro empreendedores individuais localizados em Municípios do Estado do Rio de Janeiro, em virtude de sua revogação expressa pela Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 1.449/11/SGM/P

Brasília, 9 de setembro de 2011

Assunto: Encaminhamento do processado de Medida Provisória revogada

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, o processado da Medida Provisória nº 523, de 2011, que “Autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social _ BNDES, em operações de financiamento destinadas a capital de giro e investimentos de empresas e microempreendedores individuais localizados em Municípios do Estado do Rio de Janeiro.”, em virtude de sua revogação expressa pela Lei Ordinária nº 12.409, de 25 de maio de 2011.

Atenciosamente, – **Marco Maia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A matéria vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 907, DE 2011

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que acrescenta os incisos XVIII e XIX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para pagamento de matrícula e mensalidades em instituições de ensino superior e técnico profissionalizante e dívidas inscritas em cadastros de inadimplentes e dá outras providências.

Relator do Vencido: Senador **Humberto Costa**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 137, de 2011, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, trata da permissão do uso dos recursos do

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de matrículas e mensalidades em instituições de nível superior e técnico profissionalizante, bem como de dívidas inscritas em cadastros de inadimplentes.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

O PLS nº 137, de 2011, atende aos preceitos constitucionais de competência material e formal, inclusive quanto à iniciativa parlamentar. A proposição também atende ao requisito de juridicidade e às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre relações de trabalho e seguridade social, que são temas pertinentes à matéria.

O debate sobre o uso dos recursos das contas vinculadas do FGTS é legítimo e deve ser realizado com bastante cuidado, especialmente porque não deve ferir a lógica de funcionamento do Fundo. A formulação de qualquer projeto de lei deve ser analisada a partir do panorama geral explicitado, o que implica assumir uma atitude cautelosa que considere os objetivos sociais do Fundo e a possibilidade de atingi-los com a preservação do patrimônio e a melhor rentabilidade possível.

O FGTS é um fundo financeiro formado pela contribuição mensal de empregadores aos seus empregados mediante depósito em conta vinculada individual de cada trabalhador. É um fundo de natureza privada, sob gestão pública. Estes recursos, por um lado, cumprem a função de seguro social e, por outro, a de fomento do investimento de cunho econômico e social.

As possibilidades de movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS são hoje bem menores do que as que vigoraram entre 1966 (quando o fundo foi instituído) e 1989. Isso se deve ao fato de que até então, dezenas de hipóteses faziam com que os recursos fossem maciçamente utilizados, inviabilizando a formação de patrimônios individuais nas contas vinculadas. Comprometia-se, assim, tanto o suporte financeiro em casos de cessação ou diminuição do fluxo de renda do trabalhador (em decorrência de situações de desemprego, aposentadoria ou morte) quanto à acumulação de recursos para aplicações nas áreas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana.

Essa é a principal razão pela qual devemos avaliar cada uma das possibilidades de movimentação da

conta do FGTS de forma cuidadosa, procurando vislumbrar o contexto geral em que o Fundo se insere. O retorno àquela situação de múltiplas possibilidades para saques poderia comprometer o objetivo central do FGTS (criado em substituição ao antigo instituto da estabilidade no emprego após dez anos de serviço), qual seja: indenização em casos de desemprego involuntário, aposentadoria ou morte e instrumento essencial no âmbito da política habitacional do País (aquisição da casa própria). Entendo que os prejuízos sociais seriam enormes, especialmente para a camada mais carente da população.

Não podemos ignorar a série de políticas públicas estabelecidas para a melhoria da qualificação profissional e para o acesso ao ensino superior, como o PROUNI e o FIES. Sobrecarregar o FGTS com esses novos encargos pode levar a uma repercussão danosa e talvez irremediável no equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, comprometendo sua racionalidade e inviabilizando importantes projetos econômico-sociais.

Isso também se aplica ao pagamento de dívidas. Entendemos serem ainda piores os efeitos deste tipo de permissão para o uso do FGTS, pois pode estimular o uso exagerado de crédito para o consumo pelo trabalhador, desde que saiba que poderá ter o suporte da sua conta vinculada para pagar suas dívidas a cada fim de ano. Esse propósito, na nossa opinião, deturpa completamente a função individual e social que exerce o FGTS.

Vale ressaltar que aproximadamente 63% das contas vinculadas do FGTS possuem saldo de até um salário mínimo, comprovando que a maioria dos trabalhadores com recursos do FGTS não teriam condições sequer de começar a pagar os compromissos permitidos com a proposta em análise.

Em nome dos grandes benefícios sociais auferidos pelo FGTS é que devemos analisar com parcimônia alternativas que realmente justifiquem o uso dos recursos, sem inviabilizá-lo. Entendo que a proposição em discussão não contribui efetivamente para o bem estar coletivo hoje atendido pelo Fundo.

III – Voto

Em vista do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011.

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2011. – Senador **Jayme Campos**, Presidente – Senador **Humberto Costa**, Relator.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011 (Substitutivo)	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31 / 08 / 2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS	
RELATORIA: Senador João Vicente Claudino	
TITULARES	SUPLENTEs
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
PAULO PAIM (PT)	1- EDUARDO SUPLYCY (PT)
ÂNGELA PORTELA (PT)	2- MARTA SUPLYCY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	3- VAGO
WELLINGTON DIAS (PT)	4- ANA RITA (PT)
VICENTINHO ALVES (PR)	5- LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO DURVAL (PDT)	6- CLÉSIO ANDRADE (PR)
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	8- LÍDICE DA MATA (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
WALDEMIR MOKA (PMDB)	1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)
PAULO DAVIM (PV)	2- PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3- LOBÃO FILHO (PMDB)
CASILDO MALDANER (PMDB)	4- EDUARDO BRAGA (PMDB)
RICARDO FERRAÇO (PMDB)	5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)
ANA AMELIA (PP)	7- BENEDITO DE LIRA (PP)
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
CÍCERO LUCENA (PSDB)	1- AÉCIO NEVES (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	2- CYRO MIRANDA (PSDB)
VAGO	3- PAULO BAUER (PSDB)
JAYME CAMPOS (DEM)	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTI	1- ARMANDO MONTEIRO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2- GIM ARGELLO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO SUBSTITUTIVO (EMENDA Nº 1-CAS) AO PLS Nº 137, DE 2011

TITULARES					SUPLENTE				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)		X			1- EDUARDO SUPLICY (PT)		X		
ÂNGELA PORTELA (PT)					2- MARTA SUPLICY (PT)		X		
HUMBERTO COSTA (PT)					3- VAGO				
WELLINGTON DIAS (PT)		X			4- ANA RITA (PT)		X		
VICENTINHO ALVES (PR)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
JOÃO DURAL (PDT)		X			6- CLÉSIO ANDRADE (PR)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)		X			8- LIDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)					1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
PAULO DAVIM (PV)		X			2- PEDRO SIMON (PMDE)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					3- LOBÃO FILHO (PMDB)				
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				4- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
RICARDO FERRAÇO (PMDB)					5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)					6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)				
ANA AMÉLIA (PT)	X				7- BENEDITO DE LIRA (PT)				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CYRO MIRANDA (PSDB)	X			
VAGO					3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)					4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- ARMANDO MONTEIRO				
JOÃO VICENTE CLAUDINO	X				2- GIM ARGELLO				

TOTAL: 14 SIM: 4 NÃO: 9 ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: J. SALA DAS REUNIÕES, EM 31 / 08 / 2011.

Obs.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 131 § 8º - RISF)

Col. Ass. Assuntos Sociais

Pls Nº 137 DE 2011 Atualizada em 03/08/2011

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

OFÍCIO Nº 130/ 2011 – PRES/CAS

Brasília, 31 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em decisão terminativa, rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, que *Acréscenta os incisos XVIII e XIX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para pagamento de matrícula e mensalidades em instituições de ensino superior e técnico profissionalizante e dívidas inscritas em cadastros de inadimplentes e dá outras providências*, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Cordialmente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

VOTO VENCIDO

Relator: Senador **João Vicente Claudino**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 137, de 2011, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, trata da permissão do uso dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de matrículas e mensalidades em instituições de nível superior e técnico profissionalizante, bem como de dívidas inscritas em cadastros de inadimplentes.

O autor argumenta da carência de educação da população brasileira, especialmente a de renda limitada, cuja maioria não tem condições de acesso às universidades pública, recorrendo, assim, a instituições privadas, com altas mensalidades. Tendo em vista esse panorama, a proposição insere dispositivo para que trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos possam recorrer ao FGTS para o pagamento de matrículas e mensalidades escolares em instituições de ensino superior e ensino técnico profissionalizante, credenciadas pelo MEC.

A outra medida é justificada no sentido de livrar o trabalhador de restrições ao crédito em função de dívidas de natureza civil, comercial, fiscal ou previdenciária. O FGTS, segundo objetiva a proposta poderia ser utilizado para tirar da inadimplência os trabalhadores mais carentes, livrando-os do ciclo interminável do endividamento. O autor do projeto também argumenta que tal medida poderia mitigar a prática comum de “acordos” firmados entre empregador e empregado,

que simulam uma demissão sem justa causa, para que o trabalhador possa sacar o seu saldo no FGTS. Essa forma de saque aconteceria em forma de transferência direta ao credor do trabalhador, impedindo qualquer desvirtuamento da retirada dos recursos.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

As propostas que permitem que o titular da conta vinculada do FGTS possa movimentá-la para fins diversos daqueles já autorizados em lei são compreensíveis, uma vez que o saldo da conta vinculada é, de qualquer forma, salário diferido.

Nesse sentido, a possibilidade de uso dos recursos do FGTS para pagamento de encargos educacionais constitui medida salutar, pois permite ampliar as oportunidades de acesso ao ensino do trabalhador e de seus dependentes, com os consequentes efeitos favoráveis, tão evidenciados por diversos indicadores, sobre a promoção social dos indivíduos e a produtividade do trabalho.

Não obstante, deliberações sobre essa matéria já foram realizadas pelo Senado Federal.

Em primeiro lugar, a opção do uso do FGTS para pagamento de encargos educacionais do trabalhador e respectivos dependentes foi objeto do PLS nº 287, de 2003, do ex-Senador Eduardo Azeredo. Tal projeto foi aprovado por esta Casa e encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados (PL nº 3.961, de 2004). O Senado aprovou este projeto que visa à utilização do FGTS para pagamento de parcelas de anuidade escolar de curso superior do trabalhador ou de seus filhos dependentes de até 24 anos de idade, estipulando limites para saque de (i) 70% do valor de cada parcela da anuidade e (ii) 30% do saldo da conta vinculada.

Percebe-se, pois, que a referida proposição consegue conciliar a necessidade de financiar pelo menos parte do custeio da universidade do trabalhador ou de seus dependentes com a necessária preservação do patrimônio acumulado em sua conta vinculada.

Além disso, também foi aprovado o PLC nº 18, de 2002, na forma de um substitutivo que permitiu a movimentação da conta vinculada para pagamento das prestações e do saldo devedor do Crédito Educativo e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Desse modo, tendo em vista o Senado Federal já ter deliberado a forma de utilização do FGTS para pagamentos de encargos educacionais (inclusive FIES e Crédito Educativo), resta claro que o PLS nº 137, de 2011, neste particular, apresenta-se prejudicado.

Não obstante, os referidos projetos de lei não tratam de matrículas e mensalidades em instituições

de ensino técnico. Dessa forma, entendo que se pode adaptar o projeto para que atenda a essa faixa de ensino, nos moldes semelhantes aos já aprovados no Senado.

No que concerne ao pagamento de dívidas, julgamos que a proposição é meritória, mas necessita do nosso ponto de vista, de alguns ajustes para que não sirva, ao contrário do que propõe, de estímulo ao uso exagerado de crédito para o consumo pelo trabalhador, sabedor que terá uma compensação pela sua conta do FGTS de ano em ano.

Ademais, a proposta contém dispositivo que apresenta uma “trava” muitas vezes inexecutável, pois veda o uso do FGTS para outro motivo enquanto as dívidas não forem quitadas. Ora, sabemos que muitas dessas dívidas superam o saldo da conta vinculada, obrigando a que o trabalhador continue usando seus recursos para continuar pagando essas dívidas. Em nossa opinião, isso desvirtuaria completamente o instituto do FGTS.

Faz parte da tradição com relação às decisões tomadas no Senado Federal que a formulação e, principalmente, a análise de qualquer projeto de lei deve levar em consideração o panorama geral explicitado, o que implica assumir uma atitude cautelosa que evite ampliação não-fundamental das hipóteses de saques das contas vinculadas junto ao FGTS. Ou seja, há que se priorizar as hipóteses inseridas no âmbito dos objetivos primordiais do Fundo de Garantia e aquelas efetivamente fundamentais para o trabalhador e sua família, não perdendo de vista, ao mesmo tempo, a necessária preservação dos patrimônios individuais e do patrimônio do fundo como um todo.

Desse modo, propomos que o prazo para cada utilização do FGTS para pagamento dessas dívidas seja de pelo menos sessenta meses, preservando, ainda, a possibilidade de saque, durante este interregno, para outros motivos urgentes estabelecidos na Lei.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 137, de 2011, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, DE 2011 (Substitutivo)

Acrescenta os incisos XVIII e XIX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS para pagamento de matrícula e mensalidades em instituições de ensino técnico profissionalizante e dívidas

inscritas em cadastros de inadimplentes e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

.....

XVIII – pagamento de matrícula e mensalidades em instituições de ensino técnico profissionalizante do trabalhador ou de seus dependentes, de até 24 (vinte e quatro) anos de idade, observadas as seguintes condições:

a) o trabalhador deverá ter renda não superior a cinco salários mínimos e contar com, no mínimo, três anos de trabalho sob o regime do FGTS;

b) a instituição de ensino será obrigatoriamente credenciada;

c) cada trabalhador somente poderá realizar um único saque a cada período de vinte e quatro meses;

d) o saque poderá ser utilizado para o pagamento de mensalidades vencidas e vincendas;

XIX – pagamento de dívidas do trabalhador, como pessoa física, de natureza civil, comercial, fiscal ou previdenciária, inscritas em cadastro de inadimplentes dos poderes públicos ou serviços de proteção ao crédito, observadas as seguintes condições:

a) o trabalhador deverá ter renda inferior a cinco salários mínimos e contar com, no mínimo, três anos de trabalho sob o regime do FGTS;

b) o trabalhador poderá realizar um único saque para atender a esta situação a cada período de sessenta meses;

c) somente será autorizado o saque mediante transferência direta dos recursos da conta vinculada do trabalhador devedor para conta do respectivo órgão público credor ou para conta bancária indicada pelo credor privado, na forma do regulamento desta lei.

.....

§ 22. O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso XVIII, visando beneficiar os trabalhadores e preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – Senador **João Vicente Claudino**, Relator.

PARECER Nº 908, DE 2011

Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Ofício “S” nº 20, de 2010, (nº 198/2010, na origem), que encaminha ao Senado Federal, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Resultados e Impactos relativo ao ano de 2009, sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

Relator: Senador **Eduardo Amorim**

I – Relatório

Vem à análise desta Comissão o Ofício “S” nº 20, de 2010 (Ofício nº 198, de 2010, na origem), do Ministério da Integração Nacional – MI, que encaminhou a esta Comissão, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pelo art. 19 da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, relatório sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) no ano de 2009.

O relatório está acompanhado das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2009 e 2008, devidamente auditadas, do Parecer conjunto nº 16/2010-SDR/SCO, elaborado pelas Secretarias de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Desenvolvimento do Centro-Oeste, pertencentes ao Ministério da Integração Nacional, assim como da Resolução Condel/FCO nº 388, de 29 de junho de 2010, que aprovou o Relatório de Gestão do FCO apresentado pelo Banco do Brasil S.A.

A documentação foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, Ofício “S” nº 20, de 2010; e, o Ofício nº 35, de 2010-CN, foi encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos de Fiscalização do Congresso Nacional.

II – Análise

O art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, estabelece que “os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos”.

O § 4º deste mesmo artigo, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 129, de 2009, determina, por sua vez, que “o relatório de que trata o **caput** deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência do desenvol-

vimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades interregionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle.”

Conforme documento anexo ao Ofício “S” sob exame, a KPMG Auditores Independentes examinou os balanços patrimoniais do FCO levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e as respectivas demonstrações dos superávits, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, com a responsabilidade de opinar sobre essas demonstrações contábeis.

Do exame realizado, em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, conclui-se no Parecer que as demonstrações contábeis “representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste — FCO, em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os superávits de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”.

Junto a esse balanço devidamente auditado que chega a esta Comissão, cumprindo a exigência legal, também foi entregue relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, em conformidade com o § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989.

Além desta Comissão, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização também está encarregada de analisar tanto o relatório como as demonstrações contábeis auditadas que são encaminhadas pelos respectivos conselhos deliberativos dos Fundos, conforme prescrito no § 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989:

Art. 20.
.....

§ 5º O relatório de que trata o **caput** deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo de desenvolvimento regional, juntamente com sua apreciação, a qual levará em consideração o disposto no § 4º deste artigo, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciado na forma e no prazo do seu regimento interno.

A sistemática acima descrita foi adotada pela Lei Complementar nº 125, de 2007, com vigência a partir de 3 de janeiro de 2007.

Conforme já assinalado, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 129, de 2009, ao § 4º

do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, os relatórios circunstanciados sobre as atividades dos Fundos passaram a ser encaminhados às Comissões temáticas das duas Casas do Congresso Nacional que tratam das questões relativas às desigualdades regionais. Assim, cabe a esta Comissão e à sua congênere na Câmara dos Deputados, atestar se os Fundos Constitucionais de Financiamento estão contribuindo para o fim para o qual foram criados pelos Constituintes de 1988: a redução das diferenças de desenvolvimento entre as regiões do País.

As informações constantes do relatório circunstanciado tornam possível uma melhor compreensão das atividades do Fundo, sendo oportuno ressaltar que as recomendações constantes do relatório demonstram ciência dos administradores quanto às diretrizes de correção da aplicação dos recursos do FCO objetivando o cumprimento da missão do Fundo, que é promover o desenvolvimento econômico e social da

Região Centro-Oeste, por intermédio de programas de financiamento aos setores produtivos.

A documentação em análise cumpre os dispositivos legais supramencionados e, conforme relatado, a Presidência do Senado Federal já providenciou a distribuição da mesma à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Cabe, portanto, a esta Comissão, tomar conhecimento da matéria e, não havendo observações a fazer, encaminhar a mesma ao arquivo.

III – Voto

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do Ofício “S” nº 20, de 2010, do Ministério da Integração Nacional – MI, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente Parecer, ao arquivo.

Sala da Comissão, 30 de agosto de 2011. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente – Senador **Eduardo Amorim**, Relator.

SENADO FEDERAL COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

OFÍCIO “S” Nº 20, DE 2010.	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30/08/2011 OS(AS) SENHOFES(AS) SENADORES(AS)	
PRESIDENTE: <i>Senador Benedito de Lira</i>	
RELATOR: <i>Senador Eduardo Amorim</i>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB)	
WELLINGTON DIAS (PT)	1-PAULO PAIM (PT)
ANA RITA (PT)	2- ZEZE PERRELLA (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB)	3-JOSÉ PIMENTEL (PT)
VICENTINO ALVES (PR)	4-MAGNO MALTA (PR)
JOÃO DURVAL (PDT)	5-ACIR GURGACZ (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	6-VAGO
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PMDB, PP, PMN, PSC)	
ANA AMÉLIA (PP)	1-JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	2-LOBÃO FILHO (PMDB)
VITAL DO RÉGO (PMDB)	3-VAGO
WILSON SANTIAGO (PMDB)	4-EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)
CIRO NOGUEIRA (PP)	5-REDITARIO CASSOL (PP)
BENEDITO DE LIRA (PP)	6-GARIBALDI ALVES (PMDB)
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)	1-LÚCIA VÂNIA (PSDB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	2-VAGO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	3-JOSÉ AGRIPINO (DEM)
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTI	1-ARMANDO MONTEIRO
PSOL	
VAGO	1- VAGO

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1º Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

LEI COMPLEMENTAR Nº 125,
DE 3 DE JANEIRO DE 2007

Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, áreas de atuação, instrumentos de ação; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e a Medida Provisória nº 2.156, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar nº 66, de 12 de junho de 1991; e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 129,
DE 8 DE JANEIRO DE 2009

Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, estabelece sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação, instrumentos de ação, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

Art. 19. A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989

Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Consti-

tucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências.

Art. 20. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

§ 4º O relatório de que trata o **caput** deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência do desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades interregionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle.

§ 5º O relatório de que trata o **caput** deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo de desenvolvimento regional, juntamente com sua apreciação, a qual levará em consideração o disposto no § 4º deste artigo, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciado na forma e no prazo do seu regimento interno.

PARECER Nº 909, DE 2011

Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Ofício “S” nº 4, de 2011 (nº 34/2011, na origem), I que encaminha ao Senado Federal, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Resultados e Impactos relativo ao primeiro semestre do ano de 2010, sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

Relatora **ad hoc**: Senadora **Ana Rita**

I – Relatório

Vem à análise desta Comissão o Ofício “S” nº 4, de 2011 (Ofício nº 34, de 2011, na origem), Ministério da Integração Nacional – MI, que encaminhou a esta Comissão, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pelo

art. 19 da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, relatório sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) no primeiro semestre do ano de 2010.

O relatório está acompanhado das demonstrações contábeis de 30 de junho de 2010, devidamente auditadas, do Parecer conjunto nº 17/2010-SDR/SCO, elaborado conjuntamente pela Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional e pela Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, pertencentes ao Ministério da Integração Nacional, assim como da Resolução Condel/FCO nº 414, de 13 de janeiro de 2011, que aprovou o Relatório de Gestão do FCO apresentado pelo Banco do Brasil S.A.

II – Análise

O art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, estabelece que “os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos”.

O § 4º desse mesmo artigo, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 129, de 2009, determina, por sua vez, que “o relatório de que trata o **caput** deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência do desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades interregionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle.”

Conforme documento anexo ao Ofício “S” sob exame, a KPMG Auditores Independentes examinou o balanço patrimonial do FCO levantado em 30 de junho de 2010 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, com a responsabilidade de opinar sobre essas demonstrações contábeis.

Do exame realizado, em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, conclui-se no Parecer que as demonstrações contábeis “representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, em 30 de junho de 2010 e 2009, os superávits de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”.

Junto a esse balanço devidamente auditado que chega a esta Comissão, cumprindo a exigência legal, foi entregue relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, em conformidade com o § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989.

Além desta Comissão, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos

Públicos e Fiscalização também está encarregada de analisar tanto o relatório como as demonstrações contábeis auditadas que são encaminhadas pelos respectivos conselhos deliberativos dos Fundos, conforme prescrito no § 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989:

Art. 20.

§ 5º O relatório de que trata o **caput** deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo de desenvolvimento regional, juntamente com sua apreciação, a qual levará em consideração o disposto no § 4º deste artigo, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciado na forma e no prazo do seu regimento interno.

A sistemática acima descrita foi adotada pela Lei Complementar nº 125, de 2007, com vigência a partir de 3 de janeiro de 2007.

Conforme já assinalado, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 129, de 2009, ao § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, os relatórios circunstanciados sobre as atividades dos Fundos passaram a ser encaminhados às Comissões temáticas das duas Casas do Congresso Nacional que tratam das questões relativas às desigualdades regionais. Assim, cabe a esta Comissão e à sua congênere na Câmara dos Deputados, atestar se os Fundos Constitucionais de Financiamento estão contribuindo para o fim para o qual foram criados pelos Constituintes de 1988: a redução das diferenças de desenvolvimento entre as regiões do País.

As informações constantes do relatório circunstanciado tornam possível uma melhor compreensão das atividades do Fundo, sendo oportuno ressaltar que as recomendações constantes do relatório demonstram ciência dos administradores quanto às diretrizes de correção da aplicação dos recursos do FCO objetivando o cumprimento da missão do Fundo, que é promover o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, por intermédio de programas de financiamento aos setores produtivos.

III – Voto

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do Ofício “S” nº 4, de 2011, do Ministério da Integração Nacional – MI, que encaminhou ao Senado Federal, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis de

30 de junho de 2009, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente Parecer, ao arquivo.

Sala da Comissão, 30 de agosto de 2011. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Relator.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

OFÍCIO “S” Nº 04, DE 2011.	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE <u>30/08/2011</u> OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)	
PRESIDENTE: <u>Senador Benedito de Lira</u>	
RELATOR: <u>Senadora Ana Rita Al Hoc</u>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB)	
WELLINGTON DIAS (PT)	1-PAULO PAIM (PT)
ANA RITA (PT)	2- ZEZE PERRELLA (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB)	3-JOSÉ PIMENTEL (PT)
VICENTINO ALVES (PR)	4-MAGNO MALTA (PR)
JOÃO DURVAL (PDT)	5-ACIR GURGACZ (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	6-VAGO
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PMDB, PP, PMN, PSC)	
ANA AMÉLIA (PP)	1-JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	2-LOBÃO FILHO (PMDB)
VITAL DO RÊGO (PMDB)	3-VAGO
WILSON SANTIAGO (PMDB)	4-EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)
RO NOGUEIRA (PP)	5-REDITARIO CASSOL (PP)
BENEDITO DE LIRA (PP)	6-GARIBALDI ALVES (PMDB)
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)	1-LÚCIA VÂNIA (PSDB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	2-VAGO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	3-JOSÉ AGRIPIANO (DEM)
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTI	1-ARMANDO MONTEIRO
PSOL	
VAGO	1- VAGO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 130, de 2011**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 130/2011 – PRES/CAS

Brasília, 31 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em decisão terminativa, rejeitou Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, que Acrescenta os incisos XVIII e XIX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para pagamento de matrícula e mensalidades em instituições de ensino superior e técnico profissionalizante e dívidas inscrita em cadastros de inadimplentes e dá outras providências, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Cordialmente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com referência ao **Ofício nº 130, de 2011**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 908 e 909, de 2011**, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, concluindo pelo conhecimento das matérias por aquele órgão técnico e arquivamento dos **Ofícios nºs S/20, de 2010 e S/4, de 2011**.

A Presidência, em cumprimento às suas conclusões, encaminha as matérias ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, as seguintes Mensagens:

– **nº 366, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007 (nº 7.711/2007, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *acresce o art. 19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o*

Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal, sancionado e transformado na Lei nº 12.483, de 2011; e

– **nº 367, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 326, de 2009 (nº 1.180/2007, na Casa de origem, do Deputado Rodovalho), que *dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.484, de 2011.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 29, de 12 de setembro de 2011**, do Primeiro Vice-Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, em aditamento ao expediente anteriormente remetido (**Ofício nº 22, de 23 de agosto de 2011**, na origem).

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 29/11

Brasília, 12 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Em referência ao ofício nº 22/11 de 23 de agosto do corrente ano, tenho a honra de informar que o Senador Eduardo Braga foi também indicado para fazer parte da delegação brasileira à 125ª Assembleia da União Interparlamentar que se realizará em Berna (Suíça) de 16 a 20 de outubro de 2011.

Assim, solicito a Vossa Excelência que sejam justificadas as faltas do citado senador de 14 a 21 de outubro do corrente ano.

Atenciosamente, – Senador **Ciro Nogueira**, Primeiro Vice-Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Tendo em vista que o assunto já tramita no Senado Federal sob a forma do **Ofício “S” nº 57, de 2011**, o expediente lido vai à publicação e será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para que seja realizada sua juntada ao processado da aludida matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, do PT do Acre.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Pela ordem.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Primeiro orador inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador. *Fora do microfone.*) – ... inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Inscrição normal, perfeito.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso iniciar um pronunciamento sem antes elogiar a atitude do Senador Rodrigo Rollemberg, do Distrito Federal, grande companheiro e colega aqui nesta Casa, pela iniciativa desta sessão que o Senado acaba de realizar em homenagem aos 109 anos de nascimento do nosso sempre presidente Juscelino Kubitschek.

Tive o privilégio de cumprimentar a sua neta, seus amigos e colaboradores.

De fato ele é fonte de inspiração até os dias de hoje. E certamente aqueles que se pegam à sua trajetória, aos seus exemplos, ao seu legado, têm, a partir desse comprometimento, uma demonstração de amor pelo Brasil.

Vale a pena ressaltar, como fiz em outras ocasiões, que até mesmo num momento em que sofreu talvez a maior injustiça que um brasileiro da qualidade dele podia sofrer, quando foi acusado injustamente de desvio de conduta, acusado de ter sido complacente com a corrupção, foi uma injustiça de seus adversários, mas uma parcela importante da sociedade brasileira não acolheu, não aceitou, e, felizmente, prevaleceu na biografia de Juscelino Kubitschek a verdade, de ele ser um grande brasileiro, um homem honrado, um exemplo até os dias de hoje para todos nós, especialmente aqueles que assumem o papel e a responsabilidade de atuar na política. Refiro-me sempre à boa política.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna, na tarde de hoje, é a minha intenção de registrar mais uma comemoração do 7 de setembro, a Independência do nosso País. Quero começar e registrar, com alegria, o pronunciamento feito pela

Presidenta Dilma Rousseff, em cadeia de televisão, em celebração à data histórica de 07 de setembro.

Falo isso, porque alguns colegas aqui no Senado já fizeram também, por entender que estamos diante de um momento histórico: pela primeira vez na história do Brasil uma mulher presidiu as comemorações de 07 de setembro, aqui em Brasília. Alegrou os corações de todos nós brasileiros ver a Presidente Dilma revisando a tropa, passando em carro aberto e presidindo em nome das mulheres e dos homens do Brasil as comemorações de uma data tão importante.

Nunca essa data soou tão significativa quanto agora; nunca em nossa história, o povo brasileiro viveu essa experiência de verdadeira independência econômica e política da forma como vivemos agora.

Nós, do Acre, sabemos bem o que é isso. V. Ex^a, que preside esta sessão, sabe que, há 13 anos, o Acre não comemorava o 07 de setembro. Uma data que, há décadas, fazia com que milhares de pessoas saíssem das florestas, de suas casas na floresta e viessem até Rio Branco, do interior do Estado, para celebrar o 07 de setembro. Por conta dos descaminhos que a administração pública no Acre pegou, por conta da ação equivocada e eu diria até irresponsável de alguns que levaram o Acre a uma situação de absoluta ilegalidade, afetando a autoestima do povo acreano, o 07 de setembro não era mais uma data marcante na vida do povo acreano. De 13 anos para cá, tive o privilégio de no Governo recolocar essa data com dois sentimentos. O de reunir o povo do Acre, celebrando com muita legitimidade, porque o Acre é parte do Brasil por opção. O Acre entrou numa guerra com a Bolívia, graças à força dos nordestinos e brasileiros que lideraram a revolução acreana. O Acre lutou para fazer parte do Brasil. Então, celebrar o 7 de Setembro no Acre, como fez agora o Governador Tião Viana, é, para nós, muito mais especial do que em outros Estados do Brasil. O outro motivo é também uma data da maior importância para o nosso País e, nesses últimos 13 anos, o Acre sempre reservou uma atenção especial e, o melhor, a população tem correspondido e, a cada ano, aumenta o número de pessoas que participam do 7 de Setembro.

Aqui estou para me referir ao fato histórico que, nesses anos de República, pela primeira vez, tivemos uma mulher com a história de vida tão singular como tem a Presidente Dilma, uma pessoa que enfrentou tantas dificuldades na vida para fazer a política num dos momentos mais difíceis quando só se fazia política se tivesse muita coragem e muito idealismo.

Nesse período, fazer política era correr risco de morte, de ir para a cadeia, e a Presidente Dilma – que, alguns, às vezes, equivocadamente dizem que é uma

peessoa que não tem afeição à política – iniciou sua jornada política nesse momento de dificuldade.

Passados esses anos, depois de tanto tempo, a Presidente Dilma escreve uma nova história do Brasil, a partir desse último 07 de setembro. E ela fez muito bem em entrar em cadeia de rádio e televisão no 7 de setembro, fazendo uma fala também histórica para a Nação brasileira.

Em seu pronunciamento, ela falou: “Os países ricos que se preparem para um longo período de estagnação e até de recessão”, mas ressaltou que “a crise não nos ameaça fortemente, porque o Brasil mudou para melhor”.

De fato, é motivo de orgulho olhar o Brasil dos últimos anos e ver as transformações ocorridas, o quanto o País mudou para melhor. Sob qualquer ângulo, os números são animadores. A renda e o emprego cresceram a níveis históricos. O Brasil, hoje, é uma referência mundial de melhoria de renda e de geração de emprego, e é claramente visível, em todos os cantos do País, a melhora na qualidade de vida do nosso povo.

A Presidente Dilma diz também, em seu pronunciamento, que “nossa situação é, de fato, privilegiada em relação a muitos países do mundo, mas ainda estamos aquém do que podemos, do que queremos e do que necessitamos”.

É compreensível e admirável que nossa Presidente não se contente com as estatísticas positivas atuais e queira avançar ainda mais na oferta de oportunidades ao povo brasileiro.

Aí está, como prova disso, o grande esforço do nosso Governo, dirigido pela Presidente Dilma Rousseff, de dar continuidade e fortalecer o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC 2), um dos maiores programas de infraestrutura do mundo.

Vale aqui ressaltar que, esta semana também, quando comemoramos a Independência do Brasil, o Presidente Obama, visando frear o desemprego crescente nos Estados Unidos, ameaça de recessão e estagnação, lançou um programa de infraestrutura perto de US\$500 milhões.

Vale ressaltar que o PAC, lançado a partir de um planejamento, que começou no governo do Presidente Lula, gerenciado pela hoje Presidente Dilma, lançou um programa não em cima de uma crise, como solução para uma crise, mas um programa como parte do modelo de desenvolvimento que o governo do Presidente Lula e que o Governo da Presidente Dilma tentam e, com sucesso, conseguem implementar.

Ressalto também que, tão importante quando o PAC, é o programa Brasil sem Miséria, lançado nesse primeiro semestre do Governo da Presidente Dilma,

para tirar 16 milhões de brasileiros da linha de extrema pobreza.

Não posso deixar de mencionar que, com o Brasil sem Miséria, pela primeira vez, se faz justiça a quem cuida das florestas no Brasil. Parte desse plano é voltado aos povos da floresta, como a instituição do Bolsa Verde, que pagará a cada trimestre, por meio de cartão, R\$300,00 por família que preserve floresta nacional, reserva extrativista e que colabore com o desenvolvimento sustentável. Quem vive, quem conhece a realidade da Amazônia brasileira, das populações que moram nos lugares mais distantes na fronteira tão extensa do Brasil sabe a importância desse programa que vai mudar definitivamente a vida de milhões de brasileiros e brasileiras, que sempre foram os verdadeiros guardiões da integridade do território nacional.

A lista de planos, de alcance social e econômico, do Governo é extensa. Vale lembrar a Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, em que já estamos trabalhando, por meio do Ministério das Cidades, da Caixa Econômica, de prefeituras e governos de Estados, na implantação de mais de dois milhões de moradias; programa esse, também, lançado nos primeiros seis meses do Governo da Presidente Dilma.

Mesmo assim, vale citar ainda mais iniciativas como o reforço do ProUni. No Dia da Independência, tivemos a manifestação corajosa e importante de milhares de pessoas, alertando sobre os desvios de conduta, cobrando posturas mais rígidas, especialmente dos políticos, no combate à corrupção.

É importante valorizar o papel da juventude nessas mudanças que o Brasil alcança e nas que o Brasil precisa alcançar. Daí, associe-me a todos os que registraram e viram na ação, em vários Estados brasileiros, de jovens e movimentos sociais um posicionamento firme, associando-se ao Governo da Presidente Dilma e, ao mesmo tempo, cobrando uma postura mais firme de todos nós, políticos, no combate à corrupção. Vejo nisso um amadurecimento da sociedade brasileira. É a voz das ruas nos alertando sobre o caminho que devemos seguir e o caminho que devemos evitar.

Vale, então, citar iniciativas do reforço do ProUni, que já superou a marca de 900 mil estudantes beneficiados e vai preparar 75 mil estudantes no exterior. É um exemplo de políticas que o Brasil implementa; tem origem no governo do Presidente Lula e segue avançando no Governo da Presidente Dilma, e que são referências no mundo.

O Brasil não disputa com o Brasil do passado as melhorias do nosso povo; o Brasil disputa a busca de melhores dias para o nosso povo, a partir de um olhar para o resto do mundo. O que o Brasil disputa, hoje, são indicadores sociais, econômicos e também

ambientais com os países desenvolvidos. Serão 75 mil estudantes preparados no exterior, com bolsas pagas pelo Governo Federal.

Merece menção também a decisão da Presidente Dilma em criar quatro novas universidades, acreditando e apostando não no futuro do Brasil, mas no presente, que é a nossa juventude. Mais de 47 extensões universitárias e mais 208 novas escolas de educação profissional e tecnológicas.

Por uma questão de justiça, eu queria concluir lembrando, não podendo omitir ou esquecer, a participação do Presidente Lula na construção deste novo Brasil. Nos oito anos do Governo do nosso sempre Presidente, foram assentadas as bases para que a população mais pobre começasse a migrar para o patamar de classe média baixa e, em seguida, de classe média, dando impulso à grande parte do crescimento econômico que hoje vivemos.

A transformação é extraordinária. Nós tínhamos perto de 40 milhões dos quase 200 milhões de brasileiros como classe média; e hoje são mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras como classe média. Estamos, de fato, virando um país de classe média – essa é uma grande conquista –, com consumidores, com melhoria de indicadores sociais e também com melhoria na qualidade de vida de milhões de famílias de brasileiros.

O sonho do Presidente Lula, da Presidente Dilma e de nós, brasileiros, torna-se mais real a cada dia. Estamos nos fortalecendo, como disse há pouco, como um país de classe média, com poder de compra e acesso aos bens de que necessita, como a educação, o saneamento e melhores serviços de saúde e segurança. Somos um povo que quer avançar sempre e que tem orgulho da independência conquistada.

Portanto, ao registrar aqui a celebração que os brasileiros puderam compartilhar, ouvindo o discurso da Presidente Dilma, quero dar o testemunho do meu apreço e agradecimento – sei que falo também em nome da grande maioria dos brasileiros – ao que ela e o Presidente Lula fizeram e têm feito pelo nosso Brasil.

Quero, desta tribuna, dizer à Presidente Dilma: conte comigo, conte com os brasileiros que torcem pelo sucesso do seu Governo e pela melhoria do nosso País. O que for necessário vamos fazer para dar continuidade a essa agenda de governo positiva e produtiva, para melhorar a vida dos brasileiros e fortalecer ainda mais o nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT AC) – Senador Jorge Viana, os cumprimentos da Mesa pela qualidade do seu pronunciamento.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministério da Educação traz ao conhecimento público, nesta segunda-feira, uma informação que deve despertar em todos um sentimento de preocupação com a qualidade do ensino que está sendo oferecido aos estudantes de nosso País.

Os dados alertam. Oito em cada dez escolas públicas ficaram abaixo da média no último Exame Nacional do Ensino Médio 2010. Oito em cada dez!

Essa informação lamentável aparece nos resultados do Enem por estabelecimento de ensino. O cálculo considera escolas em que pelo menos 25% dos alunos participaram do exame. Entre os colégios particulares, 8% não conseguiram superar a média nacional – o que representa um décimo do índice verificado na rede pública.

Avulso como intolerável essa distância. Uma prova cabal de que o ensino na rede pública está agonizando e levando junto com ele os sonhos, as expectativas, os projetos de vida, a chance de ter um futuro brilhante e de dominar uma carreira profissional para os alunos cujos pais não têm condições financeiras de colocar os filhos para estudar nas chamadas “escolas de ponta”.

De um lado, as escolas e suas estruturas do ponto de vista físico e humano, com professores especializados e com a adoção de métodos e técnicas de ensino que efetivamente preparam o aluno para o mundo competitivo que hoje lhes é proposto; do outro lado, a dura realidade de um número sem-fim de escolas públicas caindo aos pedaços, sem laboratórios adequados, sem espaços físicos para a prática de esportes, sem atividades lúdicas, sem acesso à informática, sem merenda para os alunos – que chegam e que saem com fome –, com professores desestimulados.

Há de se ver que é humanamente impossível querer que resultados bons apareçam em um cenário assim.

A média geral dos estudantes do último ano do Ensino Médio foi de 553,73 pontos, numa escala até 1.000.

A nota considera o desempenho tanto nas provas objetivas quanto na redação. É ela que serve de referência para determinar quantas escolas ficaram abaixo da média nacional: nada menos do que 8.926 estabelecimentos públicos e 397 privados.

Se se considera apenas a nota geral nas provas objetivas, chega-se ao absurdo de 80% das escolas públicas abaixo da média.

O que está acontecendo, gente? O que está faltando para que a diferença entre a rede pública e a particular seja efetivamente encarada como um desafio para o sistema de educação brasileiro?

Os indicadores do ENEM 2010 deixam evidente a dimensão do problema. Das 20 escolas com maiores médias, 18 são privadas, e as duas públicas são vinculadas a universidades federais.

Na outra ponta, todas as 20 piores são públicas, assim como as 100 unidades com notas mais baixas. Entre as 1.000 escolas com piores médias, 995 são públicas, e apenas cinco, privadas.

Não há como esconder o sol com a peneira. É um verdadeiro abismo que se formou entre a rede pública e a particular.

Na área rural, então, é um deus-nos-acuda. Transporte precário – quando há!

As crianças não chegam a ter nem quatro horas diárias de ensino. Matérias como matemática, química, física e as ciências biológicas deixam de ser dadas por falta de professores.

São os filhos e as filhas de nossos lavradores, dos nossos caboclos, gente humilde, que pensa que a presença do filho na escola vai dar a essas crianças um futuro menos sofrido. Bobagem. O modelo não funciona. A escola finge que ensina, e o aluno finge que aprende. E, assim, um ciclo inteiro é desperdiçado. As crianças completam o ensino fundamental, sem saber ler e escrever. Não conseguem construir um texto, sequer, com lógica. Qual é a chance desses meninos e meninas? É zero. Nada.

Há quem questione esses comparativos a partir do Enem. Já que não é um teste obrigatório, os alunos participam, se assim o desejarem. Mas essa aferição é, no meu ponto de vista, necessária e deveria ser estimulada. É preciso ter um ponto de referência, para se saber onde começar a buscar uma solução.

Os números são desanimadores, mas acabam servindo de estímulo para que se encare o problema de frente.

Que o Brasil é um País extremamente desigual todos sabemos. Qual será o futuro dessa desigualdade é o que precisa ser debatido. A objetividade dos números que o Ministério da Educação nos apresenta nesta segunda-feira lança a todos o desafio. Não podemos ver com naturalidade esse descompasso entre os alunos da rede pública e os da rede privada, porque a desigualdade gera resultados muito amargos.

Era esse o nosso registro.

Senadora Ana Amélia, peço desculpas. É que o clima aqui parece de deserto! Lá no meu Estado, eu respiro água, umidade pura. E V. Ex^a está retribuindo daí.

Agradeço e concluo meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Anibal Diniz, Senadores, telespectadores da TV Senado, passei um fim de semana muito alegre, embora tenha trabalhado muito em meu Estado, o Rio Grande do Sul, desde a abertura oficial da Expointer, com a presença da Presidenta Dilma Rousseff, com a presença do Ministro da Agricultura Mendes Ribeiro Filho e da Presidente da CNA, a nossa colega Kátia Abreu e de autoridades, como o Governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo e, é claro, do anfitrião, Governador Tarso Genro.

Mas a minha alegria aumentou ainda muito mais, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando o Procurador-Geral da República decidiu entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei que criou o Regime Diferenciado de Contratações Públicas para a realização de obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas, no Rio de Janeiro, em 2016. Essa lei foi aprovada por esta Casa na forma da Medida Provisória nº 527, em julho passado, e, na prática, flexibiliza a Lei nº 8.666, conhecida como Lei de Licitações.

Aqui presto homenagem ao ex-Ministro Luis Roberto Ponte, autor dessa lei, que ficou extremamente preocupado com o alcance e com a falta de democracia no processo desse chamado Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

Na ação direta de inconstitucionalidade, que levou o número 4.655, o Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, solicita a concessão de liminar para suspender a eficácia da norma até o julgamento definitivo da ação, baseado em dois argumentos: o mérito da lei, que põe em risco o patrimônio público, e a segurança jurídica, que precisa ser concedida à realização das obras para que tudo esteja pronto no prazo adequado.

Essa ação direta de inconstitucionalidade foi distribuída ao Ministro Luiz Fux, a quem também foi confiada a missão de relatar outra ação direta de inconstitucionalidade, interposta pelo PSDB, pelo Democratas e pelo PPS, pelas mesmas razões.

Sr^{as} e Srs. Senadores, os motivos que levaram o Procurador-Geral da República a questionar a constitucionalidade dessa lei foram os mesmos que me fizeram votar contrariamente a essa matéria neste mesmo plenário. O primeiro motivo diz respeito à constitucionalidade da medida provisória que chegou ao Senado Federal. Muito temos combatido o excesso do envio dessas medidas provisórias pelo Poder Executivo, Senador Mozarildo, o curto prazo que é concedido para

que nos dediquemos à discussão dessas matérias e a inclusão de assuntos diversos, misturados, coisas completamente diferentes em uma mesma medida.

A Medida Provisória nº 527 foi um exemplo típico das falhas desse poderoso instrumento usado pelo Poder Executivo. Enviada ao Congresso Nacional pela Presidência da República no dia 18 de março, tratava, inicialmente, de promover a criação da Secretaria Nacional de Aviação Civil e fazer modificações na Anac e também na Infraero.

Mas, durante a tramitação dessa medida provisória na Câmara dos Deputados, foi incluída na medida provisória a criação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas, chamado RDC, para as obras da Copa do Mundo, em 2014, e também das Olimpíadas, em 2016, no Rio de Janeiro.

Competente e responsavelmente, o Procurador Roberto Gurgel afirma que a inclusão de matéria estranha à tratada na medida provisória viola o devido processo legislativo e o princípio da separação dos poderes, já que as MPs são de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Mas esse é apenas um dos motivos elencados pelo Procurador para denunciar a inconstitucionalidade dessa lei. Os motivos que tratam dos riscos ao Erário são, da mesma forma, muito contundentes.

Ao longo dessa ação direta de inconstitucionalidade, que tem 35 páginas, o Procurador-Geral afirma que os dispositivos da Lei 12.462, de 2011, que tratam do RDC, o Regime Diferenciado de Contratações, são inconstitucionais porque ferem os balizamentos que, necessariamente, devem ser observados pelas normas infraconstitucionais que regulam as licitações e os contratos administrativos no País.

No texto, o Procurador Gurgel lembra que, de acordo com o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.

Segundo ele, essa regra é infringida pela Lei 12.462, deste ano, porque a norma não fixa parâmetros mínimos para identificar as obras, os serviços e as compras que deverão ser realizados por meio do RDC. Ou seja, a lei não estabelece os parâmetros que tornam uma obra necessária aos eventos.

Final de contas, o que é uma “obra da Copa”? O Brasil possui inúmeras deficiências logísticas que precisam ser sanadas, independente da realização de eventos dessa natureza e, também, dessa envergadura. Não podemos esquecer que a Copa do Mundo Fifa e os Jogos Olímpicos terão a duração de um mês cada

um, enquanto as obras serão utilizadas por todos os brasileiros durante décadas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da rádio Senado, em pronunciamentos anteriores, elenquei os principais pontos negativos da medida provisória que agora se tornou lei e que são contrários aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que devem nortear a Administração Pública.

Tornar sigilosos os orçamentos das obras, permitir a contratação integrada do projeto e da obra por uma mesma empreiteira e criar o instrumento da remuneração variável para o cumprimento de prazos e padrões é abrir precedente gravíssimo para o descumprimento desses princípios e abrir ou escancarar uma porta à corrupção.

É compreensível que o Governo empreenda esforços para a realização das obras, procurando conceder agilidade à sua realização. Mas não podemos retroceder de maneira alguma. A Lei de Licitações foi concebida para conter um dos principais problemas históricos do nosso País e com o qual hoje estamos convivendo dramaticamente, esta grande praga: a corrupção e o desvio de dinheiro na realização de obras públicas.

Abrir precedentes para o descumprimento da Lei 8.666 é abrir brechas para a má utilização do dinheiro público. Atualmente, quase a totalidade das demandas judiciais nas licitações acontece quando estas são desenhadas de modo a privilegiar alguma empresa. Se quisermos que as obras da Copa e das Olimpíadas sejam realizadas com rapidez, a preços justos e com qualidade, basta que as licitações sejam elaboradas com respeito à Lei 8.666 e que as empresas participantes cumpram os requisitos estabelecidos nessa lei.

Por esses motivos, Sr. Presidente, protocolei, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o requerimento de audiência pública para que esse assunto fosse debatido com a presença do ex-Deputado, ex-constituente e ex-Ministro Luis Roberto Ponte, autor da Lei de Licitações, com a presidência da Câmara Brasileira da Indústria da Construção civil. A Lei de Licitações data de 1992. Infelizmente, a medida provisória foi aprovada, atropelou tudo; e foi feita com tanta celeridade, Senador Mozarildo, que não foi possível sequer ouvir a opinião de um especialista no assunto antes da votação. Um não; mais especialistas sobre a matéria; claro, todos contrários à forma como essa medida provisória chegou aqui no Senado Federal e foi aprovada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em passado recente, ao realizarmos os Jogos Pan-Americanos de 2007, estimamos gastar R\$ 300 milhões e acabamos chegando à assombrosa cifra de um gasto de R\$ 3 bilhões.

Ontem, os jornais traziam os primeiros indícios de que estamos prestes a repetir os mesmos equívocos, ao comparar os dados oficiais do Governo com as projeções das empreiteiras.

O Portal da Transparência, do Governo, montado pela Controladoria– Geral da União, diz que a Copa custará R\$ 23,4 bilhões, enquanto a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base estima que o custo total da realização do Mundial em nosso País será de R\$ 112 bilhões. É muito mais dinheiro do que o estimado pelo Governo.

A realização dos eventos esportivos mais importantes do mundo é uma oportunidade ímpar em nosso País: ganharemos em exposição, mostraremos ao Planeta nossa capacidade de realização de grandes eventos e nos reposicionaremos perante as grandes nações mundiais que também já promoveram, ou irão promover, eventos dessa grandeza. Mas não podemos deixar que a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 sejam mais importantes do que a manutenção da ordem jurídica e a proteção ao Erário, até porque – permita-me o comentário, Senador Mozarildo, que é médico, – é preciso também um equilíbrio de prioridades.

O Governo do Distrito Federal está fazendo *marketing* dizendo que o Estádio de Brasília é o mais atualizado em matéria de obra com investimento de mais de R\$ 700 milhões para o Distrito Federal, para o Governo local nesse investimento. Enquanto isso está acontecendo, com orgulho do Governo local – é anunciado que esse grande estádio será o primeiro a ser inaugurado –, os pacientes aguardam nos hospitais públicos do Distrito Federal para serem atendidos para uma simples cirurgia. O Hospital de Base, Senador Mozarildo Cavalcanti, até há pouco tempo, não tinha reagente para exame de urina, que é um exame elementar num processo de atendimento à saúde da população.

É preciso, portanto, que haja de parte da autoridade um compromisso com o interesse maior, que é atender à necessidade da população em primeiro lugar. O estádio é importante, mas mais importante do que o estádio é a saúde do povo, que paga impostos em grande quantidade para ter, como retorno, um serviço de qualidade adequado aos recursos que ele consome, seja para os Estados, seja para os Municípios, seja para o Distrito Federal. O cidadão paga imposto e quer um serviço de volta. No caso da saúde no Distrito Federal, lamentavelmente, não temos nenhum motivo para comemorar. A situação é dramática. Basta acompanhar os noticiários diários na televisão do Distrito Federal para ver isto.

Vivemos num país que ainda tem sérias deficiências em setores básicos para a sociedade. O Congresso Nacional discute, há anos, a regulamentação da Emenda nº 29, de autoria de um Senador do PT do Acre, Senador Tião Viana, médico, buscando uma solução para a falta de recursos na saúde. Nossa educação é precária e os brasileiros convivem com o aumento diário da violência.

Nesse contexto, a Procuradoria Geral da República dá uma relevante demonstração de independência ao propor ação direta de inconstitucionalidade dessa lei e reabre o debate sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, fazendo com que repensemos sobre as prioridades de nossa Nação.

Parabenizo o Procurador-Geral da República pela iniciativa e digo que ela resgata a crença de que o Brasil pode, sim, acreditar no Estado de direito.

Com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senadora Ana Amélia, quero dizer a V. Exª que nós dois somos de partidos aliados ao Governo da Presidente Dilma, tanto o PP de V. Exª quanto o meu PTB, mas eu acho que o bom aliado é aquele que não é alienado, por qualquer que seja motivo. Acho que o bom amigo não é aquele que diz que está tudo certo e nunca aponta um equívoco. Acho que a Presidente Dilma tinha muita razão quando disse aqui, no Congresso, ao assumir, que iria cuidar muito bem de cada real do povo brasileiro pago através de impostos. Então, é preciso que todas essas brechas que podem levar à corrupção, que, infelizmente, é um grande mal neste País... Se a Presidente quer, como tenho certeza de que quer, acabar com a miséria no País, ela tem que acabar com a corrupção, porque é a corrupção a grande responsável pela miséria que ainda existe neste País. Portanto, aplaudo o pronunciamento de V. Exª e me alio, como temos estado aliados, porque, embora sejamos de partidos da base do Governo, não somos incondicionalmente a favor das coisas que julgamos não benéficas para o País. Portanto, parabéns!

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti. O senhor reafirma, com isso, uma atitude de independência, mas não independência... Porque o seu partido, o PTB, está dando suporte à governabilidade da Presidenta Dilma Rousseff. E eu respeito muito a sua posição e a sua coerência.

Como V. Exª reafirma, o bom amigo é aquele que diz: “Não é esse o caminho, vai por aqui, corrige o rumo”. Então, é esse o objetivo que temos todos nós aqui. Nós respeitamos muito... Aliás, fazemos parte, V. Exª e eu, de um grupo suprapartidário, de Senadores

de vários partidos, que estão aqui empenhados em dar a ela o respaldo político necessário a todas as ações que a Presidenta empreender na direção de fazer uma limpa. Não vamos nem usar aquela palavra que ficou em desuso, mas o fato é que a iniciativa corajosa da Presidenta Dilma Rousseff em afastar as autoridades que estavam de alguma forma comprometendo a viabilidade do projeto do Governo dela, comprometendo a lisura na forma de atuação, isso deu a demonstração ao País da seriedade com a qual ela administra o nosso País. Por isso, ela teve essa votação esplendorosa e espetacular.

Então, nós aqui estamos... Eu sou uma Senadora independente. O meu partido, liderado pelo Senador Francisco Dornelles, tem ajudado o Governo nas questões importantes.

Mas, novamente, Senador Mozarildo, quanto à Emenda 29, eu aprovo a Emenda 29, sou favorável à sua aprovação. São mais recursos. Os Municípios estão falidos. No meu Estado, 100% dos Municípios gaúchos aplicam mais do que determina a lei em saúde. Mas o Estado, não. O Estado aplica apenas 4,6%. Isso não é admissível. Então, a Emenda 29 vai ajudar a aumentar os recursos para os Municípios.

Mas não posso, de maneira nenhuma, votar a favor do retorno da CPMF ou de qualquer novo imposto para financiar a saúde. Essa área precisa de uma nova atitude do Governo, uma qualidade de gestão no setor de saúde, porque o problema não é falta de recursos; é uma questão específica de qualidade de gestão numa área prioritária que é a saúde pública. Aqui há dinheiro para fazer um estádio, no Distrito Federal, mas não há dinheiro para botar num hospital, para ter reagente para fazer um exame de urina ou uma cirurgia nos hospitais das cidades satélites. São essas as prioridades que um homem público ou a mulher, no caso da nossa Presidente, deve mirar quando toma determinadas iniciativas em relação ao governo. É isso que nós todos esperamos.

Agradeço muito, Senador Mozarildo, pela sua colaboração.

Agradeço, Presidente Anibal Diniz, pela presidência que está comandando nesta tarde de segunda-feira. Ainda faltam três minutos para completar o meu tempo, mas deixo a tribuna com o compromisso de ter feito o que eu precisava fazer, que era elogiar e destacar essa iniciativa do Procurador-Geral da República, Dr. Gurgel.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Agora, com a palavra, em permuta com o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Paulo Paim. Logo

em seguida, teremos o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Na realidade, Senador Mozarildo, não havia nenhum Senador inscrito em plenário e a Senadora acabou falando no lugar dela mesma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, eu vim à tribuna, no dia de hoje, segunda-feira, primeiro, para registrar que, hoje, pela manhã, foi realizado no Teatro Dante Barone, na Assembleia Legislativa do meu Estado, o seminário chamado “Segurança no trânsito e motorista profissional”. O debate foi muito produtivo e apresentou as ações promovidas pelo Governador Tarso Genro no debate sobre a década de segurança no trânsito. Trata-se de um estudo que foi desenvolvido pela Organização das Nações Unidas em vários países e tem como meta principal reduzir em 50% o número de acidentes de trânsito no período 2011-2020.

Venho à tribuna, Sr. Presidente, Senador Anibal, porque fui convidado para o evento, em que eu deveria falar sobre “O Estatuto do Motorista: pacto pela vida”. Quero aqui agradecer muito ao Vice-Governador Beto Grill que me fez o convite para que eu estivesse na Assembleia, participando como painelistas desse evento, em que ele era a figura principal. Ficam aqui os meus cumprimentos a esse grande evento realizado no Estado, coordenado pelo Vice-Governador Beto Grill.

Quero também enfatizar, Sr. Presidente, que só não estive lá, porque tive de voltar a Brasília ontem, à noite, uma vez que, hoje, pela manhã, presidi a Comissão de Direitos Humanos, quando fizemos um grande debate sobre os dez anos da Associação Brasileira de Canais Comunitários. Debates canais de TV e, claro, debatemos também a importância das rádios comunitárias.

Quero dizer também Sr. Presidente, que, apesar de não estar lá no debate, eu gravei um vídeo, em que faço uma análise do motivo dos acidentes de trânsito e faço uma análise da situação de todo o transporte terrestre, que foi passado para as centenas de participantes daquele importante evento.

Quero também destacar, Sr. Presidente, que, segundo Luiz Mincarone, que fez a apresentação de um projeto chamado Trânsito Seguro, esse movimento cresce não só no Brasil, mas fora dele também. É um movimento global que visa combater os acidentes no trânsito. Lá, no Estado, foi muito enfatizada, Sr. Presidente, a importância de uma ação conjunta também de fiscalização e educação no trânsito, com apoio do

Detran, da Brigada Militar, da Polícia Militar, da Polícia Civil e também foi feito um anúncio pelo Vice-Governador de que, a partir do mês de setembro, como parte das ações do Comitê Estadual de Mobilização pela Segurança do Trânsito, serão realizadas nove conferências municipais no Rio Grande do Sul para debater o pacto pela vida e diminuir os acidentes no trânsito.

Quero destacar que, além, naturalmente, do Vice-Governador Beto Grill, estiveram presentes também o Dr. Alessandro Barcelos, Presidente do Detran-RS; o Deputado Hugo Leal, PSC – Rio de Janeiro, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro; e o Deputado Miki Breier, PSB, Presidente da Frente Parlamentar Estadual em Defesa do Trânsito Seguro, ou seja, o Pacto em Defesa da Vida.

Também, Sr. Presidente, aproveito este momento para fazer mais dois registros. Um deles, Sr. Presidente, vem de Caxias do Sul, minha cidade natal. Quero registrar que recebi da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, lá na Serra Gaúcha, a Moção de Apoio nº 24, de 2011, de autoria também lá da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Segurança – a mesma Comissão que presido aqui no Senado –, em que manifestam o apoio à luta por justiça promovida pela comunidade do bairro Fátima em razão, neste momento, da morte da jovem Jéssica de Oliveira, que foi assassinada em 09 de agosto de 2011. Na manhã de 11 de agosto, cerca de 200 estudantes, colegas de Jéssica e de outras escolas, promoveram uma grande caminhada no centro de Caxias exigindo justiça para o assassinato. Na tarde do dia 16 de agosto, cerca de 300 moradores do bairro Fátima realizaram uma passeata até o fórum protestando e exigindo que não houvesse a liberdade para o criminoso.

Diz a moção, Sr. Presidente:

Mesmo tendo confessado, o autor permanece em liberdade, causando indignação de todo o povo daquela cidade e região.

Diz mais:

Além da revisão da legislação pertinente, solicitamos que a investigação seja levada com a severidade merecida e que a apuração e a punição sejam realizadas de forma rápida, ágil, cumprindo rigorosamente os prazos previstos no Código Penal.

E aí, Sr. Presidente, assinam o texto os Vereadores Marcos Daneluz, Presidente da Câmara de Vereadores, e Denise Pessoa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e os Vereadores e Vereadoras Ana Corso, Renato Oliveira, Mauro Pereira e Renato Nunes.

Essa é a moção de apoio que recebi da cidade de Caxias do Sul.

Ainda, Sr. Presidente, uso a tribuna neste momento para informar que amanhã a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência, que eu presido, vai realizar uma audiência pública às 9 horas, na Sala 3, aqui, da Alexandre Costa, com o objetivo de discutir a inclusão do carvão mineral nas matrizes energéticas, no Leilão A-5, que estabelece o comércio de fontes energéticas futuras produzidas no Brasil.

O Governo Federal, Sr. Presidente, fixou o prazo para o cadastramento de empreendedores interessados em participar do leilão da venda de energia.

Segundo Portaria nº 498, do Ministério de Minas e Energia, de 26 de agosto de 2011, no Leilão A-5, que ocorrerá em 20 de dezembro, serão contemplados empreendimentos de geração a partir da fonte eólica, da termoeletrica e da biomassa. Também o gás natural, em ciclo combinado, mas deixou de fora, Sr. Presidente, o carvão mineral.

Representante do setor carbonífero estima que os prejuízos da não inclusão do carvão no leilão podem chegar a R\$6 bilhões e a extinção de cerca de 10 mil postos de trabalho.

Devido a isso é que faremos essa audiência pública amanhã, quando vão participar lideranças de todo o País.

Estão vindo do Rio Grande do Sul três ônibus com trabalhadores vinculados à mineração de carvão, seja na usina, na extração ou no transporte. Foram ainda convidadas as seguintes autoridades: representante do Ministério de Minas e Energia – liguei pessoalmente para o Ministro Edison Lobão, que confirmou a presença de um representante –; também Maurício Tiomno Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética EPE; José Carvalho da Costa Neto, Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás; César W. de Faria, Diretor-Presidente da Copelmi Mineração Ltda.; Fernando Luiz Zancan, Presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral – ABCM; Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS; Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Carlos Fernando Niedersberg, Presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental; Jussara Cony, Secretária do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul – SEMA/RS.

Pelo meio ambiente, ainda participarão: Henrique Luiz Roessler; Ruy Hulse, Presidente do Sindicato da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina – SIECESC; Manoel Arlindo Zaroni Torres, Diretor-Presidente da Tractebel Energia; Oniro da Silva Camilo, Presidente do Sindicato dos Mineiros do Rio Grande do Sul; Luiz Carlos Folador, Prefeito de

Candiota, Rio Grande do Sul; Miguel Almeida, Prefeito Municipal de Minas do Leão/RS.

Como vemos, Sr. Presidente, será uma grande audiência pública, com a presença dos principais líderes empresarias, dos trabalhadores e do Governo, para debater a questão do carvão.

Se, efetivamente, o carvão não for contemplado, Sr. Presidente, toda a região carbonífera do Estado do Rio Grande do Sul e – tenho certeza – de outros Estados serão muito, muito prejudicadas.

Por fim, Sr. Presidente, usando meus últimos onze minutos, quero falar, mais uma vez, sobre o voto secreto.

Todos sabem – e tenho repetido aqui da tribuna do Senado – que, quando cheguei ao Congresso Nacional, há vinte e seis anos – foram quatro mandatos de Deputado Federal, estou no segundo, no Senado –, o meu primeiro discurso foi para demonstrar a minha estranheza quanto ao por que de o Congresso Nacional ainda votar secretamente.

Sr. Presidente, apresentei essa PEC na Câmara; reapresentei aqui no Senado há anos, mas até hoje ela não foi votada. Não dá para entender por que o voto no Congresso é secreto, Sr. Presidente, quando na maioria das Assembléias, nas Câmaras de Vereadores e no Judiciário, o voto é aberto. E aqui no Congresso, na Câmara e no Senado, se insiste na permanência do voto secreto.

Sempre gosto de dar um exemplo.

Eu sempre gosto de dar um exemplo: eu, nos meus 26 anos aqui na Casa, já votei mais de cinco mil vetos, desses diria que 90%, 98% foram votados por unanimidade. Matéria vetada vem para cá e o veto é mantido, ou seja, alguém está mentindo. Quando o voto é aberto, vota de uma forma, quando o voto é secreto, vota de outra. Isso é inaceitável, Sr. Presidente, em nome da transparência. A gente que fala tanto hoje em combate à corrupção, à impunidade, para mim, o combate à corrupção, o combate à impunidade começa por acabar com o voto secreto. Não tem meia verdade, não há duas verdades. Existem a verdade e a mentira.

E se, efetivamente, não temos o que temer, não há por que não expressarmos no painel de forma transparente as nossas posições, seja em qualquer situação.

Por isso que a PEC, por mim apresentada, Sr. Presidente, apenas diz que não existirá mais nenhuma possibilidade de se votar secretamente, nem escolha de autoridade, nem afastamento de mandato. O *impeachment* do Presidente, em uma época que a Casa aqui votou, o voto foi aberto. Se o *impeachment* de um presidente pode ser voto aberto, porque a gente não pode acabar com essa história de voto secreto?

Eu tenho cuidado desse tema há muito tempo. Na Assembleia Nacional Constituinte, insisti muito, fui

constituente, isso há mais de vinte anos, quase 28 anos, para que o voto não fosse secreto. Perdi a votação. Repito, apresentei como Deputado e como Senador. E o que mais se argumenta é a história do veto. É um argumento mais fajuto de todos, porque é exatamente no veto que não se derruba porque o voto é secreto.

Quero destacar, Sr. Presidente, que, num dos livros que escrevi, **O Rufar dos Tambores**, já dizia da importância da mobilização popular. O que é o Congresso? O Congresso tem que funcionar mesmo de acordo com aquilo que chamo de caixa de ressonância da sociedade. E, muitas vezes repito e digo, Sr. Presidente, se o rufar dos tambores nas ruas, ou seja, se a opinião pública não pressiona o Congresso, aqueles que pressionam levam, seja o setor econômico das mais variadas áreas.

Por isso que o voto transparente é que dá essa tranquilidade para que o cidadão na rua saiba como nós aqui estamos agindo. O voto secreto me lembra muito o tempo da ditadura. Aí tinha lógica, porque conforme o voto que você dava aqui você perdia o mandato, ou você era até perseguido, era torturado. Mas num Estado democrático de direito você manter ainda o voto secreto não tem argumento, não tem argumento. Para mim manter voto secreto é caminhar do lado da corrupção e da impunidade. Por que quem tem medo do voto secreto? Quem tem medo? Não há motivo para se ter medo. Eu voto “sim”, “não” e explico para a opinião pública porque votei. Esses dias mesmo teve uma votação aqui de um certo tema, eu fui procurado por uma série de entidades e por outras. Eu poderia ter-me abster de votar, ou sair do plenário. Votei. Votei e fui, no fim de semana, inclusive, um congresso deles, onde estavam divididos e tive posição. Meu voto foi esse aqui, expliquei o porquê e no fim fui aplaudido. Então, quem defende as suas posições com convicção a população respeita. Para mim não respeita quem vota secretamente. Posso vir aqui à Tribuna e dizer, por exemplo, que sou totalmente favorável a acabar com o fator previdenciário – estou dando um exemplo –, até porque é uma lei de minha autoria – que aqui derrubamos. Foi para a Câmara. A Câmara agora, digamos, vote o fator como eu quero, digamos que seja vetado. Como é que os senhores vão saber, inclusive eu, como é que eu votei? Nunca vão saber. Nunca vão saber se eu votei de uma forma ou de outra porque o voto é secreto.

Então o que venho a tribuna, neste momento, Sr. Presidente, é fazer um apelo a todos. Para mim não me interessa, me dizem que tem uma PEC igual a essa que apresentei, lá na Câmara. Votem então, votem e mandem para cá. Seria uma boa disputa que o Senado e a Câmara assumissem o compromisso,

de forma mais rápida que o outro, votassem o fim do voto secreto. Se uma Casa vota, a outra Casa, a tendência, é acompanhar. Não tem lógica, em hipótese alguma, você votar de forma escondida, mesmo que tivesse com vergonha de estar votando. Ora, nós fomos votados para isso. Nós fomos eleitos, a população nos passa uma procuração e nós temos que prestar conta para ela. Como é que eu presto conta se o voto é secreto? Não presto conta. É como aquele advogado malandro que pega a procuração e nunca dá o retorno para o seu cliente se ganhou ou perdeu a ação. Porque ele nunca vai saber, porque não teve o retorno. Nós ficamos nessa situação, e por isso que eu quero fazer, Sr. Presidente – vou passar em seguida para o Senador Ferraço o aparte –, quero aqui lembrar, estou comentando aqui no meu pronunciamento, só algumas Assembléias que eu quero destacar aqui: Rio Grande do Sul não tem voto secreto, em nenhuma hipótese. Paraná não tem voto secreto em nenhuma hipótese. São Paulo, só para citar alguns, também não tem voto secreto, mas sei que a maioria dos Legislativos vão nesse sentido. Vale lembrar aqui que vários Parlamentos do mundo não utilizam o voto secreto para apreciação, por exemplo, de vetos, leis, emendas, nomeações, indicações e até perda de mandato.

Um exemplo é que nos Estados Unidos ocorreu o famoso caso do **impeachment** do Presidente Bill Clinton que acabou absolvido. Ele foi absolvido quando havia uma onda para que ele fosse cassado, o Congresso americano, no voto aberto, entendeu que ele não teria que ser cassado e ele não foi cassado, com o voto do democratas de também dos republicanos.

Senador Ricardo Ferraço, é uma alegria o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Senador Paulo Paim, falo apenas para me associar à manifestação que V. Ex.^a faz com muita convicção e sem nenhuma preocupação com a paternidade ou com a autoria dessa importante reforma na prática, no costume e no hábito do exercício político parlamentar porque o Congresso Nacional deveria sair na frente e dar exemplo da maior referência legislativa no País, não apenas para assembléias legislativas, mas também para câmaras municipais. Assim como V. Ex.^a, eu tenho essa convicção até porque mandato político parlamentar não é propriedade particular de quem o exerce. Quem exerce mandato exerce por delegação da população. Portanto, não haveria um momento mais conveniente que incorporamos a prática Parlamentar não apenas do Senado, mas do Congresso Nacional, a transparência no exercício dos nossos votos para que a população pudesse acompanhar e acompanhar em tempo real como estamos representando aqueles que

confiaram o seu voto em nossos exercícios políticos. De modo que me associo à convicção e à manifestação de V. Ex.^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ricardo Ferraço, por conhecer, nesse período em que estamos juntos aqui no Senado, não tinha nenhuma dúvida de que o aparte de V. Ex.^a iria nesse sentido para garantir que todos saibam como é que a gente trabalha aqui. V. Ex.^a mesmo está no debate da reforma da Casa e só está pedindo transparência absoluta em tudo. Tive o cuidado de olhar a proposta e, vou mais além, V. Ex.^a é tão transparente que V. Ex.^a é Relator de um projeto importantíssimo que é a regulamentação da profissão de comerciante

A profissão de comerciante, uma das profissões mais antigas...

(Interrupção de som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso é que combina e eu concordo com essa tese.

Seguindo a sua orientação, sei que empresários e trabalhadores dialogaram muito, durante quase dois meses. V. Ex.^a está aguardando para dar o seu parecer mediante um entendimento e ainda ontem me falaram, por telefone, que iriam procurar V. Ex.^a e tudo indica que construiriam um grande entendimento. V. Ex.^a é transparente.

O meu relatório é claro que vai ser a favor daquilo que está no campo da razoabilidade, do entendimento e da transparência.

Agora, se os setores se entenderem facilita muito para nós aqui. Acho que neste caso do voto secreto, V. Ex.^a vai na mesma linha. Quem pode ser contra o voto aberto? Acho que ninguém. Voto e assumo o meu ponto de vista e pronto.

Sou da base do governo e resolvi, pelas minhas convicções, votar contra, vou à tribuna e digo por que votei contra ou o contrário, se votei com o governo digo, para aqueles que pensam diferente, porque votei dessa forma e acabou.

A opinião pública, naturalmente, fará o seu juízo de valor, vai analisar o voto que cada um de nós acabou dando em cada embate, em cada debate e em cada situação.

O que não pode é a omissão. O voto secreto para mim é uma omissão. Você não quis assumir uma posição frente a um debate de um tema que pode não agradar a todos.

Nessa questão do voto secreto eu chego à conclusão, até pelo número de correspondências que tenho recebido, não especificamente a PEC 50 que é de minha autoria, só pedindo que eu continue falando sobre o fim do voto secreto. As pessoas pedem que

aprovem o da Câmara ou o do Senado, mas aprovem. O que não pode é não decidir e continuar nesse imbróglio, alguns dizem nessa lambança. Porque é uma lambança mesmo. Calcule se não é uma lambança...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com Deus e com o diabo.

Ele promete uma vela para um e uma vela para outro e, às vezes, age de uma terceira forma. É uma lambança.

Tem de ter posição, eu prefiro ficar com Deus. Espero que as minhas decisões sejam sempre com Deus e com muita clareza, pelo menos a minha intenção é essa. Posso até errar em certos momentos, mas voto com muita convicção.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a. Pelo tempo que me foi assegurado e acho que fiquei nos meus 20 minutos.

Muito obrigado, Presidente Aníbal. Peço que seja transcrito na íntegra.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito para registrar que recebi da Câmara de Vereadores do município de Caxias do Sul, na serra gaúcha, cópia da Moção nº 24/2011, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Segurança, que manifesta apoio à luta por justiça promovida pela comunidade do bairro Fátima e pelos familiares e amigos da jovem Jéssica de Oliveira, assassinada em 09 de agosto de 2011.

Na manhã de 11 de agosto, cerca de 200 estudantes, colegas de Jéssica e de outras escolas, promoveram uma caminhada no centro de Caxias, exigindo justiça para o caso. Na tarde do dia 16 de agosto, cerca de 300 moradores do bairro Fátima realizaram uma passeata até o Fórum, protestando contra a liberdade do criminoso.

Diz a Moção, abre aspas: Mesmo tendo confessado, o autor permanece em liberdade, causando indignação na cidade e continua: Além da revisão da legislação pertinente, solicitamos que a investigação seja levada com a severidade merecida, que a apuração e a punição sejam realizadas com agilidade, sendo cumpridos rigorosamente os prazos previstos no Código Penal. Assinam o texto os vereadores Marcos Daneluz, presidente da Câmara de Vereadores, Denise Pessoa, presidente da Comissão de Direitos Humanos e também os vereadores Ana Corso, Renato Oliveira, Mauro Pereira e Renato Nunes.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos dias o meu gabinete recebeu uma avalanche de e-mails, cartas, telefonemas, e também via redes sociais (twitter, facebook, Orkut) solicitando que eu voltasse a esta tribuna para falar sobre uma proposta de emenda à Constituição, a PEC 50/2006, de minha autoria, que acaba com o voto secreto em todas as instâncias do Congresso Nacional.

Este assunto tem tomado uma parte da minha vida pública. Quando assumi pela primeira vez um mandato parlamentar, ou seja, na Assembléia Nacional Constituinte o meu primeiro discurso como deputado foi exatamente sobre o fim das votações secretas no âmbito da Câmara dos Deputados do Senado Federal. Quem tiver oportunidade de ler o livro O Rufar dos Tambores, de minha autoria, terá a disposição o meu discurso feito no dia 22 de fevereiro de 1987, que lá pelas tantas diz: Faço um apelo a todos os constituintes, para que em hipótese alguma ocorram votações secretas. Do contrário, estaremos como a avestruz que enfia a cabeça no buraco e deixa o corpo do lado de fora. Seria um absurdo não termos coragem de assumir publicamente nossas posições. Na verdade, se isso acontecer, estaremos virando as costas para o povo e proibindo, de fato, a participação popular. Voto secreto faz lembrar golpe militar; secreto lembra dívida externa; secreto lembra os trabalhadores do campo e da cidade torturados, voto secreto lembra ameaças. É preciso fazer que a Assembléia Constituinte se torne, de fato, transparente.

Sr. Presidente, voltemos aos dias atuais. A votação de vetos presidenciais no Congresso a projetos aprovados, com ampla participação da sociedade civil, é um bom exemplo.

Somente nos últimos quatro anos foram mais de dois mil vetos apreciados e nenhum derrubado. É preciso que se diga que a forma como isso ocorre é através do voto secreto de senadores e deputados.

O processo se dá de maneira que um projeto é aprovado via votação aberta e com a opinião do parlamentar exposta aos quatro cantos do país... com ampla repercussão na imprensa da sua base eleitoral.

No entanto, quando ele recebe o veto presidencial, esse veto é submetido a uma votação no Congresso, mas desta feita a votação é secreta. O que ocorre então é que o veto é aceito pelos parlamentares e o que havia sido apalavrado lá atrás com a população e a opinião pública cai por terra, desmoronando feito castelo de areia. É só checar os números.

Não concordo com a argumentação de que esse tipo de procedimento é para proteger o parlamentar contra possíveis represálias. Pelo contrário, o voto se-

creto permite que acusações, muitas vezes sem fundamento, sejam feitas “a torto e a direito” como uma metralhadora giratória gerando disputas desleais entre forças políticas, pois ninguém sabe e nunca saberá do voto que foi dado.

O voto secreto é tão injusto que pode se tornar um instrumento para condenar inocentes ou absolver culpados, tanto no caso de julgados como no de julgadores. É essa trama nebulosa e obscura que temos o dever de combater com as armas do diálogo e da argumentação. O parlamentar recebe uma procuração lavrada nas urnas pela população para ser seu legítimo representante. Há uma cumplicidade entre eleitos e eleitores que fundamentalmente não pode, de jeito nenhum, contemplar a ocultação de opiniões e decisões.

Algumas Assembleias Legislativas já liquidaram com o voto secreto, como as do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, entre outras. Essa iniciativa dá transparência e propicia que todos votem de acordo com suas convicções e as confirmem, fortalecendo assim a relação de eleitos e eleitores, mas, essencialmente, com o Poder Legislativo.

Vários Parlamentos do mundo não utilizam o voto secreto para apreciação de vetos, leis, emendas, nomeações, indicações. Nos EUA, ocorreu o famoso caso do impeachment do então presidente Bill Clinton, que acabou absolvido inclusive com votos dos republicanos. Dessa forma todos ficaram sabendo como foi o voto de cada parlamentar.

Eu creio que esta Casa pode ousar e votar a PEC 50/2006 que acaba de vez com todas as votações secretas no Congresso. Ela já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e está pronta para o Plenário.

O voto secreto é um instrumento da ditadura e não do estado democrático. Nós vivemos numa democracia, então já não está mais do que na hora de nos perguntarmos: a quem interessa a votação secreta?

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar que, hoje pela manhã, foi realizado, no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o seminário “Segurança no trânsito e motorista profissional”. O debate apresentou as ações promovidas pelo Estado no âmbito do projeto. Década de Segurança no Trânsito. O estudo é desenvolvido pela Organização das Nações Unidas em vários países. Tem como meta principal reduzir, em cinquenta por cento, o número de acidentes de trânsito no período de 2011 a 2020.

Fui convidado para o evento, quando recebi um telefonema pessoal do vice-governador Beto Grill, presidente do Comitê Estadual de mobilização pela

Segurança no Trânsito, convidando-me para participar do evento e falar sobre o Estatuto do Motorista Profissional, que dialoga diretamente com as ações que busquem a promoção da segurança no trânsito.

Não pude estar presente ao debate na Assembleia pelo fato de estar, no mesmo momento, presidindo Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, na qual debatemos sobre os dez anos da Associação Brasileira de Canais Comunitários.

Apesar não poder comparecer ao Seminário, fui representado pelo Secretário Executivo Movimento Pró Estatuto do Motorista, Luiz Alberto Mincarone que além de apresentar o PLS 271/2008 que institui o Estatuto do Motorista e os debates regionais que estamos realizando pelo país, também exibiu um vídeo o qual eu falo sobre o tema na TRANSPÓSUL.

Um dos grandes destaques do evento, segundo Luiz Mincarone foi a apresentação pelo Governador Beto Grill do projeto “Balada Segura”, que acontece aos finais de semana, no período de 23h e 6h da manhã, uma ação conjunta de fiscalização e educação do Detran/RS, Brigada Militar, Polícia Militar e Polícia Civil e do anúncio pelo vice-governador que a partir do mês de setembro como parte das ações do Comitê Estadual de Mobilização pela Segurança do Trânsito, serão realizadas nove conferências municipais do RGS para debater o assunto, culminando com a conferência estadual, marcada para dezembro.

Dentre os presentes estiveram, além do vice-governador Beto Grill, Alessandro Barcellos, presidente do Detran-RS, os deputados Hugo Leal (PSC-RJ), presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro; e Miki Breier (PSB), presidente da Frente Parlamentar Estadual em Defesa do Trânsito Seguro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social (Casemp), realiza nesta terça-feira (13), às 9h, na sala 3, da ala Alexandre Costa, audiência pública sobre a inclusão do carvão mineral nas matrizes energéticas no Leilão A-5, que estabelece o comércio de fontes energéticas futuras produzidas no Brasil.

O Governo Federal fixou o prazo para o cadastramento de empreendedores interessados em participar do leilão da venda de energia. Segundo Portaria 498 do Ministério de Minas e Energia, de 26 de agosto de 2011, no Leilão A-5 que ocorrerá em 20 de dezembro, serão contemplados empreendimentos de geração a partir de fonte eólica e de termelétricas a biomassa ou

a gás natural em ciclo combinado, deixando de fora o carvão mineral.

Representantes do setor carbonífero estimam que os prejuízos da não inclusão do produto no Leilão podem chegar a R\$ 6 bilhões e a extinção de cerca de dez mil postos de trabalho.

Estão vindo três ônibus do Rio Grande do Sul com trabalhadores vinculados à mineração do carvão, seja na usina, na extração ou no transporte.

Foram convidadas as seguintes autoridades:

- Representante do Ministério de Minas e Energia
- Mauricio Urício Tiomno Tolmasquim– Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE
- José da Costa Carvalho Neto– Presidente– Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS
- Cesar. W. de Faria– Diretor Presidente da Copelmi Mineração Ltda
- Fernando Luiz Zancan– Presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral – ABCM
- Hermes Chipp– Diretor Geral– Operador Nacional Sistema Elétrico– NOS
- Nelson José Hübner Moreira– Diretor-Geral– Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
- Carlos Fernando Niedersberg– Presidente– Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – FEPAM – RS
- Jussara Cony– Secretária de Estado do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul
- Ruy Hulse– Presidente– Sindicato da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina – SIECESC
- Manoel Arlindo Zaroni Torres– Diretor Presidente– Tractebel Energia
- Oniro da Silva Camilo– Pres. Sindicato dos Mineiros do Rio Grande do Sul
- Luiz Carlos Folador– Prefeito de Candiota– RS
- Miguel Almeida– Prefeito de Minas do Leão– RS

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Paim, será feito conforme solicitação de V. Ex^a.

Agora com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela ordem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, peço para me inscrever para falar em nome da Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Nós estamos aqui com uma inscrição em nome do Senador Cristovam Buarque pela Liderança do PDT.

Estamos com pouca concorrência e V. Ex^a pode se escrever que terá a palavra assegurada sem risco.

Na realidade quem tem a preferência é V. Ex^a porque é o Líder do PDT. Teremos que passar a informação para o Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti e V. Ex^a falará logo em seguida.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o *slogan*, vamos dizer assim, a marca do Governo da Presidente Dilma é que país rico é país sem pobreza.

Um dos principais programas lançados por ela é justamente o programa Brasil Sem Miséria.

Tenho dito – e acho que todo mundo concorda – que uma das principais causas, se não a principal, da pobreza e da miséria neste País é a corrupção que há muito tempo o domina. Uns poucos se dão muito bem, roubam o dinheiro que o povo paga em imposto, e aí paga muito mais o pobre do que o rico, e esse dinheiro é desviado de todas as formas.

Vou me ater, hoje, a um aspecto.

O jornal **Correio Braziliense**, do dia 9 de setembro, publicou uma matéria intitulada: *Crise nos transportes*.

A auditoria realizada pela CGU, por determinação da Presidente Dilma Rousseff, em oito obras e dois projetos revela prejuízo imenso ao erário. [Isto é, prejuízo ao povo que paga imposto.] Apesar do flagrante descaso com a aplicação de recursos públicos, ninguém foi responsabilizado no relatório.

Nessa matéria tem aqui uma rodovia, apenas uma rodovia, no meu Estado que é a BR-174, que liga a capital do meu Estado com o Estado do Amazonas e também com a Venezuela.

Mas essa é apenas uma amostragem da CGU. O Tribunal de Contas da União já havia determinado suspensão das obras de rodovias federais em Roraima. Por quê? Pela mesma razão, porque havia detectado superfaturamento e falcaturas.

E aí eu peguei na página do Partido da Social Democracia Brasileira, do PSDB, uma matéria, publicada no dia 15 de julho, intitulada:

Manancial de falcaturas

Do Dnit brotam diariamente denúncias de irregularidades e desvios de recursos públicos

[Sr. Presidente, é do PSDB e fala exatamente do meu Estado, governado por um governador do PSDB.]

A Construtora Araújo Ltda tem R\$18 milhões em contratos para melhorias nas BR 174,

432 e 433, todas em Roraima. A empresa é de propriedade de Ana Paula Batista Araújo. Ela vive há quatro anos com José Henrique Sadok de Sá, que, além de diretor-executivo, atualmente também ocupa interinamente a diretoria-geral do Dnit.

As obras da Construtora Araújo são tocadas por meio de convênios com o governo de Roraima, estado onde Sadok trabalhou em 2001 como diretor de obras do DNER, antecessor do Dnit. Todos os contratos tiveram aditivos – as famosas “mudanças de escopo”, na terminologia empregada por Luiz Antonio Pagot, demitido-mas-não-muito da chefia do Dnit, para justificar os onipresentes aumentos de custos das obras.

Essa mesma construtora Araújo e o Dnit datam da época da Operação Tapa Buracos, paliativo usado para, digamos assim, tapar, empanar a situação dramática em que se encontravam as rodovias brasileiras.

Mas, Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a e aos Srs. Senadores que foi instalado em Roraima, há poucos dias, o Fórum de Combate à Corrupção. É um fórum que realmente me leva a ter ânimo de que o meu Estado vai deixar de ser um antro de rapinagem, um antro de corrupção comandado pelo atual governador, que é governador primeiro porque assumiu pela morte do antecessor, o Governador Ottomar Pinto e, depois, porque fraudou, roubou a eleição na qual foi reeleito. Já foi cassado e está pendente de uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral.

Quero chamar a atenção para o fato de que apenas depois que esse governador assumiu, portanto de 2007 para cá, já foram repassados para o Estado de Roraima R\$569.246.000,00, isto é, R\$570 milhões. Vejam bem, esse dinheiro todo veio aumentando a cada ano: em 2007, R\$148 milhões; no ano da eleição, pulou para R\$229 milhões. Isso justamente no ano da eleição desse governador que, repito, já está cassado, mas está lá, justamente com esses desvios todos, mantendo-se na base do pagamento evidentemente de bons advogados, do uso de todo tipo de recursos, de pressões aos opositores. Realmente, é incompreensível que ainda estejamos convivendo com essas coisas!

Quero deixar bem claro que fico até animado quando vejo na própria publicação do PSDB, que é um partido que se mantém aqui fazendo permanentes denúncias contra a corrupção nessa ou naquela área do Governo, ela publique artigo sobre corrupção na questão dos recursos nas rodovias do meu Estado. Cita aqui três rodovias apenas.

Mas, quero dizer que, na realidade, a corrupção está em todas as rodovias do Estado de Roraima, em todas! Da BR-210, por exemplo, recebo diariamente reclamações dos moradores dos Municípios do Caroebe, do Baliza e de São Luiz, mas principalmente do Caroebe, de que essa estrada vive em uma eterna reconstrução, em uma eterna recuperação e permanentemente intransitável. É lamentável que lá os produtores fiquem à mercê dos maus governantes que se ocupam de roubar o dinheiro que vai para a construção das estradas para se darem bem.

É por essas e por outras que, Senador Acir, inclusive na sexta-feira me pronunciei aqui contra a criação da CPMF de novo, com um novo nome, porque o que falta neste País não é imposto, o que falta neste País é vergonha, é fiscalização. E aí vem o TCU, a CGU e constata o roubo do dinheiro das rodovias federais de Roraima – e vou repetir para deixar bem claro –; o dinheiro repassado para o Governo do Estado de Roraima e é esse dinheiro que patrocina essas corrupções.

Eu espero que, realmente – até como está dito aqui pela matéria do Correio Braziliense – a Presidente Dilma leve a fundo essa questão, porque é evidente que essa questão das rodovias é um prato feito. Mas também eu disse aqui na sexta-feira que o roubo na saúde é outro escândalo! A CGU – que é um órgão do Governo Federal – também identificou que nos últimos quatro anos foram R\$ 500 milhões roubados da Funasa. E isso a CGU.

Lá no meu Estado, este ano, houve uma operação do Ministério Público Federal e a Polícia Federal na área da saúde e só preliminarmente já se detectou R\$ 30 milhões de roubo.

Então, não posso aceitar, realmente, que toda a sociedade brasileira, que todos os parlamentares sérios e que todas as instituições do Brasil não aproveitem o momento para se rebelar. Nós vimos às manifestações do dia 7 de setembro. Esperamos que elas não parem ali; esperamos que as outras instituições, a exemplo do que fez a Firjan, mas do que vem fazendo a imprensa também, não esmoreçam, porque não é possível. E eu também falo com pena, porque um Estado como o meu, um Estado pequeno, pobre, que recebe tanto dinheiro e é todo ele roubado. Porque tanto a rodovia BR-174, que é a artéria principal, Senador Cristovam, que liga a Capital do meu Estado, a Capital do Estado do Amazonas e a Venezuela, quanto às outras rodovias têm servido apenas de um pasto fácil para a roubalheira.

Quero ouvir V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF)
– Senador Mozarildo ainda bem que nós estamos,

nós dois, insistindo nessa discussão. Quero lembrar que eu fui favorável à CPMF, na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso já era favorável. Vinha com o carimbo do Jatene, com um bom propósito. Era um imposto inteligente, eu até diria justo, porque paga mais quem faz mais cheques; paga menos quem faz menos cheques. É proporcional! O dinheiro ia para a saúde. Recentemente, já no Governo Lula eu fui dos poucos que defendeu aqui a CPMF, mesmo muita gente do PT não foi para a tribuna. Eu fui! E uma das coisas que eu dizia é que eu temia que faltassem recursos e que houve um caos financeiro. Perdemos, porque eu defendi CPMF. Não houve caos financeiros, não houve! Eu me pergunto se eu estava certo naquele momento ou se eu não estava alarmista. Agora, temos problemas com a saúde! Eu aí quero propor uma inversão na maneira como a gente trabalha. Eu proponho seis itens do trabalho antes de nós começarmos com a CPMF. A CPMF seria o quinto. Primeiro, é o que eu chamo de CPMS – Como Podemos Melhorar a Saúde. Mas no concreto, não no dinheiro. Eu insisto, e olhe que eu brigo por educação! Mas insisto: colocar mais dinheiro hoje na escola, como ela está, não vai melhorar a educação. Jogar dinheiro de um helicóptero no quintal de uma escola, na primeira chuva, vira lama! O mesmo acontece com a saúde. Precisamos dizer como esse dinheiro se transformará em saúde. Só que passo para o contrário: o que precisamos fazer para melhorar a saúde? Mais hospitais, mais médicos de família? O que precisamos. Esse é o passo um. Depois de fazer isso, aí discutimos quanto custa. Eu não estou vendo ninguém dizer o quanto custa. Aliás, não estou vendo ninguém dizer o que fazer. Ainda mais quanto custa! Terceiro, se houver déficit, se for tão alto que vá faltar dinheiro, aí a gente se pergunta como conseguir esse dinheiro reduzindo gastos. Esse é o primeiro ponto: como reduzir gastos de despesas atuais para financiar essa saúde que estará melhorada? Quarto, se não conseguirmos reduzir gastos, então, como elevar as alíquotas atuais, que é a sua proposta. A alíquota do cigarro, alíquota de bebida, alíquota de bens de luxo. Eu vi aqui, no domingo da semana anterior, em um shopping de Brasília, um relógio por 92 mil reais. Eu o vi não porque estivesse interessado, mas porque a loja estava vazia. Eu perguntei a alguém: como essa loja se mantém? Alguém me levou à vitrine e disse: “se vender um relógio desse por mês, a loja funciona”. Dá para aumentar imposto para quem paga 92 mil reais. Na verdade, ele devia ser levado para um hospício. Ainda bem que eu não defendo hospício mais.

Eu sou favorável a que a pessoa fique livre. Depois de discutir como aumentar a alíquota, só depois, se não for possível, é que a gente discute como criar novos impostos. E aí acho que a CPMF é um imposto inteligente. Mas há o sexto – na linha do que o senhor vinha falando –, antes de criar: só devemos criar, se tivemos medidas concretas para que esse dinheiro não seja desviado para outras finalidades, como tem sido, e que nem haja possibilidade alguma de roubo. Então, são seis itens que coloco. Esses seis itens é que vão justificar votar ou não a favor da CPMF. Não dá para votar aqui a CPMF porque vem uma ordem direta do Governo. Não dá! Nem acho justo votar contra porque vem do Governo. Não, vamos estudar. E eu começaria por isso que chamo CPMS: como podemos melhorar a saúde – esse é o ponto de partida, e não como trazer de volta a CPMF. Fico feliz que o senhor esteja falando disso. Temo que esse debate entre nós dois, que já tivemos sexta e estamos tendo hoje, não vá dar em nada; a coisa vai chegar aqui, e quem é a favor do Governo vai votar de um jeito, quem é contra o Governo, de outro. Provavelmente, o Governo vai ganhar, porque tem uma maioria fechada aqui; a CPMF, provavelmente, vai voltar, pelo visto. Mas acho lamentável que isso possa acontecer sem um grande debate, que possa até vir a justificar, mas justificar com o povo acreditando que, de fato, não tem outra saída, ponto um, e, dois, que o dinheiro não terá saída do destino da saúde para outras coisas. Enquanto o senhor estiver debatendo isso, vou estar debatendo aqui com o senhor. E acho que, nesse sentido, a diferença entre nós é que o senhor já diz que não é a favor da CPMF; eu digo que esse é o quinto ponto a que posso chegar, depois de analisar os quatro primeiros, e que, se chegar ao quinto, eu o farei discutindo sobre como não haver roubo nem desvio. Fora isso, estamos muito parecidos na proposta.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Obrigado, Senador Cristovam.

Não há dúvida de que a saúde precisa de mais dinheiro, mas só se pode pensar em colocar mais dinheiro na saúde na hora em que tivermos certeza de que não haverá mais roubo na saúde, porque, do jeito que está, não adianta. Comparativamente, é como se você quisesse fazer uma transfusão de sangue em um paciente sem estancar a hemorragia. Mas volto à questão das rodovias, porque, realmente, Senador Cristovam, as rodovias são outro antro, são outro filé para a roubalheira, porque, embora seja mais fácil detectar uma corrupção em uma estrada malfeita, em uma estrada em que se usa uma qualidade de

asfalto “a”, quando devia se usar o “b”, quando devia se usar uma espessura “x” e se usa uma espessura “y”, na questão das rodovias, infelizmente, não existe fiscalização adequada. E olhe que, mesmo assim, o Tribunal de Contas da União e a CGU já constataram que o roubo é forte.

Quero até aqui fazer um registro. O novo diretor do Dnit, o General, Fraxe, é um roraimense. Eu espero, inclusive, que ele comece a limpeza, a extinção dessa roubalheira na questão das rodovias lá pelo nosso Estado de Roraima. Eu espero que ele comece. Primeiro, Senador Acir – V. Ex^a conhece muito bem a BR– 174 –, porque é fácil, o Estado é pequeno e é fácil fiscalizar as rodovias. É uma área plana, sem dificuldades. Se formos fazer de fato uma averiguação para valer, nós vamos ver que, desses 569 milhões enviados pelo Dnit, pelo Ministério dos Transportes para o Governo de Roraima, nem 40% desse valor foi aplicado. Na verdade, como eu disse aqui também em relação à CPMF, essa roubalheira melhora a saúde financeira dos corruptos e não vai melhorar, de jeito nenhum, nem rodovias, nem a saúde, se não houver fiscalização.

Senadora Vanessa.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Mozarildo, quero cumprimentar V. Ex^a acerca do pronunciamento que faz não só relativo aos cuidados, à vigilância que tem em relação à boa aplicação dos recursos em seu Estado, o querido Estado de Roraima, vizinho de todos nós, mas também acerca dessa discussão que está havendo no Brasil, da necessidade, da oportunidade de se aprovar um novo tributo para custear a saúde em nosso País. Salvo engano, o *Correio Braziliense* publicou a opinião de aproximadamente 59 Senadores, dos quais a grande maioria ouvida pelo jornal se mostrou contrária à criação do novo tributo – V. Ex^a e eu, inclusive. Entretanto, Senador Mozarildo, acho que é uma boa hora e um bom momento para discutirmos a situação tributária do Brasil. O ideal seria que pudéssemos ter uma reforma tributária. Não sendo possível essa reforma tributária mais ampla que envolve questões relativas aos Estados brasileiros, ao equilíbrio da Federação, o que fazer com a saúde? V. Ex^a é médico, eu sou farmacêutica. Nós sabemos o quanto a saúde necessita de recursos para melhor atender a população brasileira, os mais humildes, aqueles que não têm acesso a plano de saúde. V. Ex^a defende aumento da tributação em produtos supérfluos, inclusive produtos prejudiciais à saúde, bebidas e cigarros. Eu vou num caminho um pouco diferente, Senador. Acho que temos o dever, a obrigação, perante o povo brasileiro, o nosso País, de regulamentar o tributo previsto

sobre grandes fortunas, grandes patrimônios. O mundo inteiro discute isso, e nós precisamos aproveitar o momento para fazer isso. Sou contra a CPMF, que tira de quem menos tem. É um bom momento, é uma boa hora de pegarmos aquela meia dúzia dos muito ricos, milionários deste País e fazer com que esses e somente esses deem uma contribuição efetiva para melhorar o sistema público de saúde no Brasil. Parabéns a V. Ex^a, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Agradeço a V. Ex^a.

V. Ex^a é farmacêutica, eu sou médico. A questão aqui é a dosagem do remédio. Os remédios existem; não precisamos de remédios novos, nem de ressuscitar remédio que não deu certo. O que precisamos fazer, diante do que já existe, é ver o que podemos fazer para remanejar mais recursos para a saúde. Mas repito: tomando a prevenção de acabar com a roubalheira; se não, é o mesmo que dar um antibiótico a uma pessoa que está com infecção e deixar essa pessoa o tempo todo em contato com o gérmen que contamina. Não adianta tentar resolver desse jeito. Primeiro, temos que parar com a corrupção.

Quero finalizar, Sr. Presidente, voltando ao foco principal do meu pronunciamento que é a roubalheira nas rodovias federais do meu Estado, registrando que o fórum de combate à corrupção instalado lá, foi o sexto Estado que instalou, é composto pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal, a CGU, o Tribunal de Contas da União, a Receita Federal, a Polícia Federal, o Ministério Público de Contas. Portanto, é uma verdadeira força tarefa que deve ser instalada no Brasil todo porque, com isso, sim, vamos de fato fazer o que a Presidente Dilma disse em seu pronunciamento aqui no Congresso Nacional: cuidar direito do dinheiro que é arrecadado. Repito, quem mais paga é quem menos tem.

Quanto a taxar grandes fortunas, eu não sei por que ainda não se fez isso; está previsto há muito tempo e deve ser feito com urgência.

Esse é um dos remédios, mas não é o único. O que não podemos é pegar um remédio que não funcionou e trazê-lo de volta para tentar curar essa doença.

Presidente, peço a V. Ex^a que autorize a transcrição das matérias a que me referi e de outras que eu gostaria que fizessem parte do meu pronunciamento.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SENADOR MOZARILDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Fórum de combate à corrupção é instalado

ÉLISSAN PAULA RODRIGUES

Ações mais efetivas de combate à corrupção, com ênfase no desvio de dinheiro público, são a promessa dos principais órgãos brasileiros de fiscalização e controle com a instalação do Fórum Permanente de Combate à Corrupção (Focco). Ontem, Roraima passou a ser o sétimo Estado brasileiro a ter instalado seu fórum, com a garantia dos representantes dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União, Receita Federal e Polícia Federal, Ministério Público de Contas, além de unidades bancárias, de fechar esse cerco contra o chamado crime organizado.

A fala do procurador-chefe do MPF em Roraima, Ângelo Goulart, sintetizou o entendimento dos órgãos em torno dos desafios enfrentados no combate à corrupção e aos danos causados pela prática de desvio de dinheiro público. “O combate à corrupção é um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade, uma vez que afeta boa parte dos serviços públicos, como saúde e educação. Essa iniciativa de instituições de fiscalização é uma tentativa de otimizar as forças de trabalho e também recursos humanos e materiais”, frisou.

Os objetivos, conforme Goulart, serão de curto, médio e longo prazo. Questionado sobre as primeiras ações, ele se limitou a informar que as de curto prazo devem ser as que vinham sendo investigadas pelos órgãos de maneira isolada e que agora devem ganhar mais dinâmica com o trabalho conjunto. A Folha apurou que a regularização fundiária seria um dos focos dos órgãos, mas não conseguiu confirmar a informação. “Se o crime é organizado, temos a obrigação de nos organizar mais e dinamizar as ações. Essas ações terão um cronograma no sentido de tornar as investigações mais rápidas e ampliar a rede de fiscalização, de forma a cercar de todos os lados”, frisou.

A primeira reunião oficial do Fórum acontece apenas na primeira sexta-feira do mês de outubro, mas nesse meio tempo os órgãos devem trabalhar no levantamento de informações e documentos dos temas considerados prioritários. “Vamos colher as informações e apresentar nesse primeiro encontro”, ressaltou Goulart, que preferiu não dar pistas sobre o assunto considerado mais urgente pelas instituições.

Os atos considerados lesivos ao erário, quando comprovado o desvio de recursos, também devem ter um novo olhar após a instalação do fórum, que tem como meta estabelecer medidas que apressem a devolução do dinheiro.

O retorno da população, segundo Ângelo Goulart, será possível por meio de um endereço eletrônico que está sendo criado com link direto ao cidadão. “A população poderá fazer denúncias no site”, complementou ele, lembrando que as instituições de ensino superior também devem receber a visita dos representantes do Focco.

O procurador-geral do MPE, Fábio Slica, também presente ao evento, disse considerar a iniciativa única no sentido de combater especificamente esse tipo de crime, mas admitiu não ter utopias com relação ao tema. “Não vamos resolver todos os problemas, mas a intenção é melhorar a qualidade de vida das pessoas”, concluiu.

DEPOIS DO FOCCO

“Roraima não será o mesmo”, garantiu coordenador do Núcleo Criminal da PRR

O coordenador do Núcleo Criminal da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, em Brasília, Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho, garantiu ontem durante a apresentação à imprensa do Fórum Permanente de Combate à Corrupção que a partir de agora Roraima não será o mesmo, no que diz respeito ao combate aos crimes contra a administração pública.

Antes de vir para Roraima, Carlos Alberto fez um levantamento prévio dos valores recebidos pelas prefeituras municipais no decorrer dos últimos dois anos e, segundo ele, constatou que Roraima teria recebido em torno de R\$ 215 milhões em verbas federais oriundas de convênios com a União.

Por conta disso, ele adiantou que ainda ontem pediu à Controladoria Geral da União (CGU) informações sobre esses repasses e suas prestações de contas. A intenção, conforme ele, é tomar as providências criminais cabíveis nos casos em que as contas não tiverem sido prestadas devidamente.

“Os casos de ausência de prestação de contas ou em que forem feitas fora do prazo serão informados. Com o Fórum, vamos saber como estão sendo gastos os recursos e se estão seguindo a finalidade para as quais foram canalizados, essa é a preocupação. Se o dinheiro é público, a sociedade tem todo o direito de saber o que é feito com ele”, ponderou.

A fiscalização dos gastos das prefeituras é o alvo da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, que tem atuação na área criminal voltada para as autoridades que detêm foro privilegiado por prerrogativa de função, no caso, prefeitos, deputados estaduais e secretários de Estado que cometam crimes federais.

“Se o repasse de verbas federais no âmbito das prefeituras tiver problemas ou se as contas não forem prestadas, a competência para denunciar o mau gestor por crime de responsabilidade é da Procuradoria. Havendo verbas federais repassadas por intermédio de qualquer que seja o ministério, terá a atenção das instituições integrantes do Focco”, reforçou.

O procurador esteve transitando no entorno de Boa Vista e disse ser possível verificar a concentração de renda em determinadas zonas e chegou a comentar que os municípios próximos passam por dificuldades. Outra constatação de Carlos Alberto Carvalho diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Roraima, que, segundo ele, é considerado de bom nível, enquanto que as condições da população apontam para outra realidade.

“Falta sintonia no que você vê em bairros mais centrais e nos mais afastados. Evidentemente que toda a sociedade precisa ter boa educação, transporte público e saúde, e vidas são ceifadas por falta de recursos públicos que foram desviados e não cumpriram sua finalidade”, concluiu.

Manancial de falcatriuas

Do Dnit brotam diariamente denúncias de irregularidades e desvios de recursos públicos

O novo ministro dos Transportes terá muito trabalho pela frente se quiser mesmo levar adiante sua promessa de botar “pessoas certas nos lugares certos, com competência, experiência e honorabilidade” como disse Paulo Sérgio Passos logo que foi confirmado no cargo pela presidente Dilma Rousseff. A faxina teria que começar pelo Dnit.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes é um manancial de falcatriuas, imbatível: campeonato de irregularidades da Esplanada dos Ministérios. De seus mais de mil contratos de obra: jorram diariamente denúncias de desvios de recursos públicos – apenas nos que foram firmados após 2009, a suspeita é de R\$ 1 bilhão drenados.

Mais dois casos de irregularidades estão nos jornais de hoje. Em manchete, O Estado de S.Paulo tratou da contratação da empresa da mulher do diretor-executivo do Dnit para tocar obras em rodovias federais pagas com recursos do órgão.

A Construtora Araújo Ltda tem R\$ 18 milhões em contratos para melhorias nas BR 174, 432 e 433, todas em Roraima. A empresa é de propriedade de Ana Paula Batista Araújo. Ela vive há quatro anos com José Henrique Sadok de Sá, que, além de diretor-executivo, atualmente também ocupa interinamente a diretoria-geral do Dnit.

As obras da Construtora Araújo são tocadas por meio de convênios com o governo de Roraima, esta onde Sadok trabalhou em 2001 como diretor de obras do DNER, antecessor do Dnit. Todos os contratos tiveram aditivos – as famosas “mudanças de escopo”, na terminologia empregada por Luiz Antonio Pagot, demitido-mas-não-muito da chefia do Dnit, para justificar os onipresentes aumentos dos custos das obras.

O início das relações entre a Construtora Araújo e o Dnit data da época da Operação Tapa-Buracos, paliativo do qual o governo Lula lançou mão para remendar as deploráveis rodovias brasileiras em 2006, às vésperas de sua reeleição. Um dos contratos da sra. Sadok está sob suspeitas de irregularidades, levantadas pelo TCU.

Mas o Dnit é tão peculiar que nem precisa de um dos 2.876 servidores que lá estão lotados para protagonizar suas bizarrices. É mais que sabido que o órgão foi transformado numa espécie de capitania hereditária do PR desde o governo passado, como uma das formas de pagamento pela parceria que resultou na indicação de José Alencar como vice-presidente de Lula. Mas os níveis de requinte da ocupação da máquina pública pelos “republicanos” consegue surpreender.

A Folha de S.Paulo informa hoje que o Valdemar Costa Neto, o chefe do PR, tem um preposto instalado dentro do Dnit para atuar como “assessor da diretoria-geral em reuniões com prefeitos e autoridades”. O detalhe é que, diferentemente das dezenas de apaniguados que o PR pôs no Dnit, Frederico Augusto de Oliveira Dias sequer foi nomeado pelo governo. Mesmo assim, tem sala própria e-mail oficial e tarefas bem definidas: atender autoridades e cumprir agendas externas ao lado de Co Neto.

Confrontado com o nome de Dias no depoimento que deu anteontem na Câmara, Luiz Antonio Pagot disse que ele não passava de “um estafeta, um boy”. Embora “sem poder de decisão alguma”, cabe a ele “colher assinaturas para contratos e convênios” firmados pelo Dnit. Por que dar tal atribuição a quem sequer é do quadro de funcionários do órgão?

O “boy” de Pagot atende mesmo é ao Boy, como Valdemar Costa Neto é conhecido em seu reduto eleitoral, Mogi das Cruzes (SP), pela sua paixão por carros velozes e furiosos. Por estas e outras, cabe a ele que é preciso uma lavagem completa no Dnit e não apenas uma ducha rápida. Mas até agora o governo do PT se limitou a só tentar limpar a cena do crime.

VALORES REALIZADOS EM OBRAS NAS RODOVIAS DE RORAIMA (2003-2011)

RODOVIA	ANO				TOTAL
	2003	2004	2005	2006	
BR-174	-	-	-	-	-
BR-210	-	3.600.000,00	8.068.828,50	2.000.000,00	13.668.828,50
BR-401	-	-	-	-	-
BR-431	-	-	-	-	-
BR-432	-	4.050.000,00	2.000.000,00	5.000.000,00	11.050.000,00
BR-433	-	-	-	-	-
NI	5.499.841,00	14.509.751,00	25.119.392,80	44.768.896,00	89.897.880,80
TOTAL	5.499.841,00	22.159.751,00	35.188.221,30	51.768.896,00	114.616.709,30

RODOVIA	ANO				TOTAL
	2007	2008	2009	2010	
BR-174	70.000.000,00	105.019.971,00	38.855.945,00	156.000.000,00	369.875.916,00
BR-210	11.469.270,82	4.275.000,00	13.884.146,00	53.539.011,00	83.167.427,82
BR-401	-	4.264.300,00	5.776.000,00	6.964.406,00	17.004.706,00
BR-431	-	-	-	-	-
BR-432	4.600.000,00	10.438.200,00	1.940.000,00	4.520.000,00	21.498.200,00
BR-433	-	3.800.000,00	2.400.000,00	8.700.000,00	14.900.000,00
NI	62.799.920,00	-	-	-	62.799.920,00
TOTAL	148.869.190,82	127.797.471,00	62.856.091,00	229.723.417,00	569.246.169,82

RODOVIA	ANO	TOTAL GERAL
	2011	2003-2011
BR-174	138.074.078,08	807.949.994,08
BR-210	21.949.667,31	118.785.928,63
BR-401	6.215.810,20	23.220.516,20
BR-431	-	-
BR-432	950.000,00	33.498.200,00
BR-433	4.950.000,00	19.850.000,00
NI	82.993,84	152.780.794,64
TOTAL	172.222.549,43	856.085.428,55

RECURSOS CIDE	
cide 2007	9.519.612,57
cide 2008	8.054.726,16
cide 2009	4.887.728,08
cide 2010	9.043.117,91
cide 2011	8.298.782,85
TOTAL	39.803.967,57

Valores da CIDE são aplicados em rodovias estaduais.

NI= não identificado por BR

Os valores da tabela até 2010 são os liquidados, i.e., foram serviços efetivamente realizados e entregues a administração pública, ainda que não tenham sido pagos integralmente.

Os valores de 2011 são referentes ao pagamento de Restos à Pagar. Não houve liquidação no período.

À partir de 2008 os valores referentes a conservação e manutenção começaram a ser liquidados por BR, o que não acontecia até então.

Recursos da CIDE são, por determinação da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, aplicáveis somente em infraestrutura de transportes. Os valores acima já se encontram descontados da cota-parte dos municípios.

NOTÍCIAS

TCU determina suspensão de obras em rodovias federais de Roraima

Fonte:

Autor:

Publicação: 2007-12-05

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou, cautelarmente, que a Secretaria de Estado da Infra-estrutura de Roraima suspenda a execução das obras de revitalização da BR-174/RR por indícios de má qualidade dos serviços de aplicação de superficial duplo e de reciclagem de base, caracterizada pelo surgimento de trincas e panelas no pavimento antes mesmo das obras. Segundo o ministro-relator, Augusto Sherman Cavalcanti, foi verificada a existência de defeitos nos trechos re restaurados, o que lança dúvidas sobre a qualidade da execução e a adequação técnica dos tipos e dos quantitativos de serviço. "Dessa forma, embora as alterações não tenham acarretado reflexos financeiros no preço global, há que se considerar que é tais alterações não tenham atendido ao interesse público".

Auditoria constatou a utilização de projeto básico inadequado à execução, acréscimos e supressões de serviços e quantitativo de formalização de rescisão de contrato. Além das questões diretamente ligadas à execução das obras, houve desvio de aplicação e recursos. O tribunal determinou, também, a retenção dos valores ainda pendentes de pagamento até que delibere a matéria. O TCU fixou prazo de 15 dias para que a Seinf-RR se manifeste acerca das irregularidades encontradas. A obra de re-rodovia interligará as cidades de Manaus e Boa Vista à Venezuela.

O TCU determinou, ainda, a realização de audiência de Francisco Canindé de Macedo, secretário de Infra-estrutura de Roraima, coordenadores e diretores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) responsáveis pela obras. Ht Murilo Arantes Oliveira, Luís Munhoz Prosel Júnior, Mauro Barbosa da Silva, Alex Peres Mendes Ferreira e Hideraldo Luiz Can em 15 dias, justifiquem as falhas apontadas.

O tribunal informou à Presidência do Congresso Nacional e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (foram encontradas irregularidades graves que impedem a continuidade das obras de restauração de rodovias federais em Roraima.

CRISE NOS TRANSPORTES

Auditoria realizada pela CGU por determinação da presidente Dilma Rousseff em oito obras e dois projetos revela prejuízo imenso ao erário. Apesar do flagrante descaso com a aplicação de recursos públicos, ninguém foi responsabilizado no relatório

R\$ 682 mi no buraco e nenhum culpado

• VINÍCIUS SASSINE

Oito obras do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e dois projetos da Valec Ferrovias geraram um prejuízo estimado de R\$ 682,2 milhões aos cofres públicos, o equivalente a 13,3% do valor dos empreendimentos, orçados em R\$ 5,13 bilhões. Essa é a principal conclusão da auditoria especial realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) no Ministério dos Transportes, por determinação da presidente Dilma Rousseff.

Depois de dois meses de investigação, iniciada logo após ecidir a crise na pasta comandada pelo Partido da República (PR), a CGU quantificou o montante de dinheiro que ocorreu pelo ralo ou com potencial para ser desperdiçado. Nem todas as obras auditadas, porém, tiveram os prejuízos calculados. Também não há qualquer apontamento dos responsáveis pelo dano e pelo mau uso do dinheiro público.

A CGU eximiu de culpa, pelo menos nos trechos do relatório de auditoria divulgados ontem, o ex-ministro dos Transportes e senador Alfredo Nascimento (PR-AM) e seu sucessor no cargo, Paulo Sérgio Passos. Embora sirva no relatório que a auditoria foi realizada nos autos do ministério, do Dnit e da Valec, as irregularidades mostradas se restringem à autarquia e à estatal, subordnadas à pasta. "Os trabalhos de apuração ocorreram com pleno apoio tanto do ex-ministro Alfredo Nascimento quanto do atual ministro, Paulo Passos", cita o comunicado da CGU.

Nascimento precisou renunciar ao cargo diante da esboulada no Ministério dos Transportes, uma crise que teve início nos primeiros dias de julho. Paulo Passos, que já havia exercido o cargo de ministro interinamente em períodos nos quais foram detectadas irregularidades, foi convocado a dar explicações na Câmara e no Senado

após a divulgação da crise. Além do ex-ministro e do atual titular da pasta, ficaram fora do relatório da CGU todos os suspeitos de desviar dinheiro das obras, de superfaturar serviços, de cobrar propina e de aditivar contratos de maneira ilegal.

A CGU sustenta que estão em curso sete procedimentos disciplinares e duas sindicâncias responsáveis por investigar mais de 38 servidores e ex-diligentes do Dnit, da Valec e do Ministério dos Transportes. Mais de 20 deles já foram demitidos, o que não invalida os procedimentos internos que podem decidir por responsabilizações individuais e punições administrativas mais severas. Até agora, a CGU não definiu nenhuma penalidade. O maior efeito da crise foi político: o PR deixou a base aliada.

Agude

Ao todo, a CGU detectou 66 irregularidades em 17 processos de licitação do Dnit e da Valec. O trecho da BR-101 que passa por Pernambuco é o mais problemático, conforme a auditoria. Os prejuízos somam R\$ 53,6 milhões, principalmente em razão do superfaturamento da obra e de pagamentos por serviços que não foram realizados. O trecho original da rodovia, sob a responsabilidade do Dnit, chegou a prever um trecho dentro de um acordo da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa). O reservatório objetivo o fornecimento de água para a cidade de Recife.

No caso da Valec, a auditoria da CGU constatou a precariedade da fiscalização dos contratos para a construção da Ferrovia Norte-Sul. A estatal deixou de tomar providências para irregularidades anteriormente apontadas pela própria Controladoria. Outro projeto, da embrionária Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), é responsável pelo maior prejuízo apontado: R\$ 273,7 milhões, em razão

do superfaturamento no pagamento das obras de sete lotes. O projeto que serve como referência para a contratação das empreiteiras já estava superfaturado, o que potencializa a possibilidade de gastos indevidos, principalmente com terraplanagem, como cita a auditoria.

A corrupção no Ministério dos Transportes, em especial no Dnit e na Valec, subversão de pasta, tem um impacto direto na vida do cidadão. O desvio do dinheiro tem um efeito prático: obras importantes se arrastam por anos, são suspensas por falta de fiscalização e deixam de prestar um serviço adequado por décadas por diferentes comunidades, bairros, distritos ou cidades vizinhas.

A crise no ministério evidenciou esse lado político da corrupção. Uma ponte esboulada por uma comunidade no Acre nunca ficou pronta. Uma rodovia no Paraná, estrada de crise desde sua fundação, nunca foi pavimentada. Os trilhos de uma ferrovia nunca saíram da prancheta, enquanto produtores rurais aguardam melhores condições de infraestrutura e os consumidores finais pagam mais caro pelos produtos enviados por estradas de rodagem e pela manutenção de seus veículos. (VS)

Manual da fraude

O lote 7 da BR-101, em Pernambuco, é apontado pela auditoria da CGU como um resumo das irregularidades pontuadas pelo Dnit. Além da restrição à concessão para construção da empreiteira e de superfaturamento — recorrentes problemas nas obras do Dnit —, a CGU cita um laudo técnico elaborado pela Polícia Federal (PF) que comprovou graves defeitos no trecho, "comprometendo os padrões funcionais e de vida útil da rodovia". "O pavimento rígido tem nível de conforto similar ao de pavimentos deteriorados".

Já a Superintendência do Dnit no Espírito Santo, conforme a auditoria da CGU, usou fotos idênticas em diferentes processos de medição da BR-101. "O objetivo foi comprovar serviços que deveriam ter sido executados na rodovia". Serviços foram pagos e declararam de ser executados na BR-101, na BR-262 e na BR-342, como limpeza de meio-fio, operação tapa-buraco e capina manual. "Embora os prejuízos causados sejam discretos, trata-se de um tipo de fraude

comum, observada em centenas de contratos espalhados por todo o país", cita o relatório da CGU.

No caso dos projetos de ferrovias, tocadas pela Valec, o principal problema é o superfaturamento já na elaboração dos orçamentos pela estatal. "É possível constatar a precariedade dos projetos de engenharia e o modo como essas deficiências contribuem para a geração de superfaturamentos nos orçamentos, para o sobrepreço nos contratos e para o superfaturamento das obras, com prejuízo aos cofres públicos", diz a auditoria.

O relatório será encaminhado aos órgãos citados na investigação, à Casa Civil da Presidência da República, à Comissão de Ética Pública da Presidência, ao Tribunal de Contas da União (TCU), ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal. Em nota, o ex-ministro Alfredo Nascimento disse que as conclusões da CGU não esclarecem o suposto envolvimento em irregularidades e fraudes dos integrantes da equipe que ele liderou na pasta. (VS)

Durante o Discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento enaltecendo a preocupação com a regularização e a reforma da BR-174, que é uma rodovia muito importante do nosso País, ligando a sua Roraima ao sul do País. Tem que passar na 174, é muito importante.

Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

Com a palavra, pela Liderança do PDT, o Senador Cristovam Buarque, do nosso querido Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Acir, quero, em primeiro lugar, agradecer-lhe por ter-me dado a chance de falar pela liderança, quando, na sua presença em sessão, quem deveria falar como Líder seria o senhor. Então, o senhor me cedeu a sua vez. Muito obrigado.

Eu queria, em primeiro lugar, fazer um apelo ao Banco Central. O Banco Central, Senador Mozarildo, deve lançar, nos próximos dias ou semanas, o seu relatório de inflação, um relatório que já tem onze anos e que tem preenchido, Senador Eurípedes, um grande papel no entendimento, no conhecimento da realidade da economia em cada momento.

Eu vim fazer um apelo para que no próximo, que será o 50º relatório, o Banco Central coloque o indicador que tem faltado, que é o indicador que a gente pode chamar de “inflação dos pobres”. É o indicador da inflação dos bens consumidos por aqueles que ganham até três salários mínimos, ou seja, alimentos básicos, produtos de consumo básicos, produtos de limpeza básicos.

Por que eu faço esse apelo? Porque, em economia, nós trabalhamos com médias, e as médias em país de tanta desigualdade não refletem a realidade. A realidade para ser refletida em um país de diferenças tem que se divulgar índices relacionados com cada uma dessas classes, desses grupos.

O que a gente observa hoje é que a inflação está, sim, assustando duplamente: ela está assustando pelo seu valor e está assustando porque não está assustando muita gente. E o maior perigo da inflação é quando ela não assusta, porque aí ela vem, vem, vem, e, quando se descobre, ela já está aí.

Eu temo que nós estejamos caminhando para uma inflação a um nível tal que ficará difícil reverter. Não se esqueçam de que nós passamos décadas sem conseguir reverter a inflação, tentando coisas até como congelamento de preços. E não reverteremos. Foi preci-

so a engenharia, a arquitetura do Plano Real para dar uma estancada na inflação. E isto já faz quinze anos. Voltar não é difícil.

Eu até pensei, Senador Diniz, em trazer para cá, hoje, para mostrar aos jovens brasileiros, aquela maquininha que se usava para fazer a remarcação de preços. Era uma arma que roubava mais do que revólver – muito mais! O roubo vindo do aumento de preços, quando os salários não aumentavam, tirava muito mais dinheiro da sociedade do que os assaltos diretamente visíveis com arma. Aquele negócio de remarcação de preços é uma arma de assalto. Eu ia trazer para mostrar. Uma das boas coisas da economia brasileira nos últimos quinze anos é que muitos de nós nem sabem o que é a maquininha de remarcação de preços. Eu não a trouxe. Mas ela teria um valor simbólico aqui.

Hoje, é muito pior. Naquela época, para se aumentar o preço de uma mercadoria, era preciso ficar apertando o gatilho para cada uma das mercadorias. Eram milhares de remarcações da maquininha. Hoje, você aperta três ou quatro botões do computador e aumenta-se o preço de tudo que você quer. Ficou muito mais fácil aumentar o preço.

Se não cuidarmos, essa taxa que está hoje... É assustador que não estejamos todos falando disto. Nos últimos doze meses, o IPCA, o indicador de preços, Senador Ricardo, foi de 7,2%. Não nos esqueçamos de que a meta inflacionária é de 4,5%, com 2% para mais ou para menos. Então, mesmo se chegarmos aos dois para mais, seria 6,5%. Explodimos. Pode diminuir um pouco até dezembro? Pode. Há alguns efeitos sazonais, aumentos previstos por causa da época do ano? Há. Mas não vai ser fácil reduzir esse 7,2% até o fim do ano. E mais grave: vai ser muito, muito, muito difícil chegar aos 4,5% nos próximos anos. Significa que nós estamos entrando numa fase crônica de inflação, e é aquela fase crônica que fica difícil reverter.

Mas ainda mais grave é que a inflação dos pobres tem sido maior do que a inflação média. Os pobres têm sofrido mais pelo aumento dos preços dos seus produtos simples do que os ricos dos seus produtos sofisticados.

E essa luta não está fácil, porque nós vivemos, como eu já disse aqui algumas vezes, quando falo que a economia está bem, mas vai mal, nós temos armadilhas. A Selic, por exemplo, caiu. Com a Selic caindo, vai ajudar a dar emprego, provavelmente, porque diminui a taxa de juros, os empresários passam a pegar dinheiro para financiamento, os consumidores passam a pegar dinheiro para o consumo – embora os juros que pagam os consumidores são muitos maiores do que isso –, pode gerar uma pequena dinâmica, mas

vai trazer a desvantagem de liberar um pouco o aumento dos preços.

Mas dizem que já está muito alto, mesmo com a redução de meio ponto percentual, caiu para 12%. Só que a inflação não é apenas controlada pela taxa de juros. Ela é controlada também pela demonstração que os governos dão de como estão se preocupando com a inflação. E quando a taxa de juros cai, mesmo num limite que não pode gerar um aumento de preços, ela assusta os agentes econômicos, que pensam: “Este governo não está muito preocupado com a inflação, senão não tinha diminuído agora os juros”.

E quando se pensa nisso se faz isso. Quando se pensa nisso, no aumento de preços, se faz isto: o aumento de preços. Porque o mercado é livre. Ninguém controla os preços. E os preços são aumentados ou reduzidos, sobretudo aumentados, porque reduzir exige uma redução no custo de produção, mas aumentar não exige nada relacionado ao custo de produção. É uma vontade dos agentes quando pensam que os outros agentes vão saber. Esse empresário não aumenta se achar que o outro vai deixar baixo, mas ele aumenta se souber que o outro vai aumentar também.

E nós estamos passando recados como se não houvesse interesse em controlar a inflação. É por isso que, se vocês prestaram atenção, o Presidente do Banco Central, nesses últimos dias, tem ido direto à mídia. Ele tem falado na televisão, ele tem dado entrevistas, entrevistas longuíssimas, para dizer: “Olhe aí, gente, estamos querendo controlar a inflação”, para poder rebater a impressão que passa ao reduzir a taxa de juros.

Nós estamos passando um momento extremamente perigoso, porque o sentimento que temos é o de que não haverá redução de gastos e, não havendo redução de gastos, não há como controlar a inflação. Nós estamos, por exemplo, pensando em mais uma armadilha: fazer uma coisa boníssima que é aumentar o salário mínimo. Aqui, ninguém vai ficar contra o aumento do salário mínimo, obviamente, para R\$618,00, mas isso pode gerar um incentivo à inflação, porque isso vai aumentar os gastos em R\$23 bilhões. Além disso, isso vai aumentar a demanda. Coisas ótimas – demanda maior e aumento de gastos para isso –, mas pode vir inflação. E, se vier inflação, é aí que faço questão de saber qual o índice do aumento de preço dos bens dos pobres, porque, se aumentar o salário mínimo de R\$518,00 para R\$618,00, se a inflação subir 8%, todo esse aumento do salário mínimo vai ser roubado na mesma hora. A gente dá o aumento e, com aquela maquininha de remarcação chamada hoje computador – antigamente, chamada pistola de remarcação –, a gente rouba tudinho que deu aos tra-

balhadores. É como se a gente desse e, ao mesmo tempo, tomasse de volta.

Além disso, Sr. Presidente, o nosso projeto de lei orçamentária já está prevendo que o superávit vai ser menor no próximo ano que neste ano. Estamos hoje pensando em 127 e vai ser 114. A redução do superávit parece uma coisa boa. Depende de como a gente gasta isso, porque, se a gente não gastar bem, vamos passar o recado de que teremos mais dificuldade de pagar a dívida. Menos superávit, menos sobra para pagar a dívida e, aí, os juros sobem. Aí, volta tudo outra vez, Senador Ciro. É uma armadilha.

Tenho impressão de que o grande problema é outra armadilha. Da mesma forma que eu disse que a inflação assusta e o susto é que ela não assusta tanto, temos uma armadilha, porque está tudo amarrado: quando a gente melhora aqui, reduz o gasto e piora aqui, porque reduz o crescimento; quando a gente reduz a taxa de juros, é bom, porque aumentam os investimentos, aumenta a produção, mas cria a ideia de que a inflação volta. Pois bem, existe a armadilha das armadilhas: é a maneira como a gente está vendo a economia. Eu mesmo estou vendo esse ponto, esse ponto, esse ponto.

Quando é que a gente vai sentar aqui para analisar tudo isso junto? Para analisar tudo isso na sua complexidade? Nós precisamos disso, Senador Raupp, mas não estamos fazendo. E as mensagens que a gente recebe das autoridades públicas do Governo não passam a tranquilidade de que será possível controlar a inflação e manter o nível de emprego alto.

Era isso, Sr. Senador, que eu tinha para falar, pedindo, mais uma vez, ao final: Por favor, Banco Central, divulgue no box que vocês fazem do IPCA qual é também o IPC-C1. Informe, junto com a taxa de inflação média de todos os brasileiros, qual é a inflação específica sobre os produtos comprados pelas classes mais pobres, porque essas poderão ser enganadas mais uma vez, como o aumento do salário mínimo, que será todinho tomado pelo aumento dos preços por falta de cuidados nossos, de sintonização cuidadosa e correta para evitar o aumento de preço.

E aí concluo, dizendo: temo, Senador Raupp, que haja muita gente no Governo torcendo pela inflação, porque ela aumenta a arrecadação. Toda vez que sobe o preço das mercadorias aumenta o valor dos impostos, e tem gente que, apesar do curto prazo, não percebe a tragédia social que isso pode provocar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. A Secretaria me informa...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT

– RO) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a S. Ex^a a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT

– RO) – V. Ex^a está inscrito.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Estado do Amazonas, em permuta com o Senador Pedro Simon, do PMDB.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB

– AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, companheiros e companheiras.

Sr. Presidente, há alguns dias já, no Brasil e penso que no mundo inteiro, os meios de comunicação têm publicado, com grande destaque, a passagem dos 10 anos do acontecido no dia 11 de setembro, nos Estados Unidos, quando aquele país, aquele povo sofreu um atentado.

Quero dizer que todos nós estamos de luto; não são apenas os americanos, os norte-americanos. O mundo inteiro reprovou, condenou aquele bárbaro ataque sofrido por aquela gente. Entretanto, Sr. Presidente, acho que nós deveríamos também refletir sobre outros problemas que acontecem no mundo e que violam os direitos humanos – problemas muitas vezes causados não digo pelo povo americano, Senador Cristovam, mas pelo Governo norte-americano.

Então, penso que, no dia 10 de setembro, não deveríamos somente refletir sobre o atentado às Torres Gêmeas; deveríamos refletir sobre o que acontece pelo mundo, sobre como o Oriente sofre, e sofre tanto, sobre como os palestinos até hoje não têm direito ao seu Estado. E o Governo norte-americano já anunciou que deverá vetar a presença dos Estados Unidos na ONU.

É com esse objetivo que venho à tribuna, Sr. Presidente. E neste momento venho à tribuna não só como Senadora, mas como alguém que coordena uma frente parlamentar muito importante, que é o Grupo Parlamentar Brasil–Cuba, de que V. Ex^a, Senador Cristovam, faz parte.

O dia de hoje, 12 de setembro, é o aniversário de 13 anos da prisão de cinco cubanos nos Estados Unidos, cinco homens que foram presos, sem nunca terem cometido qualquer crime; que foram presos por uma única razão: porque procuraram o Governo norte-americano para denunciar mais uma tentativa de golpe, de ato terrorista contra Cuba. Por isso, foram presos e estão assim até hoje.

Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) –

Senadora, acho bom a senhora trazer esse assunto aqui, porque nós terminamos afogados pelo que sai na mídia e, com toda a solidariedade que devemos dar àqueles que foram vítimas no atentado em Nova Iorque, dez anos atrás, com toda solidariedade ao povo norte-americano e até aos Estados Unidos, não podemos esquecer as outras formas de terrorismo. E estamos esquecendo. Terrorismo como, por exemplo, a derrubada do Presidente Allende, por coincidência, num dia igual a esse. Aquilo foi um terrorismo também. E um terrorismo, se fossem medir em número de mortos, muito mais grave até, embora o terrorismo que mate uma pessoa já seja extremamente grave. Segundo, quero lembrar que há um novo livro na praça, do grande escritor Fernando Morais, sobre o terrorismo feito contra Cuba. O cara que colocou, dois, aliás, que colocaram uma bomba num avião cubano que matou, se não me engano, 78 pessoas... Setenta e oito com uma bomba. Foi provado, e, de certa maneira, eles até reconheceram. Eles estão soltos nos Estados Unidos. Eles estão soltos!

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB

– AM) – Venezuelanos.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF)

– Venezuelanos, exatamente. Terroristas venezuelanos, mas não do Governo da Venezuela, nascidos na Venezuela, colocaram bomba num avião cubano, e morreram muitos, inclusive um time inteirinho de atletas cubanos que vinham de Caracas. Estão soltos! Então, temos de manifestar solidariedade com todas as vítimas de terrorismo; temos de ser contra todos os terroristas e não apenas contra os terroristas que atacam um dos lados. Lamentavelmente, em alguns momentos, a política norte-americana em relação ao terrorismo é hipócrita, porque é contra o terrorismo que é feito contra os Estados Unidos e seus aliados – terrorismo que merece toda a nossa repulsa –, mas não é contra os terroristas que atacam os adversários dos Estados Unidos. Vamos lutar contra todos os terroristas e lembrar, como ocorreu ontem, todas as vítimas do terrorismo, não apenas as de um lado. Nesse sentido, seu discurso é muito oportuno: lembra a todos os esquecidos que existem formas diferentes de terrorismo atacando diferentes grupos, para que não caiam na ilusão, que está sendo vendida há dez anos, de que todos os terroristas são árabes mulçumanos e que todos eles são contra os Estados Unidos. Também há terroristas do lado dos Estados Unidos, hoje protegidos nos Estados Unidos, soltos, depois de terem cometido bárbaros atos terroristas, talvez não jogando avião contra uma torre, mas explodindo avião no ar.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu agradeço o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Cristovam. V. Ex^a deixa muito claro que nós não estamos – nem eu, nem V. Ex^a, tenho certeza – deixando de prestar a nossa solidariedade em relação ao atentado sofrido no dia 11 de setembro contra os Estados Unidos da América do Norte, contra centenas de pessoas que ali perderam suas vidas. Pelo contrário, prestamos a nossa solidariedade também, mas esse não é o único episódio que ocorreu no mundo.

V. Ex^a se referiu a um episódio ocorrido em 1976, quando houve um atentado contra um avião cubano – como V. Ex^a disse – ocupado por pessoas simples, atletas, que levou à morte 76 pessoas. Esse foi um ato comprovado, não se trata de uma suspeição. Não é esse o caso de muitos que estão em Guantánamo, que estão presos, sendo torturados diariamente, sem que tenham sido condenados. Muitos deles – o próprio Governo norte-americano reconheceu – estão presos sem qualquer prova, somente para investigação.

Então, o caso levantado por V. Ex^a, o atentado contra o avião em 1976, foi praticado por Luis Posada Carriles, que está solto, livre, em território norte-americano, que dá guarida a pessoas que cometeram atos tão violentos quanto o que foi cometido contra as Torres Gêmeas no dia 11 de setembro. Então, não pode ser.

Documentos mostram quanto o Governo norte-americano foi cooperativo com o Governo de Kadafi – aquele que ele condena e que hoje ajuda a procurar.

Então, precisamos refletir, porque, conforme V. Ex^a diz, pela forma como a imprensa divulga, parece que apenas quem sofre é o povo norte-americano. Pelo contrário, nós precisamos refletir, o povo norte-americano precisa refletir as posições, inclusive, de seu próprio governo.

Na Palestina, diariamente pessoas morrem por conta de um conflito por terra, pelo direito a uma nação, pois há um povo no mundo que não tem nação, apesar de o acordo feito, há décadas, prever a criação do Estado de Israel e do Estado da Palestina. O Estado de Israel foi criado, mas até hoje o Estado da Palestina não o foi, até hoje. E os Estados Unidos já estão preanunciando sua posição: vão vetar, caso isso seja aprovado.

E há um grande movimento no mundo inteiro a favor do Estado da Palestina. Não temos nada contra o Estado de Israel, mas, até para que se crie a paz naquela região, o outro povo também – o povo palestino – deve ter direito a seu Estado, à sua nação.

Porém, Sr. Presidente, neste momento, quero falar a respeito desses cinco cidadãos cubanos que estão presos ilegalmente, nos Estados Unidos, porque não há nenhuma prova contra eles.

Recebi uma carta, datada de 7 de setembro, do Deputado cubano José Luis Fernández Yiero, que preside naquele país o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil–Cuba. Ele destaca que, exatamente no dia de hoje, 12 de setembro, completam-se 13 anos da prisão desses cinco cubanos.

E o Deputado José Luis Fernández Yero nos faz apenas um pedido: que nós do Grupo Parlamentar Brasil–Cuba nos dirijamos ao Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, Barack Obama, para mostrar o quão injusta tem sido a manutenção dessas pessoas em prisão norte-americana. Ele pede que o Governo Obama, que passa para o mundo inteiro a mensagem, a imagem de um governo justo, ponha fim a essa situação.

No dia 12 de setembro de 1998, ou seja, há exatos 13 anos, cinco cubanos foram presos nos Estados Unidos da forma mais cruel e injusta. Ao defenderem seu país do terrorismo, Gerardo Hernández, René González, Ramón Labañino, Antonio Guerrero e Fernando González estão atualmente na prisão, acusados justamente pelo que eles próprios combatiam.

No dia de hoje, diversos grupos de solidariedade no mundo todo levantam a voz em apoio a essa causa humanitária – uma causa humanitária que não é apenas do povo cubano, mas dos povos do mundo todo, de todos os países que prezam e que zelam pela liberdade e pela justiça. Nós, hoje, pedimos apoio a essa causa humanitária relacionada a esses cinco patriotas cubanos.

Nós do Grupo Parlamentar Brasil–Cuba, que tenho muito orgulho, muita honra de coordenar, juntamo-nos a essa corrente de apoio para a liberação dos cinco cubanos.

Ao proteger a ilha do terrorismo, eles estavam exatamente defendendo a segurança dos próprios estadunidenses e de toda a humanidade. Pois, eles foram presos após o FBI e o Governo Bill Clinton terem recebido do Governo cubano um relatório no qual os norte-americanos eram alertados sobre ações terroristas contra a ilha. Durante 17 meses, sem que fossem levados a julgamento e sem condenação, foram mantidos em celas solitárias e isolados entre si e dos demais presos.

Em dezembro do ano de 2001, de forma parcial e absurda, um tribunal de Miami condenou Gerardo Hernández a duas penas de prisão perpétua e a mais 15 anos de prisão; Ramón Labañino a uma prisão perpétua e a mais 18 anos de prisão; Fernando González a 19 anos de prisão; René González a 15 anos de prisão; e Antonio Guerrero à prisão perpétua e a mais 10 anos de prisão.

Governantes estadunidenses já receberam pedidos de reconsideração do caso e alertas da Anistia Internacional, de parlamentos africanos e latino-americanos, de parlamento catalão, ucraniano, europeu e russo, entre outros. Dez prêmios Nobel também já denunciaram o caso e manifestaram solidariedade aos cubanos.

Há alguns poucos anos, na Câmara dos Deputados, esse assunto foi tão polêmico, que levamos ao Plenário daquela Casa – que tem 513 Parlamentares – uma moção de solidariedade e de apoio, pedindo que justiça fosse feita e que essas pessoas, esses cinco cubanos, conhecidos naquele país como seus heróis, pudessem ser libertados. E nós a aprovamos no Plenário da Câmara de Deputados. Portanto, o Brasil pode dizer, com muito orgulho, que faz parte dessa luta, que, mais do que uma luta a favor de um povo, de cinco pessoas que estão presas, é uma luta a favor da justiça.

O movimento europeu de solidariedade a Cuba faz circular uma petição que prevê um milhão de assinaturas para que o Presidente Barack Obama conceda indulto e liberte os cinco cubanos.

Como bem destacam os comitês de solidariedade no Brasil, desde a Revolução de 1959, a Ilha vem sofrendo atentados. O mais famoso é exatamente aquele a que o Senador Cristovam se referiu. Em 1976, sob o comando desse senhor chamado Luis Posadas Carriles, houve uma explosão, um atentado contra um avião cubano, que matou aproximadamente 73 pessoas, e até hoje esse cidadão vive em liberdade nos Estados Unidos. Até hoje, esse senhor vive em liberdade, apesar de comprovada já a participação e o poder de mando que teve nesse atentado que matou os 73 cubanos.

Na década de 90, os atentados foram mais intensos, entre eles, o que matou o turista italiano Fabio di Celmo, que estava hospedado no Hotel Copacabana, em Havana. Estavam por trás desses atentados grupos como Alpha 66 e F4 Commandos e toda a máfia de Miami. Os cubanos presos estavam naquele País justamente para investigar ações de terroristas.

Como precaução, o Governo cubano informou os Estados Unidos sobre as atividades do grupo, sobretudo pela postura daquele país no combate ao terrorismo, alertando que cidadãos estadunidenses poderiam ser atingidos. Foi justamente após essa manifestação que os cubanos foram presos pelo FBI, ou seja, o próprio Governo cubano tomou a iniciativa de fazer o que muitas vezes o Governo norte-americano não faz: comunicar que pessoas cubanas estavam nos Estados Unidos, fazendo essa investigação.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia de ontem, o mundo demonstrou – e iniciei meu

pronunciamento, exatamente falando isso – luto e repúdio, lembrando os dez anos em que um atentado terrorista derrubou os edifícios do World Trade Center, em Nova Iorque, e que atingiu o coração militar dos Estados Unidos, o Pentágono, em Washington. Milhares de pessoas foram mortas, entre elas, brasileiras e brasileiros.

Assim como condenamos esse tipo de ação, exigimos também que os Estados Unidos acabem com as injustiças que só desgastam sua imagem perante a opinião pública. Além da libertação dos cinco, eles precisam pôr fim ao bloqueio econômico contra Cuba e providenciar o imediato fechamento da prisão de Guantánamo.

Não é mais possível que um País que usa como pretexto para invadir nações, muitas das vezes sem autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas – aliás, na maior parte das vezes sem autorização – use como pretexto a falta de democracia, o desrespeito aos direitos humanos. Por que um país que fala tão forte e tem uma posição tão destacada no mundo quer que o mundo lhes ouça se eles próprios são os primeiros a desrespeitar os direitos humanos? E aqui eu dou um exemplo: desde que Cuba fez a sua revolução, Cuba sofre o bloqueio econômico dos norte-americanos, que, não satisfeitos em eles próprios promoverem o bloqueio, ainda aprovam leis como a Lei Burton, para que também prejudiquem países, terceiros, que mantenham relações de amizade e comerciais com Cuba. Esse país que se diz defensor dos direitos humanos mantém, repito aqui, prisão como a de Guantánamo, condenada pelo mundo inteiro.

Por fim, quero agradecer ao Embaixador de Cuba no Brasil, nosso companheiro, amigo, amigo do Brasil, Carlos Zamora Rodríguez, pela mensagem enviada pelo Deputado, presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Cuba-Brasil, uma mensagem que eu solicito, Sr. Presidente, seja transcrita na sua íntegra nos Anais desta Casa, uma carta que envia em nome não apenas do Parlamento, do povo cubano, mas também dos familiares desses cinco cubanos presos injustamente até hoje em território norte-americano.

Quero dizer a eles que, de nossa parte, do Grupo de Amizade Brasil-Cuba, faremos não apenas chegar, como já fizemos outras vezes, ao governo norte-americano, ao presidente Barack Obama a nossa solicitação, o nosso pedido o nosso apelo para que esses cinco cubanos inocentes sejam soltos, mas nós, por meio do grupo, estaremos em breve solicitando – isso nós já aprovamos no Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cuba e estamos solicitando a autorização do governo norte-americano – que nós possamos visitar esses cinco presos em território norte-americano.

Repito aqui que muitos deles, pelo menos desde o início da sua prisão, por longos dezessete meses, ou seja, um ano e cinco meses, ficaram isolados em solitárias, e muitos deles ainda não têm direito sequer de receber a visita de seus familiares.

Portanto, fica aqui a solidariedade do povo brasileiro, do nosso Grupo de Amizade Brasil-Cuba, ao povo cubano e principalmente a esses cinco, que re-

sistem bravamente nas prisões – e bravamente porque são inocentes.

O que nós queremos é que a justiça seja reparada. Muito obrigada, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN
EM SEU PRONUNCIAMENTO .**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Havana, 7 de setembro de 2011

**Deputada Vanezza Grazziotini
Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cuba**

Prezada amiga,

No próximo dia 12 de setembro, cinco cubanos completam 13 anos de cruel e injusta prisão nos Estados Unidos.

Ramón Labañino, René Gonzáles, Antonio Guerrero, Fernando González e Gerardo Hernández Nordelo, são cinco cubanos que arriscaram suas vidas para detectar a organização e execução de planos terroristas tramados em território norte-americano contra nosso povo.

Após grandes e manipulados processos legais, o sistema de justiça norte-americano, tem impedido a demonstração de sua inocência e os têm mantido sob duras condições de prisão, incluindo inúmeras punições.

O caso mais extremo é o de Gerardo Hernández Nordelo, condenado a duas cadeias perpétuas mais 15 anos e está proibido até de receber a visita de sua esposa. A justiça norte-americana se opõe, também, ao recurso de habeas corpus, o restringe e o impede de acessar as correspondências, incluindo a de caráter legal relacionada com seu caso, criando assim obstáculos para a última possibilidade de que os tribunais façam justiça.

Ao cumprir 13 anos de sua prisão, não temos outra alternativa senão recorrer às autoridades dos Estados Unidos, em especial ao seu Presidente, Barack Obama, para que fazendo uso de suas prerrogativas, lhes outorgue a liberdade, reparando assim, tantos anos de arbitrariedade.

Em nome de seus familiares e de todo nosso povo, atrevo-me a solicitar a Vossa Senhoria, ao grupo Parlamentar de Amizade que preside e a seus colegas no Parlamento do Brasil, que peçam ao Presidente Obama o fim desta injustiça.

Fraternalmente,

**Deputado José Luis Fernández Yero
Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Cuba-Brasil**

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin.

Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

Na sequência, pela inscrição, os Senadores Ciro Nogueira e Ricardo Ferraço.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do Microfone.*) – Sr. Presidente, pedi para que seja publicado nos Anais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Ex^a será atendida, na forma do Regimento.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Acir, do meu querido Estado de Rondônia, Sr^{as}. e Srs. Senadores, nos primeiros meses de 2011, houve redução do déficit financeiro do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), de R\$ 27,12 bilhões para R\$ 21,86 bilhões, em comparação com igual período de 2010.

Trata-se de fato muito importante, pois o déficit da Previdência Social tem sido uma preocupação constante dos governos, no Brasil e no mundo, e um dos assuntos mais debatidos, discutidos e analisados na economia brasileira.

O resultado financeiro da seguridade social repercute diretamente no orçamento fiscal. A redução de 19,4% no déficit da seguridade social representa uma fonte adicional de recursos adequados para o financiamento de investimentos públicos prioritários e despesas governamentais essenciais. Programas de governo que poderiam sofrer contingenciamento e adiamento nos cronogramas de execução poderão ser executados, com benefícios diretos para toda a sociedade brasileira.

Certamente, Sr. Presidente, esse resultado positivo muito deve ao trabalho e à dedicação do Ministro Garibaldi Alves Filho, representante do nosso partido naquele órgão, por sua competência, experiência e grande vivência administrativa, como gestor dedicado, com longa folha de relevantes serviços prestados ao País, em diversos cargos importantes.

Garibaldi Alves, como Deputado, Governador já por duas vezes do Rio Grande do Norte, como Presidente desta Casa, o Senado Federal, Senador da República, Ministro da Previdência Social, vem fazendo um grande trabalho, nunca visto na história recente, como vem fazendo agora no Ministério da Previdência Social.

O Ministério da Previdência Social tem adotado providências para combater a inadimplência e a sonegação com aumento da fiscalização e aperfeiçoamento de controles internos, para evitar fraudes, desperdício e desvio de recursos.

O aumento da eficiência da administração contribuirá para a redução dos custos operacionais da Previdência, com reflexos na produtividade e possibilitando maior oferta de benefícios. Sem dúvida, o resultado só poderá ser a melhora da relação custo/benefício de todo o sistema previdenciário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para todos nós, membros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), é motivo de grande satisfação dispormos de quadros políticos e administrativos de alto nível, experiência, seriedade e profundo conhecimento institucional, como é o caso do Ministro Garibaldi Alves Filho.

Encerro este meu pronunciamento, cumprimentando o Ministro Garibaldi Alves Filho pelo excelente trabalho que vem realizando no comando do Ministério da Previdência Social, demonstrando que o nosso partido, o PMDB, dispõe de quadros preparados e competentes para a gestão governamental eficiente.

A habilidade política e a capacidade de negociação do Ministro Garibaldi Alves Filho nos dão a garantia de que temas cruciais como o fator previdenciário, idade mínima de aposentadoria e valor das aposentadorias individuais terão solução adequada e negociada com a sociedade brasileira, garantindo sustentabilidade de longo prazo ao sistema previdenciário.

Parabéns ao Ministro Garibaldi Alves Filho pelo excelente trabalho que tem realizado à frente do Ministério da Previdência. Com certeza, ainda muito ele irá realizar em benefício dos segurados da Previdência Social, o que significa o bem-estar de todo o povo brasileiro...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Valdir Raupp...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – ... principalmente aqueles que necessitam da Previdência Social.

Com muito prazer, já que ainda tenho um minuto, concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Quero só me associar às palavras de V. Ex^a em relação ao Ministro Garibaldi Alves, de quem conhecemos muito bem a conduta, a capacidade de trabalho. Tenho certeza, como disse V. Ex^a, em parte, de que nunca antes um trabalho tão sério foi feito na Previdência como está sendo feito agora. Espero que realmente ele tenha o êxito que o povo espera.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a pela contribuição.

Peço à Mesa que incorpore esse aparte de V. Ex^a ao nosso pronunciamento de homenagem ao nosso Ministro Garibaldi Alves.

Cumprindo com o tempo para o próximo orador, encerro aqui o nosso pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Senador Raupp. Nossos cumprimentos ao Senador e Ministro Garibaldi Alves pelo seu trabalho.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ciro Nogueira, do PP do Piauí, por 20 min.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna chamar a atenção para um assunto de fundamental importância para a sociedade brasileira: o problema da fiscalização do limite de álcool para motoristas e, conseqüentemente, o uso do bafômetro no nosso País.

Antes de tudo, Sr. Presidente, quero assinalar que o trânsito brasileiro mata, diariamente, 183 pessoas. Essa perversa estatística inclui o Brasil entre os países com maior número de morte por acidentes de trânsito no mundo. São quase seis mil pessoas que morrem mensalmente nas nossas ruas e estradas, sem contar as que sobrevivem com sequelas a esses acidentes.

Outro dado alarmante foi oferecido pela nossa Confederação Nacional de Municípios, em dezembro de 2009, em que 66 mil mortes por acidentes de trânsito, no ano de 2007, aconteceram em nosso território. Comparando-se o número de mortes no trânsito, por 110 mil habitantes, em 2008, vimos que, nos Estados Unidos, foram 12,5 mortes, na União Europeia, 7,8 e no Brasil, pasmem, 30,1, Senador Mozarildo. Como se vê, conclui-se que o trânsito brasileiro mata 2,5 vezes mais do que o dos Estados Unidos e 3,7 vezes mais do que o da União Europeia. Nesse cenário, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais triste ainda é observarmos que, em grande número desses casos, existe a participação direta de um motorista alcoolizado ou drogado, nobre Senador Ferraço.

Conversando agora há pouco, o senhor tem um projeto semelhante ao que estamos apresentando, porque vimos que essa Lei da Tolerância Zero aqui no País, a Lei Seca, tem caído no descrédito, muito por conta de decisões, no meu ponto de vista, equivocadas dos nossos legisladores e do Judiciário. Isso foi agravado nesse final de semana, como vinha comentando com o senhor, com essa decisão do Supremo no que diz respeito ao dolo e à culpa, o que vai piorar ainda mais essa situação.

O desrespeito continuado às leis de trânsito já se tornou rotina no Brasil e não há dúvida de que precisamos de medidas urgentes e inadiáveis nesta área, sob pena de atingirmos rapidamente o caos, que está cada vez mais próximo.

A grande maioria das mortes desses jovens poderia ser evitada com políticas públicas mais inteligentes, mais sensatas, mais adequadas, pois estamos desperdiçando o que existe de melhor no Brasil: a sua juventude. É o futuro do Brasil que está comprometido com o desaparecimento prematuro de milhares de jovens todos os anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós, que temos responsabilidade política não podemos admitir que o Brasil continue a tolerar essa situação em que milhares e milhares de jovens morrem todos os anos, em decorrência desses acidentes.

Precisamos de mais educação no trânsito, de legislação mais adequada e de muito mais fiscalização.

Precisamos fiscalizar a velocidade dos veículos e adotar normas mais rígidas de limite de álcool para os motoristas.

A Procuradoria-Geral da República emitiu parecer, encaminhando ao Superior Tribunal de Justiça defendendo a tese de que a ausência de teste de bafômetro não impede a Justiça de punir o motorista alcoolizado, sem desrespeitar o princípio constitucional de que ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo.

Princípio hoje, nobre Presidente, que eu não concordo. Eu acho que nós no País estamos na hora de proteger os inocentes e não os culpados. A Constituição e o Poder Executivo devem proteger as declarações de opinião no que diz respeito à tortura, às manifestações que aquela pessoa não deva fazer, mas no que diz respeito a provas materiais que são os culpados, as pessoas deveriam sim se obrigadas a constituir.

Certamente, existe uma incompatibilidade entre os valores de liberdade individual e garantia constitucional de não produzir provas contra si mesmo. Entretanto apesar desse debate polêmico para que vidas devam ser salvas, devemos ampliar e aprofundar as discussões sobre os problemas sobre o problema de fiscalização dos limites de álcool no nosso País.

Sobre essa matéria, acabo de apresentar o projeto que já falei, o Projeto de Lei que altera o art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, para retirar a referência à dosagem etílica no tipo penal e prever a possibilidade de caracterização da infração, não apenas pelo uso do bafômetro, mas, também, por outros meios de prova admitidas em direito.

Pela nossa proposta, além de avaliar a dosagem etílica como estabelece hoje a lei no caso do motorista se recusar a utilização do chamado bafômetro, e comumente está acontecendo, a autoridade de trânsito poderá se valer de outras aprovas admitidas em direito para comprovar os notórios sinais da embriaguez.

Sr. Presidente, alguém poderá argumentar que dessa forma o cidadão ficará sujeito ao abuso de au-

toridade, é verdade. Mas, pensando nisso, estabelecemos na nossa proposta que essa avaliação deverá ser atestada por duas testemunhas, evitando, assim, a perseguição policial.

Precisamos fazer valer a vontade da sociedade! Precisamos preservar nosso bem maior: a vida. Não podemos deixar que esse argumento constitucional, de que não somos obrigados a gerar provas contra nós mesmos, defendido por alguns, possa servir apenas ao culpado, enquanto os inocentes são punidos pela irresponsabilidade dos outros.

Nós, o Estado, a sociedade em geral, temos o dever de trazer esse debate a público. Temos que sensibilizar os nossos juízes e ministros para uma nova realidade jurídico-social. Não podemos ficar sujeitos ao positivismo jurídico de Kelsen, no qual a lei prevê tudo e tudo está na lei.

Onde está a justiça? Os inocentes estão morrendo, porque não são amparados pela lei. E os culpados estão soltos porque não são alcançados pela lei. Está existindo um vácuo jurídico permitido pela nossa doutrina jurídica. Precisamos avançar para fazer justiça, e é nesse sentido que aproveito esta oportunidade para pedir o apoio dos nobres Srs Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Ciro Nogueira.

Passo a palavra agora ao Senador Ricardo Ferraço, do PMDB do Espírito Santo, em permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin, do PC do B do Estado do Amazonas, que, por sua vez, permutou com o Senador Pedro Simon e cedeu o seu tempo e espaço ao Senador Ricardo Ferraço, do PMDB do Espírito Santo, para o seu pronunciamento de vinte minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, protocolei no último dia 6 na Mesa do Senado Federal requerimento na forma regimental para a criação de uma comissão temporária, com prazo determinado, com foco e objeto, visando proceder a todo levantamento quantitativo, a análise qualitativa e a discussão de mérito de todos os projetos que tratam do combate à corrupção no Senado da República.

A nossa preliminar pesquisa indica que nós temos, pelo menos, 40 projetos tramitando no Senado, versando sobre todo e qualquer tipo de brecha na legislação, que necessita ser aperfeiçoada para que possamos impedir, coibir, inibir. São projetos que tratam de responsabilidade criminal de empresas corruptoras, criação de obrigações para instituições financeiras,

sanções aplicáveis aos servidores, no caso de enriquecimento ilícito, entre outros. Há também propostas que tramitam na Casa, umas mais recentes, outras mais antigas – temos aqui propostas de 2001, de 2002, de 2003, de 2010, de 2011 –, que não apenas bloqueiam, inibem todo tipo de malfeito, mas também atualizam, aprimoram o aperfeiçoamento do exercício parlamentar, como a obrigação do voto aberto como forma de a sociedade, de o eleitor conhecer o posicionamento, com absoluta transparência, por parte daqueles que representam a sociedade no Senado da República.

O combate à corrupção é uma bandeira política, moral, e não uma bandeira partidária. O sentimento de indignação é de praticamente todos os brasileiros, não de um ou de outro grupo, haja vista as manifestações que pudemos observar no último 7 de Setembro; manifestações que trazem, inclusive, a novidade, a inovação, o papel das redes sociais organizando, mobilizando o Brasil, revelando não apenas a sua indignação, mas organizando a transição para um parâmetro de relacionamento entre Estado e sociedade, entre Estado e contribuinte mais compatível com a dignidade. Esse foi um dos recados da marcha em protesto contra a corrupção no último dia 7.

Outro recado importante, Sr. Presidente: não é mais hora de fazer discursos, mas sim de apresentarmos soluções. O discurso, a palavra, o pronunciamento, a manifestação em si é importante no exercício da atividade política. A palavra, o discurso é a nossa ferramenta, é a nossa matéria-prima. Mas é absolutamente necessário que sigamos adiante; é necessário e inadiável que o Senado Federal possa oferecer uma resposta objetiva, concreta, robusta, capaz de aperfeiçoar a legislação brasileira. Somos uma Casa legislativa, e é no campo das leis que devemos buscar respostas concretas para oferecer à sociedade brasileira.

Por que não aproveitarmos o debate criado a partir de tantas denúncias, a partir das movimentações sociais para desengavetarmos os projetos que têm relação direta ou indireta com o combate à corrupção e todo tipo de malfeito no exercício da atividade pública?

Por que não fecharmos as brechas legais que permitem tantos desvios, que alimentam tantas fraudes, tanto desmando?

Afinal de contas, existem dezenas de projetos que endurecem as penas contra servidores, representantes, populares, políticos que lesam os cofres públicos, ou contra empresas que oferecem propinas!

Existem outras dezenas de propostas legislativas que garantem mais transparência na administração pública, na execução do exercício orçamentário, no

monitoramento e fiscalização das contas públicas. E ainda outras tantas que tornam mais rigorosa a fiscalização dos gastos governamentais das obras públicas, que colocam regras claras na relação entre Estado e organizações não governamentais.

O Executivo tem cargos de confiança demais e o aparelhamento partidário acabou sendo regra no nosso presidencialismo de coalizão. Os mecanismos de prevenção e fiscalização dos gastos públicos não funcionam a contento. O voto secreto estimula o corporativismo e a impunidade. As emendas individuais ao Orçamento dão margem a um sem-número de desvios.

Temos que garantir mais celeridade aos processos judiciais relacionados à corrupção e tornar esse tipo de crime insuscetível de fiança e liberdade provisória.

Essas não são, repito, ideias novas. São ideias que repousam e que patinam ao longo de tantos anos aqui no debate parlamentar. Todas elas já estão alinhavadas em mais de 100 projetos de lei e propostas de emenda constitucional, muitas se arrastando há anos na burocracia e na falta de vontade política do Congresso Nacional.

Por que não passar um pente-fino nessas propostas, avaliar as mais eficazes e mais urgentes e votá-las num mutirão legislativo, num esforço concentrado?

Foi com esse objetivo que apresentamos requerimento para criação de uma comissão especial no Senado com foco, objeto e prazo determinados, destinada exclusivamente a identificar e analisar os projetos relacionados ao combate à corrupção, assim como o necessário aperfeiçoamento e modernização das práticas políticas.

Governo e oposição precisam trabalhar juntos para acelerar a tramitação desses projetos e dar uma resposta firme à sociedade.

O Congresso já tem uma Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção, é verdade. Mas essa frente precisa ganhar fôlego aqui no Senado, precisa ser reforçada por uma comissão de caráter decisório, de modo a que possamos analisar e apreciar em tempo recorde projetos que podem ajudar a mudar a realidade de que a tantos causa indignação. Uma realidade que mancha a imagem do Brasil no cenário nacional e internacional, que contribui para tornar nossa economia menos competitiva e que engole – esta é a verdade – uma fatia considerável do nosso Produto Interno Bruto.

Há poucos dias ganhou destaque na imprensa um estudo da Fiesp, que estima entre 51 bilhões e 84,5 bilhões de reais, a cada ano, a garfada da corrupção no Brasil. E olha que esse é um cálculo que só leva em conta dados oficiais, da Controladoria Geral da

União e dos Tribunais de Contas. Mesmo assim, esse dinheiro daria, no mínimo, para construir, por exemplo, 58 mil escolas ou aproximadamente um milhão de casas populares.

Não temos mais como adiar a análise dessas propostas. A comissão especial que proponho a esta Casa com prazo determinado é ponto de partida de uma agenda legislativa eficaz de combate à corrupção e a todo o tipo de malfeito na vida pública, com a votação de propostas que já deviam há muito ter saído do papel.

Por isso julgo importante que, além dos nossos discursos e manifestações, nós possamos aproveitar este ambiente nacional e dar-lhe contribuição mais efetiva. Com a constituição de uma comissão como esta, nós poderíamos agregar em torno dela todos esses projetos e propostas que tramitam no Senado Federal e daríamos tratamento diferencial, daríamos de fato uma análise acelerada a esses projetos para que possamos ir além, muito além de manifestações, que são importantes, mas são insuficientes para que o Senado Federal possa oferecer uma resposta efetiva, concreta, robusta, e servir como referência para que assembleias legislativas e câmaras municipais possam também adotar, no seu limite, na sua esfera federada, as mesmas ações, de modo que possamos aprimorar nossa legislação.

É a manifestação que faço defendendo e pedindo apoio para que essa comissão, funcionando, possa, de fato, fazer uma faxina, agregar e concentrar todos esses projetos e, num prazo bem determinado, ainda em 2011, possamos oferecer à população brasileira, ao contribuinte brasileiro, uma resposta efetiva e concreta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Ricardo Ferraço.

Concedo a palavra agora ao nobre Senador Anibal Diniz, do PT do Acre, vizinho do nosso Estado de Rondônia. V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, senhores telespectadores da TV Senador, ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna hoje para refletir um pouco sobre o valor do meio ambiente e o preço do nosso desenvolvimento futuro com sustentabilidade. Esperamos aprovar no Senado, ainda neste ano, um Código Florestal que possa varrer conceitos ultrapassados por uma nova realidade e criar condições para tornar aplicáveis regras melhores para o desenvolvimento sustentável,

aquele que pode atender às necessidades do presente sem comprometer o atendimento às gerações futuras.

Na última semana houve avanços na tramitação do novo Código, com a apresentação do relatório do Senador Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina, ao PLC 30/2011 na Comissão de Constituição e Justiça. Destaco aqui o esforço do nobre Senador para enfrentar os desafios dessa matéria, mas, ao mesmo tempo, acredito que é oportuno e necessário colocar aqui algumas preocupações na intenção de contribuir para a discussão do relatório na CCJ na reunião que acontecerá na quarta-feira.

Uma das alterações promovidas pelo Senador, segundo afirmou, pretende reduzir os conflitos criados pelos termos do art. 8º da proposta aprovada na Câmara dos Deputados.

O artigo, originado da Emenda nº 164, permite o uso das Áreas de Preservação Permanente (APPs) já ocupadas com atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural ou com atividades de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental.

Esse art. 8º, como estava redigido, havia sido claramente criticado pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Ela afirmou que o texto induzia ao desmatamento e poderia levar ao fim das Áreas de Preservação Permanente (APPs), que asseguram a água, o solo e a proteção da fauna.

Considerando a intenção de reduzir os conflitos, como disse o nobre Senador, vemos que para dar suporte às alterações do art. 8º o relatório alterou, inicialmente, a redação do art. 1º e suprimiu do texto as expressões que afirmam que a Lei disporá sobre as áreas de preservação permanente e as áreas de reserva legal e que definirá regras gerais sobre a exploração florestal. No lugar dessas expressões, o texto passa a dizer que a lei estabelece normas gerais sobre os 69 artigos do Código Florestal, dentro da limitação constitucional imposta à União.

A intenção desse entendimento – eu questiono – seria deixar que as regulamentações sejam feitas por meio das legislações estaduais? A modificação aparece como forma de legitimar a atuação dos Estados e Municípios na elaboração de normas? O caráter de norma geral conferido ao Código Florestal torna constitucional, no entendimento do Relator, todo o texto nos pontos em que confere poderes aos Estados e Municípios, inclusive quanto à supressão da proteção às florestas.

Para alterar o art. 8º, pelo qual, lembramos, a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente e a manutenção de atividades consolidadas até 22 de julho de 2008 ocorrerão

nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas em lei, bem como nas atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural, o relatório apresentado na CCJ acrescenta ao art. 3º incisos XVI, XVII e XVIII e inclui as definições de unidade pública, interesse social e atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental.

Na prática, o texto resgata parte da definição do Código Florestal vigente e acrescenta as atividades de mineração, os estádios e demais instalações de competição esportiva. Ou seja, a mineração deixa de ser uma excepcionalidade, conforme entendimento da Resolução 369/2006, do Conama, e passa a ser admitida em APP, assim como obras de grande porte, como os estádios.

Em outro ponto que trata das atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, o relatório está baseado no conceito da Resolução nº 369, de 2006, do Conama, mas com alterações de destaque. A retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável era uma excepcionalidade para pequena propriedade ou posse rural familiar. O relatório amplia a possibilidade para todas as propriedades. O texto também amplia para as áreas rurais a redação da mesma resolução do Conama que previa a construção de moradias pelas populações extrativistas e tradicionais somente na região da Amazônia ou do Pantanal.

Em outra alínea, o relatório retirou as restrições de plantio de espécies nativas e abriu a possibilidade para o plantio de outras espécies. Ou seja, a Resolução nº 369/2006 do Conama dispõe sobre casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental que possibilitam a intervenção ou a supressão em APPs. A preocupação que externamos aqui é de que, ao colocar na norma geral as excepcionalidades, haja uma inversão de prioridades.

Finalmente, no art. 8º, há a inclusão de uma palavra, a palavra “nativa”, na frase “a intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente” parece limitar ainda mais a proteção em APPs.

Por outro lado, a modificação na redação, na prática, evitaria novas supressões e intervenções para fins de atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e turismo rural, que ficariam limitadas às já existentes.

O artigo também pode gerar dúvidas sobre as demais atividades ou empreendimentos que serão definidos em atos do Executivo federal, estadual ou municipal, ou seja, queremos debater, na Comissão de Constituição e Justiça, as preocupações levantadas

de que parte do relatório apresentado possa resolver apenas em parte o conflito do art. 8º.

Outra preocupação diz respeito ao art. 33, cujo §5º legitima toda forma de ocupação nas áreas rurais consolidadas, inclusive as ocupações ilegais.

Temos agora a possibilidade de avançar na discussão desses pontos na reunião de quarta-feira.

Nosso País, como outros países emergentes, enfrenta ainda desequilíbrios na área econômica e grandes carências sociais. Por isso, sua política ambiental, apesar de avançada em muitos pontos, na prática, ainda apresenta muitas fragilidade. Esse contexto é agravado pelo fato de que a situação de pobreza conflita, muitas vezes, com a proteção dos recursos naturais. A urgência do crescimento econômico para gerar mais renda e empregos aliada a outros fatores levam à exploração predatória da natureza, à poluição descontrolada do ar, da água e ao uso indevido do solo.

Temos de discutir o novo Código Florestal com cuidado, como deve ser, mas não podemos perder de vista a necessidade de acelerar uma troca rápida de antigas convicções por ações mais positivas. Alguns conceitos econômicos tradicionais devem ser revisados para que possamos construir uma economia mais eficiente no uso dos recursos naturais. A questão da lucratividade em empreendimentos desfavoráveis ao meio ambiente requer uma revisão urgente do conceito de maximização do lucro, mas, para isso, temos de vencer uma resistência ainda fortemente arraigada. Temos de desmitificar a falsa incompatibilidade entre sustentabilidade e crescimento. Temos de desfazer o mito de que lucratividade e proteção ao meio ambiente não podem ser conciliáveis.

A aprovação de um novo Código Florestal é de interesse estratégico para o Brasil e para a relação do nosso País com o resto do mundo. Nossa definição de desenvolvimento sustentável está centrada numa proposta de equilíbrio entre três aspectos igualmente importantes: a viabilidade econômica, a justiça social e a responsabilidade ambiental. Como conseguir esse equilíbrio é o desafio deste Senado e do nosso Governo.

Para discutir o Código Florestal precisamos nos inspirar num conceito especificamente acriano que é o conceito de florestania. Florestania é a gente poder pensar no desenvolvimento, tendo em conta as dimensões ambiental, econômica, social, política, cultural e ética. Essas dimensões todas, quando levadas em consideração, permitem-nos pensar numa produção de leis que possa dar uma resposta mais positiva para as gerações futuras.

Trago aqui a preocupação de que a defesa apenas discursiva da meta de sustentabilidade possa estar nos levando a uma excessiva degradação e até à exaustão do capital natural.

Na última segunda-feira, dia 05 de setembro, os três professores convidados pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional condenaram o desenvolvimento que leva a um consumo de recursos naturais acima da capacidade do Planeta. Eles destacaram que a humanidade está à beira do abismo, pisando no acelerador, e que nenhuma causa natural, em um milhão de anos, causou tanto efeito sobre a Terra. Disseram ainda que o consumo insustentável dos recursos naturais e a escassez trarão aumento de conflitos armados. A avaliação é que o aumento das desigualdades e a diminuição do nível de emprego atestam que índices tradicionais de desenvolvimento, como o Produto Interno Bruto, nosso PIB, perderam o sentido, pois – entre aspas – “o bolo não pode nem deve crescer”. Na prática, o que se quer dizer é que há dificuldade em medir os impactos no meio ambiente por meio dos indicadores convencionais. O PIB não contabiliza a extensão em que a produção e o consumo estão exaurindo o capital natural.

Em outro levantamento, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente afirma que, ao contrário do esperado, o que se observa hoje é que continuamos a não levar em conta, de modo satisfatório, o conceito de sustentabilidade e temos uma forte distorção na alocação de recursos.

A agricultura, hoje, apresenta ganhos crescentes de produtividade, o que é muito bom e interessante para a economia do Brasil e para a nossa balança comercial. Nós temos que continuar preocupados em aumentar a nossa produtividade, mas sempre levando em conta a necessidade de compatibilizar esse crescimento com o respeito da nossa floresta, com o respeito ao meio ambiente.

E não podemos deixar de levar em conta também que nós temos que estar preocupados com o nível de contaminação que pode estar sendo utilizado na nossa agricultura com o uso excessivo de produtos químicos, o que tem levado à perda de qualidade do solo e à degradação da terra.

Temos de reverter esses desequilíbrios e derrubar esse mito de que há necessariamente um conflito de interesses entre a sustentabilidade e o crescimento, um descompasso entre lucratividade e proteção do meio ambiente.

Analisando a degradação do meio ambiente já provocada pela exploração descontrolada, podemos abordar o tema sob duas novas premissas. A primeira é que se forem adequadamente quantificados e internalizados os custos ambientais dos empreendimentos não haverá margem para a divisão entre crescimento econômico e sustentabilidade. A segunda é que a racionalidade econômica deve exigir que a preservação dos recursos naturais seja uma condicionante do empreendimento a ser desenvolvido e não um dano a ser reparado depois. Mas é importante lembrar: não podemos tratar da mesma forma realidades distintas do País.

O texto do Código Florestal aprovado na Câmara, por exemplo, dispensa da recomposição de reserva legal as propriedades de até quatro módulos fiscais, no entanto sabemos que os módulos fiscais têm variação em sua extensão de região para região. Um módulo pode variar de 20 ou 40 hectares em uma região para até 100 hectares, por exemplo, em outra região. No Acre, no Amazonas ou em Rondônia, por exemplo, quatro módulos fiscais podem chegar até 400 hectares, ao passo que em Santa Catarina a soma de quatro módulos fiscais talvez não chegue a 100 hectares.

Por isso defendemos que em lugar de estabelecer o número de módulos fiscais o projeto a ser aprovado pelo Senado determine o número exato de hectares, de tal maneira que os pequenos sejam contemplados, sejam eles de Santa Catarina ou de Rondônia ou do Acre ou de qualquer outro Estado brasileiro, de tal maneira que a gente tenha o número exato de hectares para a dispensa de recomposição de reserva legal, justamente para proteger os pequenos e médios produtores.

Em outra frente, é preciso deixar claro que a transição da economia marrom, poluída e insustentável, para a economia verde não prejudica a criação de riqueza nem as oportunidades de emprego. Ao contrário, se houver políticas de incentivo que criem as condições adequadas, os setores verdes abrirão oportunidades.

Um exemplo disso é o Estado do Acre. Já mencionei isso na tribuna do Senado em outro pronunciamento, mas relembro os dados, que, para mim, são muito significativos. O Acre é dono de um território de 16 milhões de hectares, dos quais 87% são formados por florestas primárias. Ou seja, o Acre possui 13.920 mil hectares de florestas primárias.

A floresta acreana detém, em média, cem toneladas de CO₂, dióxido de carbono, por hectare. Multiplicando a extensão da floresta por cem, temos, então, um potencial de 1.392 bilhão de toneladas de CO₂ nas

florestas do Acre. Esse é um negócio verde altamente lucrativo.

Hoje, a média de valor do mercado de carbono é de US\$5.00 por tonelada de CO₂. Como o Acre tem 1.392 bilhão de toneladas de CO₂ retidas, isso significa, se convertido em dinheiro, um estoque de US\$7 bilhões ou, aproximadamente, R\$ 11 bilhões. O mercado não paga pelo estoque, mas pelo quanto deixamos de desmatar.

Os créditos de carbono ainda não têm certificação. Hoje, as reduções de emissões provenientes de projetos de redução não possuem preço de mercado regulado. O mecanismo está sendo constituído, mas ainda não está regulamentado.

É possível que possamos vender esses créditos, mais adiante, na Bolsa de Valores. O Governador Tião Viana já teve reunião com a Bovespa e com a BM&F, no sentido de encontrar um mecanismo que converta esses valores em benefícios que possam resultar em investimento em benefício da população.

O tema ambiental continuará em alta também fora do Congresso. A Conferência Rio+20, que será realizada em 2012, para avaliar os resultados alcançados nos vinte anos, desde a Rio-92, terá como objetivo a renovação do compromisso geral com o desenvolvimento sustentável com dois focos:

1. A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e
2. A governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

A viabilidade de transição para uma economia verde está ligada à possibilidade de proporcionar os incentivos corretos aos agentes econômicos.

Intervenções positivas, por meio de política fiscal, a mudança nos subsídios nocivos, a fiscalização, os investimentos públicos, a regulamentação e o incentivo à inovação são fundamentais para corrigir os preços dos recursos e prevenir a escassez futura.

Em geral, o processo de transição não ocorrerá voluntariamente, até porque vários ramos da indústria são intensivos em capital e baseados na longa vida das instalações produtivas.

No entanto, os investimentos em melhora da eficiência devem levar a maiores lucros e redução da pressão sobre o meio ambiente. Existem oportunidades de ganho pela indústria ao buscar maior eficiência no uso dos recursos e ganhos de produtividade, gerando mais produto com menos insumo.

Uma atividade muito bem sucedida no País, por exemplo, é a reciclagem de materiais, que apresenta níveis de recuperação iguais ou até superiores aos dos

países desenvolvidos. No Brasil, segundo o relatório das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 95% das latas de alumínio e 55% das garrafas de polietileno são recicladas, assim como metade do vidro e do papel descartado. Essa atividade gera um valor de aproximadamente US\$ 2 bilhões e evita dez milhões de toneladas de emissões de gases de efeito estufa.

(A Presidência faz soar a campainha)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Além disso, Sr. Presidente, com a participação do setor público e do setor privado, a reciclagem no Brasil já ocupa em torno de 500 mil pessoas. Entretanto, ainda há pouca consciência da nossa população sobre a relação existente entre todas as atividades humanas e o meio ambiente.

Nossos esforços aqui no Senado e na sociedade devem convergir para sensibilizar as pessoas sobre os problemas do meio e do desenvolvimento, fazê-las participar das soluções e fomentar o senso de responsabilidade pessoal em relação a um desenvolvimento sustentável.

Podemos pensar em avançar também na defesa da educação para a promoção da sustentabilidade. Entendemos que somente os indivíduos que dispõem de informações adequadas são capazes de exigir a efetivação do direito de um Planeta com crescimento econômico aliado à responsabilidade ambiental e justiça social. Indivíduos instruídos podem, na qualidade de consumidores, auxiliar na modificação dos atuais padrões insustentáveis de produção e consumo.

De acordo com a Agenda 21, o ensino, inclusive o formal, a consciência pública e o treinamento devem ser reconhecidos como processos pelos quais as pessoas e a sociedade podem ampliar a sua consciência ambiental e ética, seus valores e suas tomadas de decisão.

Defendemos um novo olhar para a sustentabilidade. Nosso anseio é por decisões que permitam o desenvolvimento pleno do nosso País por decisões que extrapolem os limites da questão política, da questão agrícola e da questão ambiental.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que me leva a fazer esse apelo no sentido de que nós reflitamos com a máxima profundidade possível na Comissão de Constituição e Justiça e também na Comissão de Meio Ambiente, na Comissão de Agricultura, para que a gente possa produzir o melhor em termos de proteção das futuras gerações nessa definição do nosso Código Florestal, porque dessa maneira a gente vai construir País sustentável, como queremos todos os brasileiros e como quer a nossa Presidenta Dilma, que está muito preocupada com a lei que ela vai ter que sancionar tão logo a gente tenha a sua aprovação aqui no Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de pedir que V. Ex^a pedisse a publicação na íntegra desse pronunciamento.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ANIBAL DINIZ.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna hoje para refletir um pouco sobre o valor do meio ambiente e o preço do nosso desenvolvimento futuro com sustentabilidade. Esperamos aprovar, no Senado, ainda este ano, um novo Código Florestal que possa varrer conceitos ultrapassados por uma nova realidade e criar condições para tornar aplicáveis regras melhores para o desenvolvimento sustentável – aquele que pode atender às necessidades do presente sem comprometer o atendimento às gerações futuras.

Na última semana houve avanços na tramitação do novo código, com a apresentação do relatório do senador Luiz Henrique, do PMDB de SC, ao PLC 30/2011 na Comissão de Constituição e Justiça.

Destaco aqui o esforço do nobre Senador ao enfrentar os desafios dessa matéria, mas, ao mesmo tempo, acreditamos que é oportuno e necessário colocar aqui algumas preocupações, na intenção de contribuir para a discussão do relatório na CCJ nesta quarta-feira.

Uma das alterações promovidas pelo Senador, segundo afirmou, pretende reduzir os conflitos criados pelos termos do artigo 8º da proposta aprovada na Câmara dos Deputados. O artigo, originado da emenda 164, permite o uso das Áreas de Preservação Permanente (APPs) já ocupadas com atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural ou com atividades de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental. Esse artigo 8, como estava redigido, havia sido claramente criticado pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Ela afirmou que o texto induzia ao, desmatamento e poderia levar ao fim das Áreas de Preservação Permanentes, que asseguram a água, o solo, e a proteção da fauna.

Considerando a intenção de reduzir os conflitos, como disse o nobre senador, vemos que para dar suporte às alterações do artigo 8, o relatório alterou inicialmente a redação do artigo 1 e suprimiu do texto as expressões que afirmam que a lei disporá sobre as áreas de preservação permanente e as áreas de reserva e que definirá regras gerais sobre a exploração florestal. No lugar dessas expressões, o texto passa a dizer que a lei estabelece normas gerais sobre os 69

artigos do Código Florestal, dentro da limitação constitucional imposta à União.

A intenção desse entendimento, eu questiono, seria deixar que as regulamentações sejam feitas por meio das legislações estaduais? A modificação aparece como forma de legitimar a atuação dos Estados e municípios na elaboração de normas? O caráter de “norma geral” conferida ao Código Florestal torna constitucional – no entendimento do relator – todo o texto nos pontos em que confere poderes aos Estados e Municípios, inclusive quanto à supressão da proteção às florestas.

Para alterar o artigo 8º, pelo qual, lembramos, a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente e a manutenção de atividades consolidadas até 22 de julho de 2008 ocorrerão nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas em lei, bem como nas atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural, o relatório apresentado na CCJ acrescenta ao artigo 3º incisos (XVI, XVII e XVIII) e inclui as definições de Utilidade Pública, Interesse Social e atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental.

Na prática, o texto resgata parte da definição do Código Florestal vigente e acrescenta as atividades de mineração e os estádios e demais instalações de competição esportiva. Ou seja, a mineração deixa de ser uma excepcionalidade, conforme entendimento do CONAMA 369/2006, e passa a ser admitida em APP, assim como obras de grande porte como os estádios.

Em outro ponto, que trata das atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental o relatório está baseado no conceito da resolução Conama, mas com alterações de destaque.

A retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável era uma excepcionalidade para a pequena propriedade ou posse rural familiar. O relatório amplia a possibilidade para todas as propriedades. O texto também amplia para as áreas rurais a redação da mesma resolução do Conama que previa a construção de moradias pelas populações extrativistas e tradicionais somente na região da Amazônia ou do Pantanal.

Em outra alínea, o relatório retirou as restrições de plantio de espécies nativas e abriu a possibilidade para o plantio de outras espécies.

Ou seja, a Resolução 369, de 2006, do Conama dispõe sobre casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental que possibilitam a intervenção ou supressão em APPs. A preocupação que externamos aqui é de que, ao colocar

na norma geral as excepcionalidades, há uma inversão de prioridades.

Finalmente, no artigo 8º; a inclusão de uma palavra, a palavra nativa na frase “A intervenção ou supressão, de vegetação em Área de Preservação Permanente” parece limitar ainda mais a proteção em APPs. Por outro lado, a modificação na redação, na prática, evitaria novas supressões ou intervenções para fins de atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e turismo rural, que ficariam limitadas às já existentes. O artigo também pode gerar dúvidas sobre se as demais atividades ou empreendimentos serão definidos em atos do Executivo federal, estadual ou municipal. Ou seja, queremos debater na CCJ as preocupações levantadas de que parte do relatório apresentado possa resolver apenas em parte o conflito do artigo.

Outra preocupação diz respeito ao artigo 33, cujo § 5º “legitima” toda forma de ocupação nas áreas rurais consolidadas, inclusive ilegais.

Temos agora a possibilidade de avançar na discussão desses pontos na reunião de quarta-feira.

Nosso país, como outros países emergentes, enfrenta ainda desequilíbrios na área econômica e grandes carências sociais. Por isso, sua política ambiental, apesar de avançada em muitos pontos, na prática apresentam muitas fragilidades.

Esse contexto é agravado pelo fato de que a situação de pobreza conflita muitas vezes com a proteção dos recursos naturais. A urgência do crescimento econômico para gerar mais renda e empregos, aliada a outros fatores, levam à exploração predatória da natureza, à poluição descontrolada do ar e da água e ao uso indevido do solo.

Temos de discutir o novo Código Florestal com cuidado, como deve ser, mas não podemos perder de vista a necessidade de acelerar uma troca rápida de antigas convicções por ações mais positivas.

Alguns conceitos econômicos tradicionais devem ser revistos para que possamos construir uma economia mais eficiente no uso dos recursos naturais.

A questão da lucratividade em empreendimentos desfavoráveis ao meio ambiente requer uma revisão urgente do conceito de maximização do lucro.

Mas, para isso, temos de vencer uma resistência fortemente arraigada, temos de desmistificar a falsa incompatibilidade entre sustentabilidade e crescimento, desfazer o mito de que lucratividade e proteção ao meio ambiente não podem ser conciliáveis.

A aprovação de um novo Código Florestal é de interesse estratégico para o Brasil e para a relação do nosso país com o resto do mundo. Nossa definição

de desenvolvimento sustentável está centrada numa proposta de equilíbrio entre três aspectos igualmente importantes: a viabilidade econômica, a justiça social e a responsabilidade ambiental. Como conseguir esse equilíbrio é o desafio deste Senado e do nosso governo.

Para discutir o Código Florestal precisamos nos inspirar na florestania. Trago aqui a preocupação de que a defesa apenas discursiva da meta de sustentabilidade possa estar nos levando a uma excessiva degradação e até à exaustão do capital natural.

Na última segunda-feira, dia 5, os três professores convidados pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, condenaram o desenvolvimentismo que leva a um consumo de recursos naturais acima da capacidade do planeta.

Eles destacaram que a humanidade está à beira do abismo, pisando no acelerador, e que nenhuma causa natural em um milhão de anos causou tanto efeito sobre a Terra.

Disseram ainda que o consumo insustentável dos recursos naturais e a escassez trarão aumento de conflitos armados. A avaliação é que o aumento das desigualdades e a diminuição do nível de emprego atestam que índices tradicionais de desenvolvimento, como o Produto Interno Bruto, o PIB, perderam o sentido, pois, entre aspas, “o bolo não pode nem deve crescer”.

Na prática, o que se quer dizer é que há dificuldade em medir os impactos no meio ambiente por meio dos indicadores convencionais. O PIB não contabiliza a extensão em que a produção e o consumo estão esaurindo seu capital natural.

Em outro levantamento, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente afirma que, ao contrário do esperado, o que se observa hoje é que continuamos a não levar em conta de modo satisfatório o conceito de sustentabilidade e temos uma forte distorção na alocação de recursos.

A agricultura hoje apresenta ganhos crescentes de produtividade, essencialmente pelo uso de fertilizantes e outros produtos químicos, mas tem levado à perda da qualidade do solo e à degradação da terra.

Temos de reverter esses desequilíbrios e derrubar esse mito de que há necessariamente um trade-off, um conflito de interesses entre sustentabilidade e crescimento, um descompasso entre lucratividade e proteção ao meio ambiente.

Analisando a degradação do meio ambiente já provocada pela exploração descontrolada, podemos abordar o tema sob duas novas premissas: a primeira

é que, se forem adequadamente quantificados e internalizados os custos ambientais dos empreendimentos, não há margem para a divisão entre crescimento econômico e sustentabilidade.

A segunda é que a racionalidade econômica deve exigir que a preservação dos recursos naturais seja uma condicionante do empreendimento a ser desenvolvido e não um dano a ser reparado depois.

Mas, é importante lembrar, não podemos tratar da mesma forma realidades distintas do país.

O texto do Código Florestal aprovado na Câmara, por exemplo, dispensa da recomposição de reserva legal as propriedades de até quatro módulos fiscais.

No entanto, sabemos que os módulos fiscais têm variação em sua extensão de região para região. Um módulo pode variar de 20 hectares a 100 hectares, por exemplo. No Amazonas, pode chegar até 400 hectares e, em Santa Catarina, a soma dos quatro módulos não chega, talvez, a 100 hectares. Por isso, defendemos que, em lugar de estabelecer um número de módulos fiscais, o projeto a ser aprovado pelo Senado determine um número exatode hectares para a dispensa de recomposição de reserva.

Em outra frente, é preciso deixar claro que a transição da “Economia Marrom”, poluída e insustentável, para a “Economia Verde” não prejudica a criação de riqueza, nem as oportunidades de emprego. Ao contrário, se houver políticas de incentivo que criem as condições adequadas, os setores verdes abrem oportunidades.

Um exemplo disso é o estado do Acre. Já mencionei este fato aqui, na tribuna, mas relembro os dados que servem de exemplo.

O Acre é dono de um território de 16 milhões de hectares, dos quais 87% são formados por florestas primárias. Ou seja, o Acre possui 13 milhões e 920 mil hectares de florestas primárias.

A floresta acreana detém, em média, 100 toneladas de CO₂, de dióxido de carbono, por hectare. Multiplicando a extensão de florestas por 100 temos então um potencial de 1 bilhão 392 milhões de toneladas de CO₂ nas florestas do Acre. É um negócio verde muito lucrativo.

Hoje, a média de valor do mercado de carbono é de 5 dólares por tonelada de CO₂. Como o Acre tem 1 bilhão 392 milhões de toneladas de CO₂, isso significa, em dinheiro, um estoque de 7 bilhões de dólares, ou aproximadamente 11 bilhões de reais. Mas o mercado não paga pelo estoque, mas pelo quanto nós deixamos de desmatar.

Os créditos de carbono ainda não têm certificação! Hoje, as reduções de emissões provenientes de

projetos de redução não possuem preço de mercado regulado. O mecanismo está sendo constituído, mas ainda não está regulamentado. É possível que possamos vender esse crédito de carbono em breve na BM&F e na Bovespa.

O tema ambiental continuará em alta também fora do Congresso. A conferência Rio+ 20 que será realizada em 2012 para avaliar os resultados alcançados nos 20 anos desde a Rio 92 terá como objetivo a renovação do compromisso geral com o desenvolvimento sustentável com dois focos. O primeiro, economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. O segundo, a governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

A viabilidade de transição para uma Economia Verde está ligada à possibilidade de se proporcionar os incentivos corretos aos agentes econômicos.

Intervenções positivas por meio da política fiscal, a mudança nos subsídios nocivos, a fiscalização, os investimentos públicos, a regulamentação e o incentivo à inovação são fundamentais para corrigir os preços dos recursos e prevenir a escassez futura.

Em geral, o processo de transição não ocorrerá voluntariamente, até porque vários ramos da indústria são intensivos em capital e baseados na longa vida das instalações produtivas. No entanto, os investimentos em melhora da eficiência podem levar a maiores lucros e redução da pressão sobre o meio ambiente.

Existem oportunidades de ganho pela indústria, ao buscar maior eficiência no uso dos recursos e ganhos de produtividade, gerando mais produto com menos insumo.

Uma atividade muito bem sucedida no país, por exemplo, é a reciclagem de materiais, que apresenta níveis de recuperação iguais ou até superiores aos dos países desenvolvidos.

No Brasil, segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 95% das latas de alumínio e 55% das garrafas de polietileno são recicladas, assim como metade do vidro e do papel descartados. Essa atividade gera um valor de aproximadamente US\$2 bilhões e evita 10 milhões de toneladas de emissões de gases de efeito estufa.

Além disso, com participação pública e do setor privado, a reciclagem no Brasil ocupa em torno de 500 mil pessoas. Entretanto, ainda há pouca consciência por parte da nossa população sobre a relação existente entre todas as atividades humanas e o meio ambiente. Nossos esforços, aqui no Senado e na sociedade devem convergir para sensibilizar as pessoas sobre os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento,

fazê-las participar das soluções e fomentar o senso de responsabilidade pessoal em relação a um desenvolvimento sustentável.

Podemos pensar em avançar também na defesa da educação para a promoção da sustentabilidade.

Entendemos que somente os indivíduos que dispõem de informações adequadas são capazes de exigir a efetivação do direito de um planeta com crescimento econômico aliado à responsabilidade ambiental e justiça social.

Indivíduos instruídos podem, na qualidade de consumidores, auxiliar na modificação dos atuais padrões insustentáveis de produção e consumo.

De acordo com a Agenda 21, o ensino, inclusive o formal, a consciência pública e o treinamento devem ser reconhecidos como processos pelos quais as pessoas e as sociedades podem ampliar sua consciência ambiental e ética, seus valores, sua tomada de decisão.

Defendemos um novo olhar para a sustentabilidade. Nosso anseio é por decisões que permitam o desenvolvimento pleno do país, por decisões que extrapolem os limites da questão política, da questão agrícola ou da questão ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB do DF.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Senador Acir Gurgacz, Presidente desta sessão; prezado Senador Cícero Lucena; Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes, serei muito breve, mas não poderia deixar de fazer um registro, nesta sessão, da data de ontem, em que comemoramos o Dia Nacional do Cerrado.

Houve, no Distrito Federal e em outras localidades, vários eventos que chamaram a atenção para a necessidade de preservação desse bioma que abriga a savana mais rica do planeta, com grande biodiversidade e recursos hídricos, vitais para o País.

Aqui no Distrito Federal, ocorre o fenômeno das águas emendadas, na região de Planaltina, onde as águas nascem germinadas, separam-se e vão desaguar no Atlântico, a dez mil quilômetros de distância, abastecendo duas das mais importantes bacias hidrográficas do País.

Houve um evento no Jardim Botânico, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente, com o Jardim Botânico e com a participação do Corpo do Corpo de Bombeiros e da Brigada contra Incêndio do Ibama, como também

de uma grande parcela de moradores do Distrito Federal, que estão muito preocupados, neste momento, com a quantidade de incêndios que vêm acontecendo nos cerrados que circundam o Distrito Federal, os quais já atingem mais de 20 mil hectares. Isso levou a Polícia Federal a anunciar que vai abrir inquérito, a pedido do Instituto Chico Mendes, o ICMBio, para avaliar se as causas desses incêndios são criminosas.

É importante ressaltar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que precisamos exigir do Governo do Distrito Federal, no que se refere à proteção do nosso cerrado, campanhas educativas permanentes, educação ambiental e campanhas educativas na televisão, nos meios de comunicação de massa, buscando-se orientar as pessoas a terem condutas corretas, adequadas, cuidados no trato com o fogo, porque certamente grande parte desses incêndios teve origem em descuidos da população, em falta de informação e poderiam ter sido evitados.

A questão foi tão grave em Brasília, Senador Cícero Lucena, que eu, como brasileiro e morador dessa cidade há 51 anos, não me lembro de ter havido um incêndio de proporções tão grandes, que tenha causado impacto tão grande na cidade. A cidade ficou toda enfumaçada. Uma névoa de fumaça tomou conta dela, o que levou algumas escolas a suspenderem as aulas.

É importante que esse movimento sirva como um espaço de reflexão e de mobilização em defesa do cerrado.

Eu já disse aqui, por diversas vezes, Presidente Aníbal, e reitero que o Cerrado é um dos biomas mais importantes do Brasil e vem sendo devastado, desmatado, de forma avassaladora, sem que ainda conheçamos, Senador Wellington, todas as riquezas nele existentes. O Cerrado é a grande caixa d'água do Brasil; é responsável pelo abastecimento das águas das principais bacias brasileiras – Paraná, Tocantins, São Francisco. É um bioma que abriga mais de 12 mil espécies de plantas, uma grande quantidade.

Mais de 4,4 mil plantas são endêmicas, só existem no Cerrado, com uma variedade de flora imensa. Esse bioma vem sendo desmatado, muitas vezes de forma criminosa; vem-se transformando em carvão. Até hoje, em pleno século XXI, parte do Cerrado vem criminosamente transformando-se em carvão, para alimentar especialmente algumas siderúrgicas do Estado de Minas Gerais.

Manifesto aqui essa preocupação. Tenho alertado o Senado Federal: preocupa-me, após a aprovação do Código Florestal, a ampliação do desmatamento legal, porque, no que se refere ao Cerrado, 20% apenas da sua área constitui reserva legal, e uma pequena parcela,

unidades de conservação. E o alto preço das *commodities*, o alto preço dos alimentos e a grande procura por agroenergia podem fazer com que o Cerrado, na sua quase totalidade, seja convertido, para o uso agrícola, para o uso pecuário ou para uso da agroenergia, acabando-se com essa imensa biodiversidade, mesmo antes de se conhecer todo o seu potencial.

Quero registrar, ao defender que o Governo amplie as Unidades de Conservação no Cerrado brasileiro, que, deixando-se apenas como proteção do Cerrado os 20% de reserva legal, a critério dos proprietários particulares, essas áreas podem ser as de menor biodiversidade; são áreas inapropriadas para o uso agrícola, mas também as de menor conteúdo de biodiversidade.

Quero registrar que, na semana anterior ao feriado, participei, na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, representando, a pedido do Senador Eduardo Braga, a Comissão de Ciência e Tecnologia, do lançamento de um trabalho realizado pelo INPE e pela Embrapa, que mostra o que foi feito com as áreas convertidas da Floresta Amazônica, depois da conversão para o uso antrópico.

O que se vê é que apenas 5%, Senador Suplicy, do que foi convertido da Floresta Amazônica é utilizado para a agricultura; 62% das áreas convertidas da Floresta Amazônica são utilizadas para a pecuária, seja intensiva, seja extensiva. Isso demonstra que estamos cometendo uma insensatez ao desmatarmos um bioma extremamente rico em biodiversidade para utilização em pecuária, com baixíssima produtividade, diga-se de passagem.

Quero aqui reivindicar ao Ministério do Meio Ambiente – e coloquei-me à disposição para buscar e garantir recursos orçamentários para isto, através de emendas parlamentares, se for necessário – que realizemos no Cerrado, como é feito na Amazônia, o controle do desmatamento em tempo real, como é feito hoje com a Amazônia, através das imagens do CBERS.

Mas, ao mesmo tempo, que se faça também, em relação ao Cerrado brasileiro, a mesma pesquisa que foi feita, numa parceria da Embrapa com o INPE, em relação à Amazônia, Senador Francisco Dornelles, para que possamos entender, conhecer qual é o uso que se está dando a essas áreas do Cerrado que foram desmatadas, antropizadas; para que possamos dar o melhor uso possível; para que possamos expandir a agricultura e a agroenergia brasileira em áreas de pastagens degradadas, poupando-se a conversão de novas áreas de biomas protegidos.

Podemos fazer isso. Basta que haja políticas públicas de extensão tecnológica, de assistência técnica

e de difusão tecnológica, fazendo-se com que as novas tecnologias sejam apropriadas para a boa utilização desse bioma.

Por fim, quero aqui conclamar a Câmara dos Deputados a aprovar a Proposta de Emenda à Constituição já aprovada pelo Senado Federal, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que transforma o Cerrado em patrimônio nacional na Constituição Federal.

Durante todo o meu mandato de Deputado Federal, lutei pela aprovação da PEC que tramitava naquela Casa, de autoria do Deputado Gervásio Oliveira e do Deputado Pedro Wilson – valoroso Deputado goiano – mas o Senado, numa demonstração de sabedoria, aprovou, antes da Câmara, a Proposta de Emenda à Constituição do Senador Demóstenes Torres, que transforma o Cerrado e a Caatinga, ou seja, que alça esses dois biomas à condição de patrimônio nacional na Constituição Federal, a exemplo do que já ocorre com a Floresta Amazônica, com a Mata Atlântica, com o Pantanal, com a Serra do Mar e com a Zona Costeira.

Então, quero aqui, no momento em que celebramos o Dia do Cerrado, esse bioma fantástico, extraordinário, que contém uma biodiversidade maravilhosa, conclamar a Câmara dos Deputados a se sensibilizar definitivamente, para fazer justiça, porque é absolutamente inconcebível que um bioma com as características que tem o Cerrado, com toda a sua imensa biodiversidade, com a importância que tem para o abastecimento das águas deste País, desse bem fundamental que é a água, ainda não tenha *status* constitucional de proteção na Constituição Federal, como é o caso da Floresta Amazônica, do Pantanal, da Mata Atlântica, da Serra do Mar e da Zona Costeira.

Portanto, quero manifestar meu apelo às lideranças partidárias da Câmara dos Deputados, para que possam definitivamente apreciar e aprovar a Proposta de Emenda à Constituição, já aprovada pelo Senado Brasileiro, que alça o Cerrado e a Caatinga à condição de patrimônios nacionais na Constituição Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Rodrigo Rollemberg, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles, pela Liderança do PP.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu desejo – e vou pedir

a V. Ex^a – a transcrição nos **Anais do Senado** de um artigo do Ministro Delfim Neto sobre a decisão do Copom de reduzir a taxa de juros.

Como é um trabalho extremamente bem elaborado de um dos maiores conhecedores da economia brasileira, eu vou ler pequenos trechos e pedir a transcrição, na íntegra.

Diz o Ministro Delfim Netto:

A indignada e quase raivosa reação de alguns analistas, que se supõem portadores da “verdadeira” ciência monetária, à recente decisão do Copom de baixar 50 pontos na Selic, revela que, para eles, a sacrossanta “independência” do Banco Central só é reconhecida quando esse decide de acordo com os conselhos que eles, paciente [e gratuitamente] [...], lhe dão todos os dias [...].

Quanto à redução da Selic, diz o Ministro Delfim Netto:

[...] só pode ser atribuído [repetindo as críticas que lhe são feitas] [...] pela “pecaminosa” intervenção do governo que teria jogado a toalha: abandonou a “meta de inflação” e colocou em seu lugar a “meta de crescimento do PIB” [...].

Trata-se, obviamente, de uma acusação irresponsável, injusta e arrogante: irresponsável, porque colhida furtivamente de “fontes preservadas”, que podem não passar de pura e conveniente imaginação, desmentida, aliás, pelos votos divergentes; [afirmação] injusta, porque pela primeira vez, em quase duas décadas, o Banco Central mostrou que é, efetivamente, um órgão de Estado [...]; arrogante, porque supõe que nenhuma outra visão e interpretação alternativa da realidade diferente da sua possa existir.

Na realidade, diz o Ministro Delfim Neto, só se considera que o Banco Central é independente e o Copom é independente quando aumenta a taxa Selic. Quando ele reduz, afirma-se que perdeu a independência.

Sr. Presidente, a taxa Selic é um dos elementos da taxa de juros. Ela não tem qualquer influência sobre as operações direcionadas do BNDES, da Caixa e do Banco do Brasil. O aumento ou a redução da Selic em nada mexe com a TJLP ou com a TR. A Selic tem pouquíssima influência na taxa de juros dos mercados, que vai de 30% a 200%, mas tem um peso enorme nas contas públicas. Cada ponto da Selic, Senador

Wellington, Senador Jucá, implica aumento de gastos de quase R\$ 10 bilhões.

Para se tomar conhecimento do que aconteceu no primeiro semestre de 2011, tivemos um superávit primário de 138 bilhões, correspondente a 6% do PIB... Desculpe, tivemos um superávit primário de 91 bilhões, correspondente a 4% do PIB. Entretanto, esse superávit primário foi anulado por uma despesa de juros de 138 bilhões, que representou 6% do PIB, o que fez com que tivéssemos um déficit nominal de 2% do PIB ou 46 bilhões.

Quero me congratular com o Copom porque tomou a decisão corajosa. Temos que reduzir a taxa Selic, porque ela não tem influência nenhuma sobre a taxa de juros de operações direcionadas, tem pouca influência sobre os juros de mercados, que, no Brasil, variam de 35% a 200% e tem um peso enorme nas contas públicas.

Quero dizer, Sr. Presidente, que existe uma confusão muito grande de taxa de juros com Selic. Taxa de juros é realmente um forte instrumento de política econômica financeira, mas no Brasil já varia entre 35% e 200%. A Selic é um dos elementos dessa taxa de juros. Então, acho que o Copom agiu certo, agiu correto.

Pedi a transcrição na íntegra desse artigo do Ministro Delfim Netto.

Se V. Ex^a me permitir, concedo um aparte ao Senador Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Meu querido Senador Francisco Dornelles, com toda a sua dedicação, com todo o seu conhecimento nesta área, eu fico feliz em ouvi-lo, porque eu acho estranho e eu acho até mesmo um escândalo as teses que são levantadas na defesa de que tínhamos que ter uma taxa de juros mais elevada. Basta olhar o que acontece no Planeta hoje, basta olhar o que acontece com os Estados Unidos, com a Europa. Enfim, eles, por outras razões; nós, pelas razões que V. Ex^a coloca, eu acho que por uma questão de responsabilidade. Eu quero aqui me somar ao pronunciamento que faz V. Ex^a, a esse artigo também que traz aqui, deste economista também destacado que é o ex-Deputado Delfim Netto e, ao mesmo tempo, dizer que nós temos que trabalhar para que o Brasil tenha cada vez mais uma taxa menor de Selic. Essa redução é uma necessidade de interesse público, pelas razões que V. Ex^a coloca. Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu estou encaminhando a V. Ex^a a íntegra do artigo do Ministro Delfim Netto, pedindo que seja transcrito nos Anais do Senado.

Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me um breve aparte, Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o maior prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero também, como o Senador Wellington Dias, enaltecer o pronunciamento de V. Ex^a e registrar três artigos que, nestes últimos dias, condizentes com as observações de V. Ex^a, foram muito expressivos. Dois artigos do ex-Ministro, Professor Antonio Delfim Netto, ex-Deputado Federal, um no **Valor Econômico**, o outro na **Folha de S. Paulo**, aliás também dois outros, os dois últimos artigos publicados pelo Professor Paulo Nogueira Batista Júnior, em que ambos mostraram a correção da decisão tomada pelo Copom. Eu achei muito interessante e enriquecedores esses artigos e recomendo a leitura dos mesmos para aqueles que se interessam a respeito desta questão, a definição da...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP. Fora do Microfone.) – ... taxa Selic.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Ainda quero acrescentar um trabalho importante de um financista do seu Estado, o ex-Secretário de Finanças de São Paulo Amir Khair, que fez um belíssimo trabalho, também no jornal *O Estado de S. Paulo*, na mesma direção e defendendo a mesma tese.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Muito bem, estou de acordo com a sua observação.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas o importante, Sr. Senador, é a confusão que existe no País, hoje, entre Selic e taxa de juros. A Selic é um dos elementos da taxa de juros. A taxa de juros no Brasil vai de 35% a 200%. A taxa Selic tem mais efeito sobre as contas públicas do que realmente sobre a taxa de juros que todo mundo defende e que é um importante instrumento de política financeira.

Nós não podemos defender, em um momento em que o Brasil está com tantas dificuldades e necessidades de ter contas equilibradas, o aumento, realmente sem sentido, da taxa Selic.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Um viva para o Copom

A indignada e quase raivosa reação de alguns analistas, que se supõem portadores da "verdadeira" ciência monetária, à recente decisão do Copom, de baixar 50 pontos na Selic, revela que, para eles, a sacrossanta "independência" do Banco Central só é reconhecida quando esse decide de acordo com os conselhos que eles, paciente, gratuita e patrioticamente, lhe dão todos os dias, através da mídia escrita, radiofônica e televisiva.

Qualquer desvio só pode ser atribuído e explicado pela "pecaminosa" intervenção do governo que teria jogado a toalha: abandonou a "meta de inflação" e colocou em seu lugar a "meta de crescimento do PIB", não importa a que "custo inflacionário".

Trata-se, obviamente, de uma acusação irresponsável, injusta e arrogante. Irresponsável, porque colhida furtivamente de "fontes preservadas", que podem não passar de pura e conveniente imaginação, desmentida, aliás, pelos votos divergentes. Injusta, porque pela primeira vez, em quase duas décadas, o Banco Central mostrou que é, efetivamente, um órgão de Estado com menor influência do setor financeiro privado. Arrogante, porque supõe que nenhuma outra visão e interpretação alternativa da realidade diferente da sua possa existir.

Vacilamos quando, em 2008, podíamos ter reduzido a taxa de juro

O mundo está literalmente vindo abaixo e sugere-se que o Copom deveria repetir o dramático erro de 2008: "Esperar para ver"! Vacilamos quando podíamos ter reduzido a taxa de juro real. Tínhamos um pouco menos de musculatura do que agora, mas poderíamos ter assegurado uma redução muito menor e uma recuperação mais rápida do financiamento do "circuito econômico". Na minha opinião (que é apenas uma opinião impressionista), poderíamos ter crescido qualquer coisa como 2% ou 3% em 2009, em lugar de registrar queda do PIB de 0,6% e, ao mesmo tempo, ter reduzido dramaticamente a taxa de juros real.

As medidas fiscais e monetárias tomadas recentemente pelo governo (nas quais, aliás, tais analistas não acreditavam) estão reduzindo a taxa de crescimento a uma velocidade maior do que se esperava. Com o crescimento do PIB dessazonalizado de 0,8%, do segundo trimestre sobre o primeiro, e a enorme redução da expansão da indústria, é muito pouco provável que o PIB do ano

cresça fora do intervalo de 3% (se o crescimento nos terceiro e quarto trimestres for zero) a 3,6% (na hipótese pouco provável de que cresçam também 0,8%).

Mas afinal o que se espera, ainda, das taxas de juros? Que controlem a inflação ou derrubem mais o crescimento? Todos os bancos centrais (mesmo os que não têm isso nos seus estatutos) olham para o nível de atividade e sabem que a política monetária tem efeitos com defasagens variáveis. Devem olhar não apenas a taxa de inflação futura, mas também para o ritmo de crescimento futuro. E devem ser realistas quanto às condições físicas objetivas que levam ao altíssimo custo social de tentar corrigir desajustes estruturais (como é o caso do ajuste qualitativo entre a oferta e a demanda no mercado de trabalho) reduzindo o crescimento do PIB à custa do aumento da taxa de juros real, com o que se destrói, colateralmente, o equilíbrio fiscal.

Os números externos pioram a cada dia. Na última semana de agosto: 1) no teatro de Jackson Hole, o Fed, o BCE e o Banco da Inglaterra mostraram as suas perplexidades. O mundo tomou conhecimento da receita acadiana de Bernanke: "Farei o que tenho que fazer", sem especificar do que se trata. Remeteu a incerteza para 21 e 22 de setembro, na nova reunião do Fomc; 2) as perspectivas de crescimento mundial caíram para 2,5% (com viés de baixa, contra 3,9% em 2010); 3) o crescimento dos EUA foi reduzido a 1,4% (contra 3%); 4) a Eurolândia, com a redução do crescimento da Alemanha, talvez para 2%; e 5) a China estima crescer 8,7% (contra 10,3% em 2010).

É hora do Brasil pôr as suas barbas de molho: 1) reforçar, como está fazendo, o equilíbrio fiscal de longo prazo e aprovar as medidas que estão no Congresso com o mesmo objetivo; 2) manter sob controle as despesas de custeio e melhorar a qualidade do financiamento da dívida interna; e 3) adotar medidas microeconômicas para corrigir os desequilíbrios do mercado de trabalho, o que, obviamente, não pode ser feito com manobra da taxa de juros.

Isso possibilitará ao Banco Central, diante do complicado quadro interno e externo, prosseguir, com cuidado, mas persistência, a necessária redução da nossa taxa de juros real, abrindo espaço para o investimento público.

Antonio Delfim Netto é professor emérito da FEA-USP, ex-ministro da Fazenda, Agricultura e Planejamento. Escreve às terças-feiras

E-mail contatodelfimnetto@terra.com.br

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Francisco Dornelles, V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena, do PSDB da Paraíba.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Anibal, Sr^{as} e Srs Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, eu gostaria de registrar com muita satisfação ontem a minha visita à cidade de São João do Cariri, onde tivemos a bela procissão de Nossa Senhora dos Milagres, com todos os cristãos da região do Cariri paraibano, fazendo parte dessa comemoração, que está cada vez mais se tornando cada vez mais uma tradição, e a igreja está sendo elevada à condição de santuário.

Senhoras e Senhores Senadores, quero lamentar a decisão do Governo Federal em limitar o acesso à medicação para tratamento de leucemia mielóide crônica. Trago a esta tribuna reportagem da jornalista Cláudia Collucci, do jornal **Folha de S.Paulo**, na última sexta-feira, dia 09.

Mais que uma notícia, a reportagem é um serviço ao Brasil. No texto, o jornal denuncia a existência de uma lista de 14 pacientes impedidos de receber o remédio para o tratamento de leucemia.

Infelizmente, chegamos ao extremo da ineficiência da gestão pública do Brasil. Infelizmente, agora, temos a lista da morte.

Permita-me fazer leitura de parte da reportagem do jornal **Folha de S.Paulo**:

Governo limita remédio para tratar câncer.

Acesso a medicação mais cara é reduzido pelo Ministério da Saúde a pacientes com leucemia mielóide crônica. A Unicamp recebeu uma lista do Ministério, vetando, nominalmente, 14 pacientes de continuar recebendo a medicação.

Cláudia Collucci, de São Paulo.

O Ministério da Saúde está limitando o número de pacientes com leucemia (um tipo de câncer no sangue) que terão direito a drogas mais caras para tratar a doença.

Na semana passada, o hemocentro da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) recebeu uma lista do ministério vetando, nominalmente, 14 pacientes de continuar recebendo a medicação.

“É uma ‘lista de Schindler às avessas’. Sem esses medicamentos, esses pacientes morrem”, diz Carmino de Souza, professor da Unicamp e presidente da Associação Brasilei-

ra de Hematologia e Hemoterapia, [Senador Eduardo Suplicy].

A polêmica vem desde julho, quando passou a vigorar uma nova portaria do ministério que limitou em 15% a taxa de doentes com direito a receber as drogas chamadas de segunda linha – única opção para aqueles que não respondem ao tratamento com as de primeira linha.

Os medicamentos de primeira linha são usados por pacientes no período inicial da leucemia. Com o tempo, é comum o organismo ficar resistente à droga.

A solução, então, é recorrer ao tratamento de segunda linha, que chega a custar, mensalmente, R\$7.000 por paciente. O valor é mais que o dobro do custo do tratamento de primeira linha (...), [indicado para pacientes no início do tratamento].

O ministério diz que uma auditoria constatou que 10% dos pacientes com esse tipo de leucemia precisam das drogas de segunda linha. [Por isso ele limitou em 15.]

Os hospitais dizem que o índice de pacientes com essas características variam de 20% a 35%. Na Unicamp, [que o Senador Eduardo Suplicy conhece tão bem], por exemplo, a necessidade é de 27%. No Icesp (Instituto do Câncer do Estado de São Paulo Octavio Frias de Oliveira) e na Santa Casa de São Paulo, de 19%.

Para Carlos Chiattoni, hematologista da Santa Casa de SP, o que o Ministério faz é “inaceitável”. “Se há distorções, elas têm que ser corrigidas pontualmente” [e não de forma genérica].

Segundo Souza, apesar do veto, os serviços estão realocando recursos e mantendo pacientes sob tratamento [devido à gravidade do problema]. O hemocentro da Unicamp diz que acumula um déficit mensal de R\$750 mil. O do HC de Porto Alegre estima um rombo de R\$120 mil.

O Hospital das Clínicas de Porto Alegre estima um déficit de R\$ 120 mil/mês. A quantidade de hospitais que faz esse tratamento não é tanta que não possa haver uma fiscalização melhor acompanhando essas necessidades. É bem melhor do que simplesmente tratar como se fosse apenas um índice na estatística da doença no nosso País uma doença tão grave.

Sr^{as} e Srs. Senadores, isso é inadmissível. O direito constitucional à saúde está sendo lesado. Faço uma apelo ao Governo Federal para que reveja essa

decisão com urgência, sob a responsabilidade de vidas serem perdidas.

Trago a esta tribuna o caso dos pacientes que precisam dos medicamentos para tratamento de leucemia, mas poderia citar centenas de dramas vividos pelas famílias que precisam da saúde pública.

No meu Estado, a Paraíba, até furadeiras comuns estão sendo utilizadas nos procedimentos médicos do maior hospital da região metropolitana. O caso foi denunciado no Jornal Hoje, da TV Globo. Segundo a reportagem apresentada em rede nacional, os neurocirurgiões estão usando furadeiras para operações no crânio. O craniótomo, que é um equipamento bem mais moderno, está quebrado há um ano. A denúncia foi feita por médicos membros da Associação Médica da Paraíba. Segundo eles, com o craniótomo é possível evacuar um hematoma em minutos. Sem o mesmo, leva uma hora, o que pode ser danoso ao paciente.

Outro problema é a superlotação. O Hospital, que está sendo administrado por uma ONG que ninguém sabe de onde veio, contratada pelo Governo do Estado, que passou – veja bem, Senador Romero Jucá – a reter as macas de ambulâncias que chegam com pacientes do interior, porque não tem leitos disponíveis, nem macas; os corredores já estão cheios com todas as macas dos hospitais. Faltam medicamentos, como citei há pouco. Faltam equipamentos, como já me referi. Faltam macas e até ambulâncias.

Retiraram as camas do ambiente do repouso médico para utilizar com pacientes, e os médicos não têm direito a repousar durante o seu plantão. Demitiram profissionais instrumentistas das salas cirúrgicas com apenas o objetivo de reduzir e pagar salários menores, substituindo por profissionais sem a devida qualificação para o serviço.

Reafirmo o caos na saúde pública que tomou conta do nosso País, em especial na Paraíba, que, no caso específico, é um caso de estado de guerra.

Para concluir, renovo o apelo para que o Governo Federal retome a distribuição de medicamentos para pacientes que realizam tratamento contra a leucemia, além de iniciarmos, Senadores, um debate mais humano, mais preocupado com o sofrimento desses brasileiros que precisam da saúde pública. E que esse debate não vá apenas para o lado financeiro.

Era o que eu tinha a dizer. Meu muito obrigado e que Deus proteja a todos, principalmente os pacientes da Paraíba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra pela liderança do Governo, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vim à tribuna hoje para comemorar a sanção do projeto de lei que nós apoiamos, que nós incentivamos e pelo qual trabalhamos e votamos favoravelmente e rapidamente aqui no Senado, qual seja, o projeto de lei que regulamenta a profissão de taxista em todo o Brasil. É um projeto importante, que faz justiça a todos os taxistas do País e que nós apoiamos e ajudamos a aprovar.

O projeto de lei define uma série de responsabilidades e de direitos dos taxistas. E é importante que divulguemos esse projeto para que os taxistas possam optar pelas suas vantagens.

A partir do reconhecimento, em todo o território nacional, da profissão de taxista, há determinadas vantagens que vão da regularização trabalhista ao regime previdenciário e à própria autorização, encaminhamento e acompanhamento para que se possa efetivamente exercer a profissão. Então, é um projeto que mereceu o nosso apoio, que teve o nosso trabalho, e que a Presidenta Dilma sancionou dias atrás.

Eu faço questão de vir hoje ao plenário para parabenizar os taxistas de todo o Brasil, em especial os do meu Estado de Roraima, já que tenho uma ligação direta de trabalho com os taxistas, apoio a classe dos taxistas e temos conseguido financiamento para os taxistas de Roraima.

Portanto, esse é um projeto que beneficia milhares de brasileiros espalhados por todo o nosso País.

Concedo o aparte ao Senador Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Meu querido Senador Romero Jucá, quero, primeiro, parabenizar V. Ex^a pela luta, que todos nós reconhecemos, em favor dos taxistas. Registro que acompanhamos com todo carinho esse trabalho. Quero dizer da minha satisfação não só por estarmos priorizando o reconhecimento da profissão, mas também por estarmos resolvendo um problema antigo, que era a necessidade tão cobrada pelos taxistas. Saúdo os taxistas de Roraima, assim como os do meu Piauí e de todo o Brasil. Ainda hoje de manhã, tive um encontro com as lideranças dos taxistas do Estado e com as lideranças dos motoristas de outras áreas – de ônibus, de caminhão – que também sonham com a aprovação do PL nº 99, que tramita nesta Casa – está na CAS e na CCJ. Com certeza, com o apoio de V. Ex^a, vamos ter o reconhecimento dessa profissão. Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Wellington Dias.

É muito importante que possamos aprovar projetos como esse. Com certeza, vamos trabalhar para aprovar também o projeto dos motoristas de ônibus,

enfim, de todos os segmentos em que, com seu trabalho diário, com seu esforço, com sua dedicação, trabalhando num trânsito muitas vezes difícil, com risco da própria vida, enfrentando vários problemas, esses homens e mulheres brasileiros prestam serviços inestimáveis à população.

Então, quero aqui, ao encerrar minhas palavras, Sr. Presidente, saudar a Presidenta Dilma pela sanção da lei e pedir a transcrição da matéria “Lei que regulamenta profissão de taxista, publicada no **Diário Oficial da União**”, e pedir também a transcrição da Lei nº 12.468, que é exatamente a lei a que me referi, que beneficia os taxistas de todo o Brasil.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Romero Jucá, uma vez que V. Ex^a é o Líder do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, gostaria de elogiar duas ações da Presidenta que foram muito positivas. Em primeiro lugar, a carta que ela enviou ao Presidente Barack Obama de solidariedade ao povo dos Estados Unidos diante do triste atentado ocorrido em 11 de setembro de 2001, em termos muito próprios que recordaram aquela tragédia que causou a morte de aproximadamente três mil pessoas nas torres gêmeas em Nova York e no Pentágono. Em segundo lugar, a entrevista de conteúdo tão positivo que ela deu ao programa Fantástico de ontem à noite, em que, inclusive, esclareceu diversos pontos, falando dos principais objetivos que até agora tem alcançado, como a distribuição de remédios para pessoas que têm enorme dificuldade de acesso aos medicamentos, bem como os passos que tem dado no programa Brasil sem Miséria, que acho extremamente positivos, e do esclarecimento que fez com respeito à questão da prevenção e do combate à corrupção, da distinção que ela fez com respeito à palavra “faxina”, explicando que se trata sobretudo de uma atitude permanente para prevenir e evitar a corrupção. Não tem hora nem dia para isso. Acho que ela foi muito clara e, certamente, correspondeu ao anseio do povo brasileiro em ter na Presidenta Dilma Rousseff uma pessoa que hoje tem ensinado os bons caminhos através de exemplos muito positivos no seu cotidiano para todos nós, brasileiros e brasileiras.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Suplicy.

Realmente, a Presidenta Dilma, quando encaminhou a carta ao Presidente Barack Obama, falou por todos os brasileiros. Todos nós estamos solidários com o que sofreram os Estados Unidos e outros países que têm sido vítimas do terrorismo. Todos nós somos contra o terrorismo, todos nós somos a favor de uma nova ordem mundial de paz, de entendimen-

to, de construção, de prosperidade e de oportunidade para os países mais pobres do mundo.

E quanto à entrevista da Presidenta Dilma, V. Ex^a tem razão: ela foi muito bem, mostrou um pouco do lado pessoal ao povo brasileiro. É importante que o povo brasileiro conheça em detalhes, mais de perto, o que pensa a Presidenta Dilma, a figura humana que ela é, comprometida, focada no trabalho, focada no resultado da sua ação em prol dos brasileiros.

Realmente, foi muito importante a entrevista...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – ... efetivamente, a imagem da Presidenta ao povo brasileiro de questões que puderam ser esclarecidas naquela entrevista.

Agradeço a V. Ex^a.

Peço a transcrição, Sr. Presidente, e agradeço a oportunidade.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos de acordo com o art. 210, inciso 1 do Regimento Interno)

LEI QUE REGULAMENTA PROFISSÃO DE TAXISTA É PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

29-8-2011 às 14h10

O **Diário Oficial da União** publicou na edição desta segunda-feira (29) a lei que regulamenta a profissão de taxista. A partir de agora, o profissional será obrigado a ter habilitação para conduzir veículo automotor nas categorias B, C, D ou E, além de cursos de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica elétrica básica de veículos.

Entre os novos direitos dos taxistas está o piso salarial, ajustado entre os sindicatos da categoria. A lei também prevê a aplicação da legislação que regula o direito trabalhista do Regime Geral da Previdência Social. Dessa forma, os taxistas terão os direitos previdenciários e de aposentadoria garantidos.

Também foi publicada nesta segunda a lei que regulamentada a profissão de **sommelier**, profissional que se dedica ao serviço especializado de vinhos em hotéis e restaurantes.

Pelo projeto aprovado no Congresso Nacional, a lei reconheceria tanto aqueles com certificado como quem tivesse atuação prática no mercado por pelo menos três anos. A presidenta Dilma Rousseff, entretanto, vetou esse artigo e restringiu o reconhecimento sem certificado apenas aos profissionais que estejam

exercendo a profissão há mais de três anos até a data desta segunda (29).

Fonte: Agência Brasil

Tags: lei, regulamentação, gestão, profissão de taxista

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.468, DE 26 DE AGOSTO DE 2011

Mensagem de veto

**Regulamenta a profissão de taxista;
altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de
1974; e dá outras providências.**

A Presidenta da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida, em todo o território nacional, a profissão de taxista, observados os preceitos desta Lei.

Art. 2º É atividade privativa dos profissionais taxistas a utilização de veículo automotor, próprio ou de terceiros, para o transporte público individual remunerado de passageiros, cuja capacidade será de, no máximo, 7 (sete) passageiros.

Art. 3º A atividade profissional de que trata o art. 1º somente será exercida por profissional que atenda integralmente aos requisitos e às condições abaixo estabelecidos:

I – habilitação para conduzir veículo automotor, em uma das categorias B, C, D ou E, assim definidas no art. 143 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

II – curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, promovido por entidade reconhecida pelo respectivo órgão autorizatório;

III – veículo com as características exigidas pela autoridade de trânsito;

IV – certificação específica para exercer a profissão, emitida pelo órgão competente da localidade da prestação do serviço;

V – inscrição como segurado do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ainda que exerça a profissão na condição de taxista autônomo, taxista auxiliar de condutor autônomo ou taxista locatário; e

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, para o profissional taxista empregado.

Art. 4º (VETADO).

Art. 5º São deveres dos profissionais taxistas:

I – atender ao cliente com presteza e polidez;

II – trajar-se adequadamente para a função;

III – manter o veículo em boas condições de funcionamento e higiene;

IV – manter em dia a documentação do veículo exigida pelas autoridades competentes;

V – obedecer à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, bem como à legislação da localidade da prestação do serviço.

Art. 6º São direitos do profissional taxista empregado:

I – piso remuneratório ajustado entre os sindicatos da categoria;

II – aplicação, no que couber, da legislação que regula o direito trabalhista e da do regime geral da previdência social.

Art. 7º (VETADO).

Art. 8º Em Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes é obrigatório o uso de taxímetro, anualmente auferido pelo órgão metrológico competente, conforme legislação em vigor.

Art. 9º Os profissionais taxistas poderão constituir entidades nacionais, estaduais ou municipais que os representem, as quais poderão cobrar taxa de contribuição de seus associados.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 10. (VETADO).

Art. 11. (VETADO).

Art. 12. (VETADO).

Art. 13. (VETADO).

Art. 14. (VETADO).

Art. 15. (VETADO).

Brasília, 26 de agosto de 2011; 190º da Independência e 123º da República. – **DILMA ROUSSEFF – José Eduardo Cardozo – Guido Mantega – Garibaldi Alves Filho – Luís Inácio Lucena Adams.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 29-8-2011

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Exª será atendido nos termos do Regimento. Agora, com a palavra, o Senador Acir Gurgacz, digno representante do povo de Rondônia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Anibal Diniz, do nosso querido Estado do Acre, Estado vizinho de Rondônia, Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, um abraço aos meus amigos do meu Estado de Rondônia.

Estamos acompanhando de perto, Sr. Presidente, essa crise econômica que acontece na Europa, Senador Wellington, e principalmente nos Estados Unidos. Não tem como imaginarmos que essa crise não vá nos afetar de uma maneira indireta aqui no Brasil, uma crise desse tamanho, que afeta as grandes potências mundiais, infelizmente. Nós temos que estar preparados para enfrentar essa crise, porque, de alguma forma, ela vai chegar aqui no nosso País.

Estamos acompanhando de perto principalmente o que acontece nos Estados Unidos e só podemos parabenizar as ações que a nossa Presidenta Dilma vem tomando no sentido de preparar o Brasil para um possível impacto que venha a sofrer o nosso País. O plano Brasil Maior é um exemplo de medida econômica e de estímulo à produção brasileira.

Faço, inclusive, registro aqui da presença amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, do Ministro Aloizio Mercadante, que virá a esta Casa para fazer esclarecimentos sobre o funcionamento desse projeto que vejo importantíssimo para o desenvolvimento e para a geração de empregos no Brasil.

Mas, voltando aos Estados Unidos, apesar das medidas já em andamento, quero destacar aqui a coragem política do Presidente Barack Obama, que apresentou, na última quinta-feira, no congresso norte-americano, um audacioso plano para geração de emprego naquele país. O plano de Obama consiste em reduzir pela metade os encargos trabalhistas e impostos sobre os trabalhadores durante o ano de 2012. Isso representará uma queda na arrecadação federal daquele país de US\$240 bilhões, além de investimentos de US\$140 bilhões em estímulos à criação de empregos, basicamente com a recontração de professores e de pessoal dos serviços de socorros, policiais e bombeiros.

A proposta inclui a criação de um banco de obras públicas, modernização de escolas e investimentos nos transportes. O pacote do Presidente Obama prevê ainda estender o auxílio-desemprego e os fundos para programa de recapacitação profissional por um valor de 62 bilhões de dólares. Para incentivar os investimentos, o plano permite às empresas deduzir dos impostos 100% de seus investimentos em infraestrutura e pessoal durante o ano de 2012, o que representará uma renúncia fiscal de cinco bilhões de dólares.

Para justificar todo esse esforço, o Presidente Barack Obama fez a seguinte afirmação:

O povo deste país trabalha duro para enfrentar suas responsabilidades. A questão agora é se vamos enfrentar as nossas. A questão é se, diante da crise nacional que estamos vivendo, podemos acabar com o circo político e fazer algo que realmente ajude a economia.

O objetivo do plano de estímulo ao emprego é simples, afirmou o Presidente: “colocar mais gente para trabalhar e mais dinheiro no bolso de quem está trabalhando”.

Sr. Presidente, enquanto os Estados Unidos precisam tomar essas medidas em função de uma crise talvez sem precedentes em sua história, o Brasil precisaria de uma ação parecida para dar o grande salto de sua trajetória como nação industrializada.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT, a carga tributária no Brasil ficou em 35,13% do PIB no ano de 2010. O Presidente do IBPT, João Eloi Olenike, afirma que “o Brasil continua tendo uma das maiores cargas tributárias do mundo. Nos últimos dez anos, a elevação foi de 5%. No ano 2000, o peso dos impostos representava 30,03% do PIB”.

Fica evidente que a pesada carga tributária vem freando o nosso processo de desenvolvimento industrial. Com tantos impostos, faltam recursos para as empresas investirem em pessoal, em tecnologia e em infraestrutura. Com isso, o País deixa de crescer e fica aprisionado em sua condição de exportador de matérias-primas e importador de manufaturados, uma realidade que não muda desde o descobrimento do Brasil.

Acredito, realmente, que seja o momento de nos perguntarmos se não deveríamos propor aqui no Brasil o mesmo projeto dos Estados Unidos, especialmente com relação aos cortes dos impostos trabalhistas, que, hoje, representam um custo elevado para o trabalhador brasileiro.

A equipe econômica do Governo da Presidenta Dilma tem a faca e o queijo na mão. Eles podem dar à Presidenta a certeza de que o Brasil tem saúde econômica suficiente para reduzir os encargos trabalhistas sem causar perdas de direitos trabalhistas. A equipe econômica da Presidenta Dilma sabe que o Brasil não perdeu um centavo em arrecadação com as medidas tomadas pelo Presidente Lula em 2008, quando reduziu o IPI dos automóveis.

Reduzir os encargos trabalhistas aqui no Brasil teria o mesmo efeito que o Presidente Obama quer

nos Estados Unidos: aumentar a oferta de empregos, gerar investimentos, gerar produção, gerar trabalho e gerar desenvolvimento.

E o momento para uma medida como essa é mais do que oportuno em função da necessidade da aprovação da Emenda 29. Precisamos de mais recursos para a saúde, mas não precisamos de mais impostos. Nós temos que diminuir algum imposto da nossa carga tributária existente e transferir esse imposto para a saúde diretamente. Não podemos criar mais um imposto, onerando ainda mais os brasileiros.

Nossa economia tem saúde financeira para resistir à redução da carga tributária. Com menos impostos, mais gente será contratada formalmente. A indústria e o comércio interno serão aquecidos, e, conseqüentemente, a arrecadação do Governo será maior. Com isso, o Brasil ganhará o estímulo necessário para gerar recursos de que precisamos para o setor da saúde, assim como para nos destacarmos como Nação industrializada. Ou seja, o objetivo e o interesse que os Estados Unidos têm são os mesmos que nós também temos. Nós queremos diminuir o custo Brasil e fazer com que o nosso produto industrializado no Brasil possa ser competitivo na Coreia, na China, na Europa, nos Estados Unidos, para que nós possamos também vender os nossos produtos nesses países, mas produtos já industrializados, produtos fabricados aqui no Brasil. Nós, hoje, somos importadores de produtos manufaturados e somos exportadores de matéria-prima. Nós precisamos inverter: fazer com que o Brasil também consiga preços competitivos para levar o nosso produto a todos os cantos do mundo, não somente termos um superávit da balança comercial através do agronegócio. Não somente através da agricultura, da pecuária que nós deveremos ter um superávit da balança comercial. Nós precisamos fazer com que a indústria brasileira também seja competitiva. É nessa linha que os Estados Unidos estão trabalhando. E eu acredito que é nessa linha também que nós, brasileiros, deveremos trabalhar. Nós já temos vários programas importantes, como PAC 1, PAC 2, que vão trabalhar bastante a infraestrutura brasileira, temos vários incentivos à pequena e média empresa. Nós precisamos avançar ainda mais para que o produto produzido no Brasil possa ser vendido em vários cantos do Planeta, possa ser competitivo. Assim como querem os outros países, nós deveremos fazer a mesma coisa.

Portanto, fica aqui o nosso pedido à equipe econômica da Presidenta Dilma, para que faça uma rea-

valiação sobre os custos trabalhistas que nós temos no Brasil, para que possamos incentivar a nossa indústria a produzir e ser competitiva no mundo inteiro.

Eram essas as minhas palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Suplicy. É um prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Acir Gurgacz, acho que é importante a reflexão que V. Ex^a faz, inclusive ponderando sobre o plano Barack Obama de estímulo aos empregos e o esforço da Presidenta Dilma de também procurar o estímulo ao crescimento da economia e dos empregos, ao mesmo tempo combinando o Brasil Maior com o Brasil sem Miséria. É importante que nós estudemos bem o plano de estímulo ao emprego do Presidente Barack Obama. Conforme V. Ex^a salientou, nesse plano estão previstos gastos significativos para a construção de pontes, de estradas, de infraestrutura, também a reforma, melhoria e construção das escolas em todo o território norte-americano, a maior isenção de impostos ou taxas sobre a folha de pagamentos, algo que guarda relação com um dos passos dados pela Presidenta Dilma Rousseff. Aliás, nos demais também, porque Investimentos em infraestrutura, em estradas, portos, aeroportos e também na Minha Casa, Minha Vida, têm sido parte do programa Brasil Maior. Acho importante que estejamos atentos também às formas de transferência de renda que existem nos Estados Unidos da América e nos demais países desenvolvidos, em relação ao que nós temos desenvolvido. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, há o chamado Crédito Fiscal por Remuneração Recebida, segundo o qual, digamos, um trabalhador que tenha uma esposa e duas crianças, se, em sua residência, o casal tem um rendimento que vai até a casa dos US\$21 mil – desde que tenha uma remuneração positiva até esse valor –, então, esse casal tem um Crédito Fiscal por Remuneração Recebida de 40% a mais. De 21 mil até o intervalo de quase 30 mil, chega ao patamar máximo em que esse complemento de renda passa a ser... Vamos supor, se o casal tem US\$ 18 mil de renda, ele tem, pelo Crédito Fiscal por Remuneração Recebida, um acréscimo de US\$ 5.160,00 e sua renda anual vai para US\$ 23.160,00, o que corresponde a um casal com duas crianças sair da linha oficial de pobreza que, nos Estados Unidos da América, é de US\$ 23 mil anuais. Qual é o efeito

desse instrumento em relação a outras economias como a nossa? Nós poderíamos até protestar, na Organização Mundial do Comércio, pelo fato de os Estados Unidos proverem um subsídio ao trabalho que é pago não pela empresa, mas pelo conjunto da sociedade, pela arrecadação de impostos. Mas será isso o melhor? Eu digo que melhor será ou fazermos de maneira semelhante, ou até de forma mais eficaz e eficiente. Sim, temos o Bolsa Família, mas esse instrumento tem um efeito que reforça a competitividade da economia norte-americana em relação à nossa. Qual seria o instrumento ainda melhor? Seria, prezado Senador Acir, a renda básica de cidadania. Como posso comprovar que seria até melhor? Pela própria experiência que existe nos Estados Unidos em um de seus Estados, onde há 28 anos, no Estado do Alasca, paga-se um dividendo igual a todos os seus habitantes, hoje cerca de setecentos mil. Qual foi o resultado desse procedimento? Fez do Alasca o mais igualitário dos 50 Estados norte-americanos. Acho inclusive, e até recomendo ao Presidente Barack Obama que estude mais aprofundadamente os efeitos dessa experiência tão positiva para os Estados Unidos e para os demais países, porque, quem sabe, no próximo programa de estímulo ao emprego, ele resolva instituir uma renda básica de cidadania que será ainda melhor que o crédito fiscal por remuneração recebida, que terá os mesmos efeitos positivos, mas ainda com maior vantagem com relação ao que eles têm conseguido, desde 1975, quando foi instituído o **earned income tax credit**.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Fiz questão de salientar aqui, Senador Suplicy, os programas já existentes no Brasil, que é o Brasil Maior, Brasil Sem Miséria, Bolsa Família, PAC 1, PAC 2 e dizer que o Brasil está preparado para enfrentar essa crise. Mas nós temos que pensar no futuro, pensar que o produto na prateleira do Brasil seja no mínimo igual ao mesmo produto que é vendido nos Estados Unidos, que é vendido na Coreia, que é vendido na China, na Índia, na Europa.

Este é o ponto que temos que melhorar. O Brasil precisa diminuir o custo Brasil para que a gente possa ser competitivo.

(Interrupção do som.)

E deixar redondo todo esse pacote de ações, de mudanças que houve no País, desde o início com

o nosso Presidente Lula e, agora, continuando com a nossa Presidenta Dilma.

Entendo que se conseguirmos reduzir o custo da folha de pagamentos, vamos, sim, conseguir fazer com que o produto produzido no Brasil possa ser competitivo em qualquer parte do mundo.

Esse é o grande desafio que tem a Presidenta Dilma e todos os seus Ministros. E nós aqui, do Senado Federal, também estamos prontos a ajudar a nossa Presidenta e aos seus Ministros a enfrentar esse desafio e resolver esse problema no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, pelo seu aparte.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Aníbal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós aqui parabenizamos o Senador Acir. Quero dizer que também comungamos com os pensamentos aqui externados por V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Wellington Dias, Srs. Senadores, fui surpreendido ontem, quando meu irmão Paulo Matarazzo Suplicy ligou-me para perguntar se era fato que eu havia feito uma declaração que constava ontem na **Folha de S. Paulo**, no caderno Mundo, sobre o 11 de setembro de 2011. Ao lado de diversas outras personalidades, saiu a minha foto. Saí ao lado da foto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em que estava a afirmação de que eu de nada me lembrava e de que pouco me havia importado. Diante daquilo, avalei que certamente tinha acontecido um erro. Eis por que resolvi escrever uma carta, que aqui leio, para o diretor de redação da **Folha de S. Paulo**, Otávio Frias Filho, assim como ao editor do caderno Mundo, Fábio Zanini, e ainda ao diretor executivo, Sérgio Dávila, que também escreveu naquele caderno.

Quando meu irmão Paulo Matarazzo Suplicy ligou-me ontem, fiquei perplexo. O caderno Mundo Especial, desse domingo, na **Folha**, sobre o 11 de setembro de 2001, atribuiu-me uma frase, ao lado de minha fotografia, que por absoluto nunca pronunciei ou que sequer pensei. A declaração que lembro ter feito sobre aquele dia foi registrada pela **Folha.com**,

em 2 de setembro de 2011, em que esclareci ter ficado extremamente impressionado com as duas tragédias que haviam acontecido: a morte do Prefeito Toninho, de Campinas, do PT, na noite de 10 de setembro de 2001 – eu havia estado com ele, para proferir palestra na Câmara Municipal de Campinas, por isso estive no local do crime logo após o assassinato –, e a morte de mais de três mil pessoas, vítimas dos atentados perpetrados em Nova York e em Washington, na manhã de 11 de setembro. Naquela trágica manhã, fui fazer a gravação do programa do PT e, no estúdio de TV, vi as imagens que obviamente muito me chocaram.

Na quarta-feira, dia 12, pronunciei-me na sessão do Congresso Nacional, repudiando os atos de terror perpetrados contra a população dos Estados Unidos, que, indefesa, tornou-se vítima de um terror inadmissível, reiterando ser de extrema importância a realização de esforços em prol da paz mundial.

No dia seguinte, 13 de setembro, apresentei requerimento na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, registrado em discurso na sessão do Senado, em que solicitei “às autoridades brasileiras todo o esforço, junto ao governo dos EUA e junto aos governos dos países do Oriente Médio, no sentido de realizarem a paz”, o mais rápido possível. Considerei importante encaminhar ao Presidente dos Estados Unidos uma mensagem de solidariedade pelas vítimas dos atentados terroristas. Acrescentei que “é preciso verificar onde colocar a energia e qual o passo adequado, pois há que se pensar em quantas vidas humanas, principalmente civis, que não têm a ver com esses procedimentos e que poderão acabar perdendo as suas vidas. Não podemos saber hoje, com precisão, quais serão as consequências de passos de guerra tão violentos quanto aqueles que infelizmente atingiram Nova York e Washington, o World Trade Center e o Pentágono, causando a morte de tantas pessoas.

Caro Otávio, você deve saber o prejuízo que a declaração, erroneamente a mim atribuída, certamente me causa. Estranho que a Folha, ciente de eu ser o Parlamentar do PT com maior votação obtida no Município de São

Paulo, nos 31 anos de história do partido – 51,35% dos votos dos eleitores paulistanos na eleição para o Senado, em 2006 –, não tenha me considerado nas pesquisas de intenção de voto do Datafolha. Mesmo que eu tenha declarado ser pré-candidato e estar participando dos debates com os demais pré-candidatos, que a Direção Municipal do PT está organizando [e, neste final de semana, completaram-se 12 dos 36 debates que estão ocorrendo em todas as 36 regiões zonais em São Paulo, e de todos participei], penso que isso possa ser corrigido na próxima pesquisa Datafolha.

Por fim, espero a publicação da minha real opinião sobre o 11 de setembro, com o mesmo destaque da matéria de domingo, respeitando-se o que está no Manual de Redação da **Folha** e a opinião de seus leitores.

Respeitosamente, um abraço.

Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

Eu, inclusive, anexe a própria publicação da **Folha.com**, de 2 de setembro de 2011, com o horário das 15h, em que, com foto publicada, estava destacado que eu me preocupava com que a guerra poderia desenrolar-se pelo mundo.

“No dia fatídico, de 11 de setembro de 2011, o senador Eduardo Suplicy (PT) estava em Campinas, onde o Prefeito Toninho do PT fora assassinado.” Eu inclusive fui ao seu enterro. “Suplicy foi uma das personalidades brasileiras, convidadas pela **Folha**, a lembrar do momento da tragédia.”

Portanto, a **Folha** me escolheu, e tive a honra de ser uma das pessoas ouvidas a respeito. Está aqui.

Primeiro, ele pediu um tempo para se lembrar exatamente o que fazia. Na segunda ligação, narrou o dia com detalhes – inclusive lendo trechos de discursos que fez na época.”

Está na própria **Folha.com**:

Eu tinha estado em Campinas, onde o prefeito Toninho foi assassinado”, conta. Somando as duas tragédias, discursou em solidariedade à população de ambas as cidades, tornadas vítimas do terror.

Eu me preocupava que a guerra poderia se desenrolar de maneira trágica pelo mundo [...].

Quero agradecer.

Peço o jornal que está na bancada.

Quero agradecer. Fábio Zanini está, nesta semana, em férias, então conversei hoje com a editora da **Folha de S.Paulo**, a subeditora do caderno Mundo, Silvana Arantes, que, depois do esclarecimento que fiz, pediu-me desculpas e disse que a minha carta sairá amanhã no Painel do Leitor, assim como haverá na seção Erramos a correção devida.

Ela disse que fora decorrência de possível ingenuidade do jornalista que me havia entrevistado. Como eu havia dito na primeira ligação que gostaria de lembrar exatamente tudo que ocorrera naquele dia, então fui buscar os Anais de meus pronunciamentos e minha própria agenda, confirmando que eu tinha estado, no dia 10, em Campinas, para fazer uma palestra, e que tinha encontrado o Prefeito Toninho poucos momentos antes de ele ser assassinado. Ele tinha vindo saudar-me.

Foi o momento em que o Prefeito Toninho chegou a dizer à Vice— Prefeita Izalene Tieni: “Se porventura acontecer alguma coisa comigo, você vai ser a primeira Prefeita mulher da história de Campinas”. Acho que ele falou isso uma hora e meia antes de ser morto.

Depois da palestra, fui comer uma pizza, um lanche com as pessoas que estavam na palestra, os vereadores, e, quando estávamos ali, na lanchonete pizzaria, veio o Vereador Tiãozinho, que nos tinha convidado, avisar que infelizmente o Toninho tinha acabado de sofrer um atentado, um tiro, e que tinha falecido.

Eu fui ver o local do crime. Estava lá o automóvel que havia sido atingido, os policiais fazendo as investigações, e, infelizmente, até hoje não se desvendou completamente o crime. E sou muito solidário a Roseana, sua esposa, a sua filha e ao seu filho, que até hoje esperam um melhor esclarecimento sobre a morte do Toninho.

Naquela manhã seguinte, dia 11, fui para São Paulo. Fui até o estúdio onde Duda Mendonça fazia o programa do Partido dos Trabalhadores, e, enquanto preparávamos para fazer a gravação, vi no estúdio as imagens da terrível tragédia dos Estados Unidos e pude, então, compreender aquilo.

E, no dia 12, eu aqui fiz um pronunciamento solidário ao povo de Campinas, à família de Toninho e aos familiares de todos que haviam falecido nos Estados Unidos. Inclusive redigi, no dia seguinte, um requerimento de solidariedade ao povo dos Estados Unidos e um requerimento em que também propunha fossem realizados esforços para que não se desencadeasse uma guerra ainda mais violenta pelo mundo, que pudesse haver o espírito de todos aqueles que, conforme eu, e V. Ex^a sabe, Senador Wellington Dias, sempre es-

tão propugnando pela resolução pacífica de diversos conflitos que hoje temos no Brasil e no mundo afora.

Então, eu lhe concedo um aparte, com muita honra, Senador Wellington Dias, meu companheiro.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senador Suplicy, é só para manifestar a minha solidariedade. É lamentável a forma como foi interpretada e feita essa divulgação. Como seu companheiro e admirador, eu queria também manifestar a minha solidariedade. Sei que não poderia ser de outra forma como essa que V. Ex^a relembrou aqui, tanto em relação à tragédia em São Paulo, ao assassinato, como também em relação à sua solidariedade às vítimas, às famílias e também às vítimas nos Estados Unidos. Era basicamente para manifestar aqui essa solidariedade pela forma como isso foi colocado pela imprensa.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias. Certamente, como eu, V. Ex^a também se incorpora ao gesto de solidariedade com que a Presidenta Dilma Rousseff encaminhou, em nome de todos nós, brasileiros e brasileiras, ao Presidente Barack Obama, expressão do nosso sentimento de pesar, solidariedade e realização de paz no mundo.

Aliás, eu hoje li uma entrevista, que considerei tão significativa e tão de acordo com esse espírito da realização de paz, de Julia Bacha para Sonia Racy, em Direto da Fonte, Encontros com o Estadão, no jornal **O Estado de S.Paulo**, no Caderno Dois. Eu queria registrar que a Julia Bacha é filha do Professor Edmar Lisboa Bacha, um dos responsáveis pela criação do Plano Real, e é uma cineasta que vive há 10 anos em Nova York e tem desenvolvido um trabalho de pesquisa na organização Just Vision. Seu documentário Budrus rodou os principais festivais do mundo e ganhou importantes premiações. Foi o preferido do público em Berlim e Tribeca e acaba de ser lançado no Brasil, em DVD, pela Copacabana Filmes.

Sem vê-lo, já quero recomendar a todos, pois a experiência de Julia Bacha no Oriente Médio também a levou a participar do TED, ciclo de conferências globais que aconteceu este ano em Edimburgo, na Escócia. Ali, ela dividiu com a plateia relatos de seus filmes e movimentos de resistência sem o uso de armas ou violências, e aqui cito algumas de suas palavras:

E o que, na sua opinião, fará diferença nos próximos anos?

Temos de prestar atenção nos indivíduos que estão focados em realmente transformar

o conflito, usando métodos que já deram certo em outros lugares, como a resistência pacífica.

Você acredita que divulgando, por meio dos filmes, movimentos de sociedades civis, eles ganham mais força e visibilidade?

Sim, com certeza. Para que esses movimentos possam se expandir, a atenção internacional e a mídia têm de estar voltadas a eles. Se permanecem invisíveis, não conseguem força local. Temos israelenses e palestinos trabalhando juntos pela paz, mas que não recebem a atenção merecida.

O que muda na população quando você liga a câmera?

Só de ligar a câmera para um israelense que trabalha sem violência, isso já amplia a credibilidade dele perante os olhos de seus colegas. Além de aumentar sua autoestima.

Amós Oz, escritor israelense, afirmou que as duas populações estão cansadas do conflito.

Sem dúvida. Ambas estão cansadas. Mas a consequência desse cansaço é diferente para cada uma. Porque eles estão em situações de poder muito diferentes.

Por quê?

Ainda acontecem episódios de violência contra israelenses. Mas o auge, que foi a segunda intifada, não existe mais. O conflito não é mais tão presente na vida dos israelenses. O que se assiste hoje, em Israel, é uma sociedade inteira se manifestando contra o governo, sem nada relacionado com o conflito. O que preocupa os israelenses, neste momento, não são os palestinos. E, sim, que os universitários querem sair de casa e não têm dinheiro para pagar o aluguel. Já com os palestinos é diferente. Eles vivem numa situação de ocupação militar. Além de ter dificuldade de manifestar qualquer oposição a essa ocupação. O cansaço pode levar à falta de ação do lado israelense. Isso não é a realidade do lado palestino. Eles não têm o privilégio de esquecer o conflito.

Tem algum palpite sobre a votação do Estado palestino na ONU, semana que vem?

Acho que a decisão de ir até a ONU faz todo sentido, politicamente, para o governo palestino. Mas não será aprovado [diz ela]. Não existe o apoio político necessário, por conta da pressão dos EUA. Entretanto, vejo como uma oportunidade para os movimentos

loais de resistência pacífica se fortalecerem e aparecerem.

A entrevista toda, eu peço a gentileza de ser transcrita. Só gostaria de aqui também acrescentar a opinião dela sobre Roberto Carlos.

Roberto Carlos acaba de fazer um show em Jerusalém, considerado o futuro barril de pólvora do conflito. Como você vê o poder midiático dessa visita?". [Responde ela:] A visita do Roberto Carlos poderia ser uma oportunidade para chamar a atenção do público brasileiro aos israelenses e palestinos que lutam para a paz. Se, por exemplo, ele visitasse o bairro de Sheikh Jarrah, em Jerusalém, onde um movimento israelense chamado "Solidariedade" luta contra o despejo de famílias palestinas, ele estaria fazendo uma contribuição para a paz na região. Porém, ele claramente mostrou estar mais interessado em revelar sua paixão por Cristo do que sua compaixão ao próximo.

Até acho que ela aqui foi um pouco dura com Roberto Carlos.

Eu tive a oportunidade de assistir ao seu **show** e eu acho que Roberto Carlos, em tudo aquilo que realizou ali quando cantou em Jerusalém, ele aproximou os povos. E é possível que, inclusive, quando cantou em hebraico a música de homenagem a Jerusalém, ele possa, de alguma forma, ter preocupado os palestinos, mas eu acho que ele ali falou, sobretudo, sobre o espírito da cristandade, sobre o exemplo de Jesus Cristo e procurou falar em como é importante realizar os esforços de um melhor entendimento e de paz, inclusive para superação dos problemas de tantos conflitos que parecem infundáveis no Oriente Médio.

Nós brasileiros, que aqui testemunhamos o convívio tão bom e frutífero entre árabes, judeus, palestinos e pessoas de todas as origens, seja em quaisquer de nossos Estados e grandes metrópoles e em quaisquer cidades e Municípios brasileiros, nós temos a convicção de que nós brasileiros poderemos colaborar muito para o bom entendimento entre palestinos, israelenses, árabes, judeus e todos os povos do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

DIRETO DA FONTE SONIA RACY

estadão.com.br/diretodafonte

Encontros com o Estadão

“O FIM DO CONFLITO PASSA PELA REVOLUÇÃO CIVIL”

Cineasta radicada nos EUA,
Julia Bacha fala sobre Israel
e Palestina.

Registre e divulgue manifestações de resistência pacífica na Palestina é o foco de Julia Bacha. Filha do economista Edmar Bacha, um dos responsáveis pela criação do Plano Real, a cineasta vive há mais de dez anos em NY, onde desenvolve trabalho de pesquisa na organização Just Vision. Seu documentário *Bu'drus* rodou os principais festivais do mundo e ganhou importantes premiações – foi o preferido do público em Berlim e Tribeca. O longa acaba de ser lançado no Brasil, em DVD, pela Copacabana Filmes.

A experiência de Julia no Oriente Médio também a levou a participar do TED, um dos eventos globais que aconteceu, este ano, em Edimburgo, na Escócia. Ao lado de personalidades, como Alain de Botton, a diretora dividiu com a plateia relatos de seus filmes e movimentos de resistência sem o uso de armas ou violência.

Na semana pré-votação do Estado palestino na Assembleia Geral da ONU, Julia conversou com a coluna por telefone. Revelou estar finalizando uma série de curtas-metragens sobre manifestações pacíficas em Jerusalém Oriental e dividiu sua opinião sobre a resolução do conflito na região. “Temos de prestar atenção nos indivíduos focados em realmente transformar o conflito”. Abaixo, os principais trechos da entrevista.

A cobertura do conflito normalmente fica concentrada nas últimas jogadas políticas e militares. E o foco do meu trabalho, há oito anos, é tentar ampliar essa visão. Passo muito tempo na região e já vivi momentos que pareciam ser os mais importantes. Como o assassinato de líderes do Hamas, ou o coma do Ariel Sharon, a morte do Yasser Arafat. Mas, na verdade, só permanecem sendo “os mais importantes” até o próximo acontecimento.

● E o que, na sua opinião, fará diferença nos próximos anos? Temos de prestar atenção nos indivíduos que estão focados em realmente transformar o conflito, usando métodos que já deram certo em outros lugares, como a resistência pacífica.

● Você acredita que divulgar, por meio dos filmes, movimentos de sociedades civis, eles ganham mais força e visibilidade? Sim, com certeza. Para que esses movimentos possam se expandir, a atenção internacional e a mídia têm de estar voltadas a eles. Se permanecem invisíveis, não conseguem força local. Temos israelenses e palestinos trabalhando juntos pela paz, mas que não recebem a atenção merecida.

● O que muda na população quando você tige a câmera? Só de ligar a câmera para um israelense que trabalha sem violência, isso já amplia a credibilidade dele perante os olhos de seus colegas. Além de aumentar sua autoestima.

● Amós Oz, escritor israelense, afirmou que as duas populações estão cansadas do conflito. Sem dúvida. Ambas estão cansadas. Mas a consequência desse cansaço é diferente para cada uma. Porque eles estão em situações de poder muito diferentes.

● Por quê? Ainda acontecem episódios de violência contra israelenses. Mas o augúrio que foi a segredia intirada, não existe mais. O conflito não é mais tão presente na vida dos israelenses. O que se assiste hoje, em Israel, é uma sociedade inteira se manifestando contra o governo, sem nada relacionado com o conflito. O que preocupa os israelenses, neste momento, não são os palestinos. E, sim, que os universitários queiram sair de casa e não têm dinheiro para pagar o aluguel. Já com os palestinos é diferente. Eles vivem numa situação de ocupação militar. Além de ter dificuldade de manifestar qualquer oposição a essa ocupação. O cansaço pode levar à falta de ação do lado israelense. Isso não é a realidade do lado palestino. Eles não têm o privilégio de esquecer o conflito.

● Tem algum palpíte sobre a votação do Estado palestino na ONU, semana que vem? Acho que a decisão de ir até a ONU faz não sentido, politicamente, para o governo palestino. Mas não será aprovado. Não existe o apoio político necessário, por conta da pressão dos EUA. Entretanto, vejo como uma oportunidade para os ativistas locais de resistência pacífica se fortalecerem e aparecerem.

● O foco central do seu filme *Bu'drus* é a resistência sem o uso da violência. Como estão esses movimentos hoje em dia? A resistência violenta na Cisjordânia atualmente é muito pequena. A Autoridade Palestina, em parceria com os EUA (que deram dinheiro e armamentos para a reorganização da polícia local), praticamente acabou com eles. Então, hoje vemos três estratégias principais de resistência na Cisjordânia: a diplomática e política, do Salam Fayyad; a do comportamento mais tradicional palestino, chamado “Sumud” (palavra árabe que quer dizer “ficar no seu lugar”); e a resistência pacífica.

● Como esses movimentos se organizam? A resistência pacífica não tem como objetivo matar ou machucar seu oponente. Trata-se de tentar transformar a visão de seu opres-

sor, deixando claro que, naquela situação, você está sendo brutalizado por ele. Essa transformação só é possível se não fizer uso de força. A resistência pacífica é a grande forma de ação na Cisjordânia. Acredito que o caminho para a resolução do conflito passa por uma revolução civil.

● Você não é chamada de ingênua ou utópica? Como reage a essas críticas? O tempo todo. Acho o contrário. Nosso trabalho é o mais realista a longo prazo. Essa ideia de que os políticos vão sentar à mesa e assinar um acordo é ilusão. Acho que os governos só agiram de forma corajosa quando houver pressão popular. Não há nada de utópico nisso. O exemplo está aí: é só observar os efeitos da Primavera Árabe.

● Roberto Carlos acaba de fazer um show em Jerusalém, considerado o futuro barril de pólvora do conflito. Como você vê o poder midiático dessa visita? A visita do Roberto Carlos poderia ser uma oportunidade para chamar a atenção do público brasileiro aos israelenses e palestinos que lutam pela paz. Se, por exemplo, ele visitasse o bairro de Sheikh Jarrah, em Jerusalém, onde um movimento israelense chamado “Solidariedade” luta contra o despejo de famílias palestinas, ele estaria fazendo uma contribuição para a paz na região. Porém, ele claramente mostra estar mais interessado em revelar sua paixão por Cristo do que sua compaixão ao próximo.

● Os ataques de 11 de setembro completaram dez anos. Como moradora de NY, como foi passar por esta marca? Eu estudava na Columbia University quando ocorreu o 11 de Setembro. Foi um momento de união entre os moradores da cidade. Achei que, talvez, o trauma pudesse ser uma oportunidade para a população americana reinventar seu papel no mundo.

● O que aconteceu nos dez anos que se seguiram ao atentado? Infelizmente, a liderança do país usou o momento para realizar audiências militares de longa data. Dez anos depois, temos a realidade de um país em guerra contra cinco nações de maioria muçulmana – Iraque, Afeganistão, Paquistão, Somália e Líbia. Talvez haja mais segurança a curto prazo, mas o ódio que essa estratégia gera, internacionalmente, cria, a longo prazo, perigos muito maiores para a população americana. (MARILIA NEUSTERN)

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Wellington Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, com relação a sua matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A entrevista de Julia Bacha.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias, do PT do Piauí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já encerrando esta sessão, eu gostaria de saudá-lo e a todos que fazem esta Casa, a todo o povo brasileiro e do meu Estado do Piauí.

Aqui, eu gostaria de fazer alguns registros antes. Primeiro, o festival de gastronomia de que participei na cidade de Campo Maior. É uma cidade a que gostaria de convidá-lo para comer um capote, que é a galinha d'angola, um prato muito gostoso do nosso Piauí.

Eu também gostaria de falar dos importantes eventos de que participamos. Houve um encontro com as entidades vinculadas aos direitos dos surdos, que lutam por uma escola bilíngue. Estamos trabalhando a respeito, e a Presidente Dilma já tem compreendido. Houve um encontro com lideranças comunitárias em Teresina, tratando de diversos temas. Houve uma visita a um evento muito grande em Santa Cruz dos Milagres, que é a terceira maior romaria no Nordeste, hoje, no Estado do Piauí, passando por São Miguel da Baixa Grande, São Félix, onde estive com o Prefeito Neto, José Pio, Osmar e tantas outras lideranças daquela região.

Por último, como o Senador Romero Jucá, pela manhã, tivemos dois eventos com os motoristas. De um lado, os motoristas de ônibus e caminhão, pedindo aqui a aprovação do Projeto de Lei nº 99, de 2007, que está aqui no Senado. Temos aí de fazer um esforço para votação. De outro, estivemos com os taxistas, que tiveram a publicação hoje da Lei nº 12.468, como lembrou nosso Líder Romero Jucá.

Fiz e faço daqui da tribuna uma homenagem a um taxista muito particular, Justo Borges Leal, que veio a falecer recentemente. Era conhecido como Goiano ou Borginho, que trabalhava na Praça Rio Branco, na cidade de Teresina.

Faço aqui esse registro, Sr. Presidente, mas o tema que me traz aqui é o Enem. O Ministério da Educação divulgou nesta semana o resultado do último Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, realizado em 2010.

O principal objetivo do Enem é abrir caminho para que cada vez mais brasileiros tenham acesso ao ensino superior, mas a comparação entre as escolas é inevitável. O exame de 2010 ressaltou que ainda há uma grande diferença entre a rede pública de ensino e a rede particular. Isso mostra o tamanho do desafio que teremos de enfrentar para melhorar o sistema de educação brasileiro. Das 20 escolas com maiores médias na prova, 18 são da rede privada, e duas, da rede pública, vinculadas a universidades federais. Na outra ponta, todas as 20 piores são públicas. Aliás, as 100 piores são da rede pública.

Sr. Presidente, o resultado do Enem 2010 mostra o quanto o Brasil ainda precisa investir em educação. O abismo entre a rede pública e a particular é cada vez mais evidente e desafiador. Uma mensalidade, às vezes duas, no máximo três da rede privada, normalmente, em cada lugar do Brasil, equivale ao que uma escola pública recebe por aluno/ano. Ou seja, uma escola particular recebe 12, 13 mensalidades, e apenas três delas já são suficientes para ultrapassar o que uma escola da rede pública recebe por ano – às vezes, R\$ 2 mil, R\$ 3 mil, no máximo, por ano. Então, isso mostra que não há jeito, temos de tratar de mais recursos.

É por isso que precisamos mudar. E é para isso que devemos aproveitar a discussão a respeito da distribuição dos recursos do pré-sal, que são recursos que não dependem de impostos novos. Na verdade, trata-se de uma riqueza natural do povo brasileiro. Desses recursos, da parte que vai para o fundo social, estamos defendendo 50% do resultado da aplicação do fundo social para a educação; e, da parte que vai para os Estados e Municípios, 40% também para a educação. As receitas oriundas do petróleo investidas em educação podem trazer uma melhoria significativa em nossos índices.

É preciso que tenhamos um professor melhor remunerado? Sim. Há necessidade de termos uma escola com uma melhor estrutura, com melhores equipamentos? Sim. É importante termos uma escola de tempo integral, com reforço, com ensino de línguas, com ensino de informática, com as condições de garantias, por exemplo, de ter cultura, de ter esportes como alternativas que tornem a escola mais saudável? Sim. Mas para tudo isso é preciso mais dinheiro.

De onde vêm, então, esses recursos? A nossa posição é esta: que possamos aproveitar a regulamentação da distribuição dos **royalties**, participação especial e aquilo que vai sob a forma de óleo bruto, que é da União, do Fundo Social, para que possamos garantir as condições dessa mudança.

Sabemos que é diferente uma escola em um bairro rico, com um investimento anual dez vezes superior ao

de uma escola pública, mas também sabemos que essa é uma realidade que temos que enfrentar para mudar.

Participaram das provas do Enem mais de 3,2 milhões de estudantes, dos quais um milhão de concluintes do ensino médio regular. Os resultados são calculados a partir do desempenho dos alunos concluintes para o ingresso nas universidades.

Segundo o MEC, nos últimos dois anos o Enem viu o número de estudantes concluintes das escolas regulares públicas e particulares subir de 824 mil – lembra da polêmica lá atrás? – em 2009, para um milhão, em 2010. Enquanto isso, a média obtida por esses estudantes nas quatro provas objetivas passou de 501 para 511 pontos. A meta do Inep, que faz esse trabalho pelo MEC, responsável pelo exame, é atingir a média de 600 pontos em 15 anos. Contudo, pelo andar dos resultados, se forem mantidos os padrões de crescimento atuais, a entidade prevê que seja possível antecipar essa meta em 5 anos. Que maravilha!

No meu Estado, o Piauí, temos exemplos positivos de excelência, que quero destacar aqui. O Instituto Dom Barreto, que vem oscilando em primeiro e segundo lugar, agora ficou em segundo lugar; o Educandário Santa Maria Goretti, em sétimo lugar; e entre os vinte primeiros colocados, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, o colégio das irmãs; o Colégio São Francisco de Sales, ou o Colégio Diocesano, são alguns desses centros educacionais listados como um dos melhores do Brasil. Ou seja, dos 50 melhores do Brasil, 10% do Estado do Piauí. Isso eu quero registrar aqui com muito orgulho.

O Instituto Dom Barreto, no Piauí, com 754,13 pontos, bem acima da média que estava projetada para 15 anos, é a escola com o segundo maior desempenho no *ranking* nacional do Enem de 2010, ficando atrás apenas do Colégio São Bento, do Rio de Janeiro.

O Educandário Santa Maria Goretti, como lembrei, com 727,6 pontos, é o sétimo colocado. O Dom Barreto foi fundado há mais de 60 anos e seu modelo de ensino é diferenciado – daí o seu bom desempenho no Enem. Trabalha, inclusive, em comunidades pobres, de forma filantrópica, sustentado por alunos de classe média alta que podem pagar.

O instituto dá aulas para crianças do ensino infantil, para o ensino fundamental e o ensino médio. No total, são cerca de 3.300 alunos, em Teresina, na capital do Piauí, que estudam por até oito horas

Dos 136 alunos que prestaram o vestibular, o último vestibular, 90% foram aprovados em universidades públicas.

Um aspecto que chama a atenção é a quantidade de livros que os alunos leem durante o mês e que ser-

vem de exemplo para a rede pública: são pelo menos 15 livros por mês por aluno. Pra gente compreender o quanto a leitura é algo que faz o aluno crescer.

Com uma proposta pedagógica diferente, o Instituto Dom Barreto, de Teresina, foge do esquema dos cursos pré-vestibulares. O colégio, o segundo melhor de ensino médio do País, decidiu estender aos segundo e terceiro anos as disciplinas de filosofia, sociologia e artes, antes ofertadas até o primeiro ano. No contraturno, os alunos estudam teoria musical e aprendem a tocar instrumentos.

Saliento ainda escolas de outras cidades do Piauí, da rede pública, que foram destacadas: o Instituto Monsenhor Hipólito, em Picos; o Instituto Barros de Ensino, da minha querida Oeiras; o Colégio Agrícola de Bom Jesus; o Instituto Federal de Teresina, Valença, Piri-Piri, Campo Maior, Floriano, Parnaíba, esse, com mais de 600 pontos. Destaco ainda a Escola de Santa Cruz do Piauí, uma pequena cidade do nosso Estado, assim como de Regeneração.

Não posso deixar de dizer que essa boa colocação do nosso Estado também é fruto de muita dedicação, de muito trabalho de professores, de alunos, de pais, enfim.

Em 2006, o Dom Barreto já aparecia em primeiro lugar. Agora continua como destaque nacional entre os primeiros. Temos de reconhecer e comemorar o trabalho dos professores e o esforço dos alunos do Dom Barreto.

O Piauí, Sr. Presidente, mostra suas potencialidades com mais essa conquista do Dom Barreto no cenário nacional.

Parabéns também a todas as outras escolas, como o Colégio Coração de Jesus, onde meus filhos estudaram, em Teresina. Esse colégio das irmãs presta importante serviço naquela capital.

Se o Piauí tem cinco escolas (todas da rede privada) entre as melhores, tem também quatro escolas (todas da rede pública) entre as piores do Brasil.

É bom dizer que também nessa lista nos primeiros exames constavam onze. Então também temos uma melhora desse lado.

E é essa contradição que queremos mudar, Sr. Presidente. Vamos conseguir fazer isso com o comprometimento de todos: do governo, da sociedade, dos pais e dos alunos.

Por isso, quero, primeiro, entusiasmar e apoiar as escolas que ainda, em todo o Brasil e no meu Estado, tiveram notas mais baixas e, ao mesmo tempo, parabenizar daqui, da tribuna do Senado Federal, as escolas piauienses que se destacaram, nesse caso, repito, os professores, os alunos e os pais que ajudam

a colocar o Piauí em posição de destaque no cenário da educação nacional. Parabéns!

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Wellington Dias, pelo pronunciamento.

Concordamos com V. Ex^a com relação à divisão desse recurso tão importante, que é o Pré-Sal, para a educação brasileira. Nós precisamos...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Devemos nesta semana ter um momento importante aqui, porque o Ministro Guido Mantega ficou de apresentar até quarta-feira uma posição da União, que, acho, vai nos permitir aqui um entendimento, ou seja, não é um negócio para muito não. Espero que a gente possa votar aqui no Senado ainda neste mês, setembro, como tem sido sustentado aqui pelas lideranças e também pelo nosso Presidente José Sarney.

Se V. Ex^a me permitir, vou conceder o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Gostaria, Senador Wellington Dias, de cumprimentar V. Ex^a e o Estado do Piauí pelo fato de neste exame do Enem ter se destacado, aliás, pelo segundo ano seguido, mas desta vez ainda mais pela excepcional qualidade de suas escolas. Quero cumprimentá-los porque observei na classificação das melhores escolas brasileiras que há duas que se destacaram excepcionalmente entre as dez melhores escolas brasileiras. Também quero cumprimentá-lo pelo grande interesse que vem demonstrando a respeito da destinação dos recursos do Pré-Sal, inclusive a respeito de sua destinação para a educação. É claro que precisamos pensar que para os gastos normais, como para o atendimento da melhor forma de educação, precisamos ter os recursos normalmente coletados perante a população através dos impostos, porque constitui um dever da sociedade brasileira prover a boa educação e de maneira universal. A outra coisa refere-se aos recursos sobre os quais vamos ter melhor conhecimento na medida em que forem explorados os recursos do Pré-Sal. Mas V. Ex^a sabe também o quanto avalio que, exatamente quando tivermos a possibilidade de utilizar os recursos do Pré-Sal... Assim como o Presidente Lula, a Presidenta Dilma tem dito que, entre outras finalidades, esses recursos serão utilizados para melhor atendimento da educação e da saúde para o povo brasileiro, mas que também entre os diversos objetivos está a erradicação da pobreza. Portanto, ao lado das boas oportunidades de educação está a possibilidade de provermos a todos

uma renda básica de cidadania. Mas a respeito desse assunto nós vamos continuar dialogando nos próximos meses e anos. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu é que agradeço. Lembro que V. Ex^a, inclusive, proferiu uma palestra sobre a renda básica de cidadania – tive o privilégio de acompanhá-lo, na época, como Governador, com o Deputado Nazareno Fonteles – no Instituto Dom Barreto, em Teresina, que é um dos melhores do Brasil.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É um dos melhores institutos de educação do Brasil. Espero estar lá em breve outra vez, até para ajudar Teresina e o Estado do Piauí a se tornarem exemplos pioneiros da renda básica de cidadania. Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer.

Quero aqui, Sr. Presidente, agradecer a tolerância e deixo aqui meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ouvimos o Senador Wellington Dias, como último orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 22, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 533, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2011, que *autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 533, de 2011).*

(Lido no Senado Federal no dia 31-8-2011)

Relator revisor: Senador Alfredo Nascimento

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2011)

Prazo final prorrogado: 20-9-2011

2

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.*

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.*

(Pendente de:

- leitura do parecer da CCJ;
- emissão de pareceres da CRA e da CMA.)

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revo-*

ga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.

(Pendente de:

- leitura dos pareceres da CCJ, CCT e CDH;
- emissão de parecer da CRE.)

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 37, DE 2011
(Reforma Política)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências.*

Parecer sob nº 382, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2011
(Reforma Política)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses.*

Parecer sob nº 633, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Pedro Taques, Inácio Arruda, Pedro Simon, Alvaro Dias e Waldemir Moka.

8**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 42, DE 2011***(Reforma Política)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição Federal para exigir que lei ou Emenda Constitucional que altere o sistema eleitoral seja aprovada em referendo para entrar em vigor.*

Parecer favorável, sob nº 661, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários dos Senadores Demóstenes Torres e Humberto Costa.

9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 63, DE 2011**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer, sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida*

por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

11**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

12**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante a Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 634, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2010 (nº 2.350/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de*

Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.

Parecer favorável, sob nº 849, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 648, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 648, de 2010 (nº 2.831/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na cidade da Praia, em 23 de novembro de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 850, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 137, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2011 (nº 2.721/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 851, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 139, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2011 (nº 2.835/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio da Defesa, assinado em Maputo, em 26 de março de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 852, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Luiz Henrique.

17

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

18

REQUERIMENTO Nº 1.674, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.674, de 2009, do Senador Alvaro Dias, *solicitando inserção em Ata de voto de aplauso a Cássio Roberto de Almeida Romano, diretor da Casa do Brasil em Madri, na Espanha, pela conquista do Prêmio Brasil 2009, na categoria Cultura, concedido pela Câmara de Comércio Brasil-Espanha.*

Parecer favorável, sob nº 884, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

19

REQUERIMENTO Nº 62, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 62, de 2010, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, *solicitando voto de aplauso a Nelson Mandela pela celebração dos 20 anos de sua libertação.*

Parecer favorável, sob nº 905, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

20

REQUERIMENTO Nº 924, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 924, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei Senado nº 502, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assun-*

tos Econômicos (concede seguro-desemprego ao trabalhador rural).

21

REQUERIMENTO Nº 759, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 759, de 2011, dos Senadores João Pedro e Walter Pinheiro, *solicitando voto de solidariedade à África pelo transcurso do Dia Internacional do Refugiado, comemorado no dia 20 de junho.*

Parecer favorável, sob nº 906, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduard do Suplicy.

22

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.*

23

REQUERIMENTO Nº 1.018, DE 2011

(Incluído em Ordem do dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.018, de 2011, do Senador Eunício Oliveira, *solicitando voto de aplauso à ministra, jurista, docente, ex-procuradora de carreira e ex-desembargadora federal Ellen Gracie Northfleet pelos relevantes serviços prestados à Justiça do País.*

Parecer favorável, sob nº 885, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp.

24

REQUERIMENTO Nº 1.031, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.031, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2011, além das Comissões*

constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (cinema para pessoas com deficiência auditiva e visual).

25

REQUERIMENTO Nº 1.032, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.032, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

26

REQUERIMENTO Nº 1033, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.033, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (esclarecimento nos cinemas sobre danos causados com o uso de drogas).*

27

REQUERIMENTO Nº 1.038, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.038, de 2011, do Senador João Vicente Claudino, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2008, do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2011, a fim de que tenha tramitação autônoma (partilha dos recursos oriundos do DPVAT).*

28

REQUERIMENTO Nº 1.045, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.045, de 2011, do Senador Valdir Raupp, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, de 2007; 20 e 21, de 2011, todos Complementares, por regularem matéria correlata (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal).*

29

REQUERIMENTO Nº 1.055, DE 2011

(Reforma Política)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.055, de 2011, do Senador Eduardo Su-

plicity, solicitando que a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2011, seja desapensada da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2011, a fim de que tenham tramitação autônoma (sistema eleitoral proporcional de listas pré-ordenadas).

30

REQUERIMENTO Nº 1.068, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.068, de 2011, da Senadora Ana Amélia, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2009 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2009) com os Projetos de Lei do Senado nº 431, de 2003; 406, de 2005; 181, 196 e 495, de 2007; 150 de 2009; e 106,

de 2011, por regularem matérias correlatas (normas sobre alimentos).

31

REQUERIMENTO Nº 1.069, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.069, de 2011, do Senador Armando Monteiro, solicitando, nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno, o exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2011 (redução das alíquotas das contribuições compulsórias de diversos órgãos).

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 59 minutos.)

INTERRUPÇÃO DE LICENÇA

RQS	SENADOR (A)	ART. RISE	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
359-M	Gim Argello	43, I	22.08 a 11.09	Licença interrompida pelo Ofício nº 208-GSGA, de 12.09.2011, do Senador Gim Argello, por meio do qual Sua Excelência comunica o retorno às atividades parlamentares no dia 12.09.2011, anteriormente previsto para o dia 17.09.2011.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(3,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(3,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

3. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁶⁾	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁴⁾
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽⁴⁾
Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁰⁾	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽³⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽³⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindbergh Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antioissio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽⁴⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
- Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
- Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
- Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
- Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).

2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).

3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).

4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).

5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO
NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal n°s 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE
DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 15

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) ^(12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrellá é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁴⁾	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).

2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).

3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento ° 2/2011-CAS, em 16.03.2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.

***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).

****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) ^(3,5,16,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).

26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- **** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ^(1,5)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽⁵⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽³⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício n° 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- *. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Reditario Cassol (PP) ^(2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(5,8)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(5,9,17)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁶⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	4. VAGO ^(2,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,13)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Reditario Cassol (PP) ^(4,6)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,4)

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁶⁾
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽¹⁰⁾	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾
PP
Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,16)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 01/09/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.
16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS
PMN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 31.08.2011)

1- Designados pelo Ato nº 1 do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 13 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMIÇÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMIÇÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 192 páginas

(OS: 14736/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

